

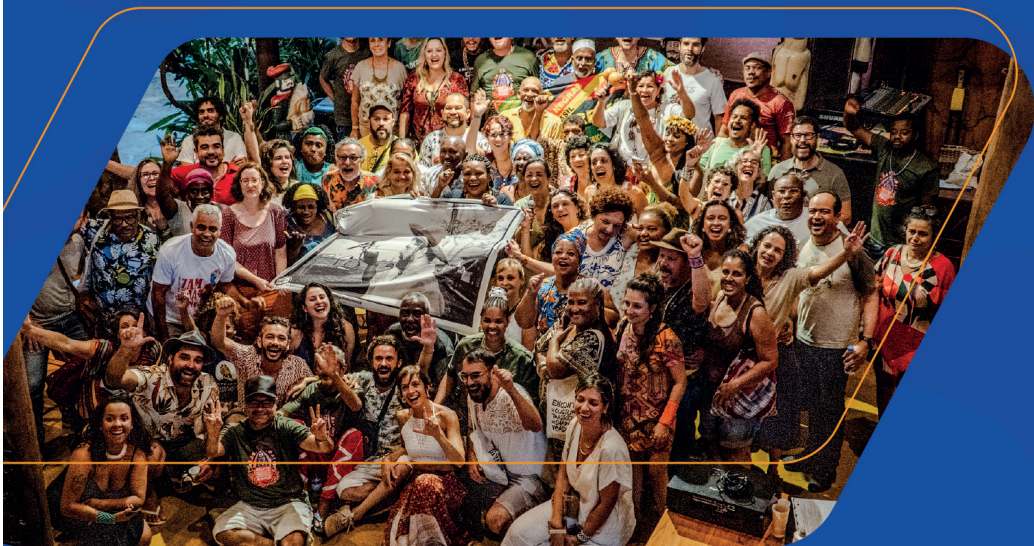
ORGANIZAÇÃO

LINDIVALDO JUNIOR

VICENTE NEPOMUCENO

MANOEL SILVESTRE FRIQUES

# A INVENÇÃO DAS CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS DE CULTURA



## **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Luiz Inácio Lula da Silva  
*Presidente da República*

Geraldo Alckmin  
*Vice Presidente da República*

## **MINISTÉRIO DA CULTURA**

Margareth Menezes  
*Ministra da Cultura*

Márcio Tavares dos Santos  
*Secretário-executivo*

Cassius Rosa  
*Secretário-Executivo Adjunto*

## **SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO FEDERATIVA E COMITÊS DE CULTURA (SAFCC)**

Roberta Cristina Martins  
*Secretária*

Lindivaldo Oliveira Leite Junior  
*Diretor do Sistema  
Nacional de Cultura*

Desiree Ramos Tozi  
*Diretora de Articulação e Governança*

## **Fundação Casa de Rui Barbosa**

*Presidente*  
Alexandre Santini

Diretor Executivo  
*Ricardo Calmon*

Diretor do Centro de Pesquisa  
*Fábio Kerche*

Chefe do Setor de Pesquisa  
em Políticas Culturais  
*Lia Calabre*

Chefe do Setor de Editoração  
*Benjamin Albagli Neto*

## **UNIRIO**

Reitoria  
*José da Costa Filho*

Decania Centro de Ciências  
Exatas e Tecnologia  
*Gladson Octaviano Antunes*

Direção Escola de  
Engenharia de Produção  
*Natália Luísa Felício Macedo Machado*

Laboratório de Cultura e Tecnologia  
Social (LACUTS-UNIRIO)  
*Manoel Silvestre Friques  
Vicente Nepomuceno*

organização  
LINDIVALDO JUNIOR  
VICENTE NEPOMUCENO  
MANOEL SILVESTRE FRIQUES

edição  
ADRIANA MACIEL

# A INVENÇÃO DAS CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS DE CULTURA



Fundação  Casa de Rui Barbosa

MINISTÉRIO DA  
CULTURA



---

Copyright © 2026

© Projeto Gráfico – Editora Respel

**EDITOR**

Adriana Maciel (Numa Editora) e Rosa Maciel (Editora Respel)

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Brina Oliveira

**EDIÇÃO E REVISÃO**

Adriana Maciel, Manoel Silvestre Friques e Núcleo de Edição da Editora Respel

**NORMATIZAÇÃO**

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

I621

A Invenção das conferências temáticas de cultura [recurso eletrônico]  
/ Lindivaldo Junior, Vicente Nepomuceno, Manoel Silvestre Friques  
(organizadores) ; Adriana Maciel (editora). – Rio de Janeiro : Funda-  
ção Casa de Rui Barbosa : UNIRIO ; Brasília: Ministério da Cultura,  
2026. 3,11 MB ; PDF (154 p.)

160 p.

ISBN 978-65-88295-59-5

1. Política cultural. I. Leite Junior, Lindivaldo Oliveira, *org.* II. Nepo-  
muceno, Vicente, *org.* III. Frisques, Manoel Silvestre, *org.* IV. Maciel,  
Adriana, *ed.*

CDD 306

---

Elaborada no Serviço de Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa  
pela bibliotecária Letícia Krauss Provenzano - CRB7/6334

# Sumário

<b>PREFÁCIOS</b>	<b>7</b>
Encontro, democracia e direito à cultura, por Márcio Tavares (MinC) Uma plataforma para diversidade, por José da Costa (UNIRIO)	
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
Lindivaldo Junior – Vicente Nepomuceno – Manoel Silvestre Friques	
<b>CULTURA E IGUALDADE RACIAL</b>	<b>27</b>
Lindivaldo Oliveira Leite Junior	
<b>TRABALHADORES DA CULTURA</b>	<b>39</b>
Deryk Santana – Rafael Fontes – Angelo Raniere Augusto Ramalho	
<b>CULTURA E LGBTQIA+</b>	<b>49</b>
Tony Gigliotti Bezerra	
<b>CULTURA E ACESSIBILIDADE</b>	<b>61</b>
Patrícia Dorneles – André Aguiar Protásio	
<b>CULTURA E INFÂNCIA: PONTES PARA A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO CULTURAL</b>	<b>69</b>
Karina Gama	
<b>CULTURA E EDUCAÇÃO</b>	<b>91</b>
Mariangela Ferreira Andrade – Fabiano Piúba	

<b>CULTURA E DIREITO À MEMÓRIA</b>	<b>97</b>
Mirela Leite de Araújo	
<b>CULTURA E JUVENTUDE</b>	<b>105</b>
Lucileine da Silva Souza	
<b>CULTURAS E PERIFERIAS</b>	<b>109</b>
Roberta Martins	
<b>CULTURA E DIREITO ÀS CIDADES</b>	<b>117</b>
Cecília Gomes de Sá	
<b>CULTURA DIGITAL</b>	<b>125</b>
Vivian Peron – Ângela Oliveira de Sá	
<b>CULTURAS TRADICIONAIS E POPULARES</b>	<b>137</b>
Sebastião José Soares – José Pedro da Silva Neto	
<b>CULTURA E OS POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS</b>	<b>147</b>
Stênio Soares	
<b>SUGESTÕES DE AÇÕES DE POLÍTICAS CULTURAIS PARA VALORIZAÇÃO DAS TEMÁTICAS TRANSVERSAIS</b>	<b>153</b>
<b>LEIS E DECRETOS IMPORTANTES</b>	<b>157</b>

# Encontro, democracia e direito à cultura

**É** com grande entusiasmo que apresento esta obra, um registro valioso e potente das treze Conferências Temáticas de Cultura realizadas entre 2023 e 2024. Este livro é um testemunho vivo do processo de reconstrução do Ministério da Cultura e da retomada do diálogo democrático com a sociedade civil brasileira, um marco do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Após um período de adversidades e desmonte das políticas culturais, a recriação do MinC simbolizou a reafirmação do compromisso do governo com a cultura como pilar essencial para o desenvolvimento do país. Nesse cenário de renovação, as conferências temáticas emergiram como uma inovação fundamental, um primeiro e vigoroso movimento de participação social que antecedeu a grandiosa 4ª Conferência Nacional de Cultura. Foram espaços de escuta e articulação que trouxeram frescor e novas perspectivas para o debate institucional, auscultando os anseios e as demandas de uma nação plural e diversa.

Com o tema central “Democracia e Direito à Cultura”, estes encontros foram cruciais para subsidiar a revisão do Plano Nacional de Cultura (PNC), aprofundando a transversalidade das políticas públicas. Ao abordar temas urgentes e até então pouco explorados institucionalmente — como igualdade racial, cultura LGBTQIAPN+, acessibilidade, infâncias, juventudes, o trabalho na cultura, o direito à memória, as culturas das periferias e a cultura digital —, as conferências temáticas ampliaram o nosso entendimento sobre o alcance e a capilaridade da cultura em todas as dimensões da vida social.

O que o leitor encontrará nestas páginas é o reflexo da inteligência coletiva que marcou cada um desses eventos. Os capítulos, escritos por servidores e especialistas do Ministério da Cultura que estiveram na linha de frente da organização, capturam a atmosfera de debate, a riqueza conceitual e a diversidade de vozes que ecoaram por todo o Brasil, de Salvador a Belém, do Rio de Janeiro a Brasília. A colaboração entre as diversas secretarias do MinC e as centenas de organizações da sociedade civil, coletivos artísticos e instituições de ensino foi a força motriz que garantiu a robustez e a legitimidade deste processo.

O livro é um convite à reflexão e à ação para todos que acreditam no poder transformador da cultura. É uma ferramenta essencial para a consolidação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), não como um aparato burocrático, mas como uma rede orgânica e pulsante que conecta e fortalece as expressões culturais de nosso povo.

Que esta leitura inspire novos diálogos, fortaleça nossas convicções e nos impulse a seguir construindo, juntos, as políticas culturais que o Brasil merece: democráticas, inclusivas e à altura de sua imensa diversidade.

**Márcio Tavares**

Secretário Executivo do Ministério da Cultura

# Uma plataforma para a diversidade

**O**s textos reunidos neste livro se constituem como verdadeira plataforma que ativa a autoconfiança de grupos e coletivos, trabalhadoras e trabalhadores de cultura que vivem no campo e na cidade. Os capítulos promovem a autopercepção das criadoras e criadores como construtores do mundo, capazes de promover novas relações de afeto e solidariedade.

O livro ressoa os debates das conferências temáticas de cultura e tem tudo para fortalecer a energia interna dos vários grupos reunidos na sigla LGTBTQIAP+; de fazedores de teatro, dança e música; das e dos poetas os mais diversos que se manifestam em livros, papéis soltos, rimas cantadas; que evoluem em paradas, telas, baladas, redes, quebradas; que constituem senhas e resenhas com novas e velhas formas de expressão. O livro anima e renova afetos e perspectivas de ação. Fortalece a todas e todos que buscam garantir e ampliar acessos a equipamentos, editais, formas de financiamento e de resiliência em cultura e em arte.

A reunião, consolidação e o registro dos debates, conclusões e encaminhamentos das conferências temáticas já teriam por si grande importância e utilidade. Mas, o livro tem o potencial de produzir algo, de agir e provocar movimentos e interações coletivas. Integra e amplia o continente do que seja a cultura e de como nele se dispõem as criadoras e criadores, fazedoras e fazedores de cultura. Realça as linhas múltiplas da expressão cultural favorecendo uma visão ampla de elaboradores e gestores de políticas. Os textos do livro deixam claro que o acesso não pode se limitar ao consumo. Precisa ser também acesso de todas e todos aos canais de produção e circulação de bens e produtos, de memórias e invenções, de materialidades e sonhos que constituem o âmbito das culturas e das artes.

As pessoas com deficiência física ou neurodivergentes, as crianças e seus educadores, artistas quilombolas e indígenas, todas e todos que foram ou são racializados, que sofreram ou sofrem formas diversas de subalternização, podem achar neste livro sementes que os estimulem a cobrar melhorias emancipadoras no interior mesmo da execução da política cultural pelos municípios e Estados. O livro é também plataforma de luta.

A vozes altas ou baixas; as que bradam e as que sussurram; as que se fazem como escrita e as que se desenham como gestos no ar; as que se emitem por palavras sonoras ou por meio de sinais; as que reverberam em olhares, sorrisos e respirações; todas elas são vozes da cultura e exigem participação no sistema nacional de cultura democrático e diverso em nosso país. É essa plataforma plural que o livro constitui.

**José da Costa**  
Reitor da UNIRIO

# Apresentação

Contribuindo com o processo de tessitura dos capítulos da história da participação social no campo das políticas culturais brasileiras

**A** base sobre a qual se assenta a construção do Sistema Nacional de Cultura é a participação social. Desde 2003, primeiro ano do governo do presidente Lula e da gestão do ministro Gilberto Gil, o Ministério da Cultura iniciou um processo efetivo de diálogo com diferentes atores sociais, em todas as regiões do país, a partir do Seminário Cultura para Todos.

Desde os anos de 1990 até 2002, as ações do Ministério da Cultura se concentraram na operacionalização da Lei Rouanet, objeto de inúmeras críticas por parte dos fazedores de cultura, de modo geral. O Seminário Cultura para Todos reuniu atores sociais, instituições, governos, para pensar quais caminhos as políticas de financiamento e fomento à cultura deveriam tomar. Os resultados das consultas, em forma de se-

minário, subsidiaram tanto as ações específicas referentes à Lei de Incentivo Fiscal, quanto foram consideradas como contribuição para a elaboração do Plano Nacional de Cultura.

Consideramos o Cultura para Todos como um dos primeiros exercícios realizados no Ministério da Cultura para a criação de instâncias de participação social e a busca de tomada de decisões compartilhadas a partir da escuta da sociedade civil.

Esta obra compõe um pequeno pedaço dessa história de diálogo do poder público com a sociedade civil, na busca de criar canais efetivos de participação social no campo da cultura. Registrar tais processos, como está sendo feito aqui nessa publicação, é uma ação de extrema importância, em especial, em um país que ainda valoriza pouco a memória e, menos ainda, quando se trata de grupos minorizados. Ainda somos um país no qual as disputas pelo poder político são acompanhadas pela tentativa de construção de versões particulares para serem apresentadas como a história oficial. A cada mudança política no governo ocorre um processo de soterramento das informações, na maioria das vezes, relegando as experiências participativas e populares ao campo do esquecimento.

Podemos dizer que a história da construção das políticas culturais democráticas e participativas é composta por vários capítulos ou por vários momentos lastreados por diferentes experiências, se preferirmos.

Um capítulo de destaque na história da participação social na estruturação das políticas culturais é o da construção do primeiro Plano Nacional de Cultura (2010-2020), baseada em iniciativas de grande importância no campo da participação democrática. No conjunto de instrumentos que compõem o Sistema Nacional de Cultura, as conferências nacionais, os planos nacionais e o Conselho Nacional de Políticas Culturais, representam uma tríade fundamental, por meio da qual a participação social ampliada e efetivamente diversa se faz presente.

A primeira experiência de participação social na gestão do ministro Gil, como já foi citada anteriormente, foi a realização do Seminário Cultura para Todos, ainda no primeiro ano. Uma segunda ação a ser destaca é a construção e realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), que ocorreu em dezembro de 2005, seguida da estruturação do Conselho Nacional de Políticas Culturais e da promulgação do Plano Nacional de Cultura.

Dentre as etapas que antecederam a 1ª CNC, estão os seminários setoriais “Construindo o Plano Nacional de Cultura” (organizado diretamente pelo Minc), as conferências municipais, estaduais e intermunicipais. Os seminários setoriais foram realizados nas cinco macrorregiões do país e seguiram os mesmos eixos de discussões que seriam realizados nos níveis municipal, estadual e federal. Os seminários setoriais foram organizados pelo Minc com a parceria da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Vereadores, com apoio do Sistema S e das administrações municipais das cinco cidades escolhidas para sediá-los (Cuiabá, Petrolina, Londrina, Juiz de Fora e Manaus). Em paralelo, as áreas artísticas vinham sendo convocadas para o debate e para ser organizarem, a partir do trabalho coordenado pela Funarte, por meio da organização das Câmaras Setoriais – embriões dos Colegiados Setoriais que depois compuseram o Conselho Nacional de Políticas Culturais.

Nos seminários setoriais, representantes de instituições da sociedade civil com fins culturais e de órgãos de governo podiam se inscrever para participar da elaboração das propostas para a Conferência. Qualquer pessoa podia participar do processo como ouvinte, mas não estaria inscrita para a elaboração de propostas. O objetivo dessa iniciativa era ampliar o alcance dos trabalhos e cobrir possíveis lacunas de participação que poderiam ocorrer nos outros níveis das conferências. Para a maioria dos participantes era uma grande novidade discutir o direito à cultura e a estrutu-

ração de políticas públicas de cultura, para fazer valer esse direito expresso pela Constituição de 1988. A experiência da 1ª CNC foi muito potente: foram realizadas 19 conferências estaduais e 1.197 conferências municipais. O ministério estimou que o processo de realização da I Conferência Nacional de Cultura envolveu cerca de 53 mil pessoas em todo o país.<sup>1</sup>

A 1ª Conferência Nacional de Cultura, portanto, cumpriu a importante função de promover a retomada do diálogo entre os diversos níveis de governo responsáveis pela administração da cultura, trazendo a participação da sociedade civil como elemento inovador fundamental. O subtítulo do evento evidencia o seu principal objetivo: Estado e Sociedade Construindo Políticas Públicas de Cultura. A Conferência é um dos elementos que compõem a estrutura básica do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Realizada em Brasília de 11 a 14 de março de 2010, a II Conferência Nacional de Cultura reuniu delegações de todos os Estados da União, eleitas nas conferências municipais e estaduais, realizadas em 2009, para discutir o futuro da cultura brasileira. A II CNC enfatizou a necessidade da estruturação de um Sistema Nacional de Cultura que regulasse as ações dos entes federativos. Segundo o ministro da Cultura Juca Ferreira, no discurso de abertura, a principal missão da II Conferência Nacional de Cultura era promover o acesso de todos à discussão e formulação das políticas públicas de cultura.

Em termos de participação, a II Conferência Nacional de Cultura apresentou algumas inovações em relação à anterior. Uma delas foi a realização, em todos os estados e no Distrito Federal, de Pré-Conferências Setoriais. Estiveram presentes na II CNC representantes dos colegiados setoriais de artesanato, artes visuais, arquitetura, arte digital,

---

1 Para mais informações ver: Minc. 1ª. Conferência Nacional de Cultura 2005/2006. Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Minc, 2007.

audiovisual, arquivo, circo, culturas indígenas, culturas populares, culturas afro-brasileiras, dança, design, livro/leitura/literatura, moda, museus, música, patrimônio material, patrimônio imaterial e teatro. Foram realizadas ainda conferências livres (com caráter mobilizador) e conferências virtuais (disponíveis no portal do Minc, com caráter consultivo). Essas novas categorias, em especial a das Conferências Setoriais, propiciou a presença de novos atores no âmbito dos delegados pertencentes à sociedade civil. Na segunda CNC, também houve a efetiva participação do CNPC e de representações dos conselhos estaduais de cultura.<sup>2</sup>

Durante a gestão da ministra da Cultura Marta Suplicy (2012-2014), no governo da presidenta Dilma Rousseff, também é possível observar um processo de retomada de diálogo com a sociedade civil em algumas áreas, já que havia diminuído de intensidade na gestão da ministra Ana de Holanda. Foram ativadas as funções do CNPC e convocada a 3ª Conferência Nacional de Cultura, realizada no final de 2013. Reforça-se, aqui, o fato de que as conferências têm um papel fundamental nos territórios, pois são os momentos nos quais os mais variados atores sociais são convocados a participar das discussões sobre ações setoriais específicas no próprio município, que se desdobram nos estados e terminam com a indicação de delegados que os representarão em Brasília.

No processo das etapas da realização da III CNC, as Conferências Livres de Cultura realizadas ou apoiadas pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural constituíram importantes espaços de mobilização de grupos, entidades e representantes de vários segmentos da diversidade cultural brasileira, levando à continuidade, aprofundamento e ampliação de suas discussões, envolvendo os diversos segmentos culturais com a construção das propostas para a III

---

2 Para mais informações ver: MINC. Conferindo os conformes: Anais [da] II Conferência Nacional de Cultura/organização, Vera Rotta, Maria José H. Coelho. - Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2010.

CNC. Assim, segmentos como Indígenas, Quilombolas, Pessoas com Deficiência, Culturas Populares, Ciganos e LGBT, que dificilmente aprofundariam propostas específicas em Conferências Municipais ou Estaduais, tiveram suas contribuições encaminhadas à etapa nacional.

As Conferências Livres também foram fundamentais para ampliar a reflexão sobre o Programa Cultura Viva como política de base comunitária para o Sistema Nacional de Cultura. Convocadas como atividades das Teias e Fóruns Estaduais de Pontos de Cultura, que também foram etapas de preparação da Teia Nacional da Diversidade, permitiram a participação qualificada dos Pontos de Cultura, produzindo várias proposições que foram trabalhadas durante a III Conferência Nacional de Cultura. Tal desenho garantiu que o Programa Cultura Viva fosse afirmado como prioridade nas resoluções da Conferência.

O processo de crescimento e amadurecimento do processo participativo do país foi bruscamente interrompido com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e a interrupção ou mudança de rumos das políticas culturais que vinham sendo implementadas. Houve uma resistência significativa à ação de desmonte do Ministério da Cultura, capitaneada pela sociedade civil, consubstanciado no movimento “Fica Minc”. Seguiram-se tempos ainda mais duros, de um governo de tendência neofascista, que aprofundou o desmonte e a perseguição ao campo da cultura de uma maneira geral, desqualificando os fazeres e os indivíduos, buscando desconstruir o conjunto das políticas.

As sementes plantadas em cada um desses muitos processos participativos, inclusive os que não foram tratados aqui, geraram frutos de resistência frente à pandemia de Covid, que ceifou milhares de vidas, muitas vezes por descaso criminoso da Presidência da República. Trabalhadores da cultura em geral se mobilizaram e se aliaram com o poder legislativo federal buscando alternativas de auxílios emer-

genciais para o campo, que resultou na aprovação da Lei Al-dir Blanc.

Com a vitória do presidente Lula, em 2023, o campo das políticas culturais começou a ser reconstruído, em uma tarefa árdua. O processo de destruição foi intenso e profundo, em especial, nas instituições federais. O Ministério da Cultura, que havia sido transformado em Secretaria de Cultura, é recriado e fica sob o comando da ministra da Cultura Margareth Menezes. Os processos de reconstrução das estruturas e das políticas seguiram sendo realizados.

A convocação, em 2023, da IV Conferência Nacional de Cultura e sua realização, em março de 2024, faz parte desse movimento de reconstituição das políticas culturais, sem perder de vista as mudanças ocorridas no tempo. No momento da realização da IV CNC o Congresso Nacional aprovou a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, com suas galerias repletas de participantes da conferência.

O novo capítulo da estruturação da participação social no campo da cultura possui uma pequena, mas relevante, parte aqui registrada.

Boa leitura!

**Lia Calabre**  
Chefe do setor de Políticas Culturais da  
Fundação Casa de Rui Barbosa



# Introdução

## A invenção das conferências temáticas

**É** com satisfação que compartilhamos com leitoras e leitores este livro, fruto das treze conferências temáticas de cultura ocorridas entre 2023 e 2024 em várias localidades do Brasil. A coletânea conta com a preciosa contribuição de um conjunto de profissionais e especialistas vinculados ao Ministério da Cultura (MinC) e que estiveram engajados em cada um dos eventos. Estas conferências integram um movimento mais amplo de rearticulação institucional das políticas públicas para a cultura, simbolizado pela recriação e pela reestruturação do MinC ocorrida a partir do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 01 de janeiro de 2023.

Em março 2024, houve um movimento bem sucedido de articulação entre diversos grupos e agentes culturais para a retomada da Conferência Nacional de Cultura. O processo de construção da 4ª Conferência Nacional de Cultura produziu

uma série de articulações e reflexões para o aprofundamento dos princípios democráticos por meio das políticas culturais. Com o objetivo de desenvolver um debate que subsidiasse a revisão do Plano Nacional de Cultura (PNC), a 4ª CNC teve como tema central Democracia e Direto à Cultura. Dentre seus objetivos principais, estava a garantia da transversalidade das políticas públicas de cultura no Brasil, transversalidade esta fundamental para a ampliação da democracia e para a inserção de temas e debates direcionados à efetivação dos direitos humanos no âmbito do desenvolvimento socioeconômico brasileiro com inclusão social, racial e de gênero.

Pelo fato de terem antecedido a 4ª Conferência Nacional de Cultura, as conferências temáticas constituíram o primeiro momento de participação social, após um hiato de alguns anos. Ao lado disso, a organização por temas trouxe ao MinC um frescor, na medida em que pôde contemplar temas até então pouco desenvolvidos institucionalmente pela pasta. Por este motivo, podemos dizer que as conferências auscultaram os diversos grupos culturais brasileiros, considerando a pluriversalidade de corpos e pressupondo uma noção de desenvolvimento estreitamente vinculada à equidade social, racial e de gênero e de acesso, comprometida com uma ética ecológica e com uma cidadania emancipatória.

As treze conferências criaram espaços de debates e reflexões direcionados a temas específicos, partindo da premissa de que a cultura desempenha um papel fundamental na construção de identidades — individuais e coletivas —, por meio de partilhas, expressões artísticas, entendimento mútuo, reconhecimento, valorização das diferenças étnico-culturais de povos, processos de inclusão e de transformação social. Sua metodologia se fundou no diálogo entre governo e sociedade, sendo a efetiva participação social um elemento de suma importância para a elaboração de relatórios e propostas que subsidiaram a construção do novo Plano Nacional de Cultura.

Como o leitor poderá facilmente constatar, o livro registra, de múltiplas maneiras, a importância do processo de reconstrução institucional do Ministério da Cultura. Em primeiro lugar, destaca-se a presença ativa de diferentes pastas — como a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), a Secretaria de Formação, Livro e Leitura, a Secretaria dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura, a Secretaria de Economia Criativa, a Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais (SEEC), a Secretaria dos Comitês de Cultura (SCC), entre outras — na organização dos eventos.

Articuladas a essas instâncias, encontram-se centenas de organizações da sociedade civil, instituições de ensino superior, coletivos artísticos e associações de cultura popular que, em conjunto, conformam um sistema de governança descentralizado e marcado por uma participação popular robusta. O estreitamento do diálogo entre Estado e sociedade também se dá por meio da criação e da institucionalização de novos instrumentos legais e de espaços de planejamento das políticas públicas, com destaque para grupos de trabalho, políticas nacionais, comitês técnicos, conselhos e fóruns.

Em seu conjunto, esses diferentes modos de agenciamento e os mecanismos de efetivação das políticas públicas evidenciam que os “temas” das conferências temáticas não funcionam como instrumentos de objetificação de experiências plurais, mas, sobretudo, como arenas nas quais os sujeitos culturais que conformam a diversidade brasileira participam ativamente dos ciclos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de cultura no Brasil.

As conferências temáticas reforçam, assim, a constituição de uma nova cultura política por meio das políticas culturais, na qual os sujeitos culturais integram os processos decisórios. Trata-se de um canal fundamental para a efetivação da democracia brasileira, a partir da afirmação do direito a ter direitos — como o acesso, a memória, a produção, a fruição, o brincar, a formação e a expressão culturais. Em

suma, essas instâncias sublinham a importância de espaços públicos nos quais todas e todos têm vez e voz, deliberando coletivamente e construindo consensos sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro, em suas dimensões socioeconômica e simbólica.

Sendo assim, as conferências temáticas entram na constelação de eventos com intensa participação social, ao lado da conferência nacional, das conferências municipais, das conferências estaduais e das conferências livres. Elas representam, especificamente, uma “invenção”, na medida em que buscaram destrinchar a transversalidade da cultura por meio de alguns tópicos fundamentais às políticas públicas contemporâneas: igualdade racial, LGBTQIAPN+, acessibilidade, educação, infância, juventudes, trabalho, memória, periferias, cidades, povos do campo, das águas e das florestas, culturas digitais, culturas tradicionais e populares.

Estes temas foram organizados em um calendário de conferências, cujos resultados das discussões foram encaminhados à 4ª Conferência Nacional de Cultura, realizada entre os dias 4 e 8 de março de 2024, em Brasília, com o objetivo de definir os rumos das políticas culturais no país para os próximos dez anos. De sua parte, as conferências temáticas ocorreram em diversas regiões do Brasil, com destaque para São Paulo/SP (Conferência Temática de Trabalhadores da Cultura); Belo Horizonte/MG (Conferência Temática de Culturas LGBTQIAPN+); Salvador/BA (Conferência Temática de Igualdade Racial); Rio de Janeiro/RJ (Conferência Temática Acessibilidade Cultural: Direitos Culturais e Cultura do Acesso); Niterói/RJ (Conferência Temática Culturas e Periferias); Cachoeira/BA (Conferência Temática Memória e Museus); Brasília/DF (Conferência Temática Culturas e Cidade: Periferia, Patrimônio Popular, Direito à Cidade e à Arquitetura); Fortaleza/CE (Conferência Temática Cultura e os Povos do Campo, Águas e Florestas) e Alto Paraíso de Goiás/GO (Conferência Temática de Culturas Populares e

Tradicionais). É preciso destacar ainda as conferências em formato remoto e/ou híbrido: Conferência Temática Cultura e Educação; Conferência Temática de Cultura e Juventude; e Conferência Temática da Cultura Digital PermaCultura Digital: Começo, meio e começo.

Tendo em vista as especificidades de cada tema bem como as particularidades regionais de cada contexto, o processo de construção de cada conferência foi único. Além disso, embora estes encontros temáticos tenham sido preparatórios para a Conferência Nacional de Cultura, os debates surgidos ao longo deles foi fértil a tal ponto que requerem um registro especial.

Por estes motivos, optamos por organizar a presente obra, como um modo de registro e de compartilhamento do processo de construção, da atmosfera de debate e da lógica dos encontros de cada conferência. Sendo assim, esta obra traz ao leitor os pensamentos que permearam as conferências temáticas, o seu acúmulo teórico e conceitual, mesmo que, do ponto de vista mais pragmático, as propostas não tenham sido contempladas no texto final da 4ª Conferência Nacional de Cultura. Esta é, pois, a singularidade deste livro: em meio à constelação de publicações do MinC, com destaque para os relatórios e os anais da 4ª Conferência Nacional de Cultura, a presente obra oferece aos leitores uma aproximação às discussões suscitadas nos encontros preparatórios, em sua diversidade.

Esta diversidade encontra-se também nos textos a seguir. Refletindo os formatos plurais encontrados nas conferências, cada texto possui um formato singular, afim tanto a seu tema quanto a seu contexto. Destaca-se ainda a diversidade de grupos, instituições, agentes e demais profissionais que foram reunidos em cada conferência, trazendo perspectivas únicas ao debate. Esta obra parte do entendimento de que as políticas culturais se conectam, de variadas formas, a

diversas dimensões da vida, contemplando a pluriversalidade dos corpos e cidadania emancipatória.

Nesse sentido, é válido destacar que o debate sobre transversalidade merece ainda cuidado, pois não representa um apagamento de pautas e especificidades sócio-históricas. A nosso ver, a transversalidade se complementa à setorialidade, na medida em que aponta para a necessidade de se pensar em ações que atravessem os ministérios e secretarias tendo em vista a equidade. Ou seja, se uma divisão setorial permite uma verticalização dos debates e das ações, a transversalidade, por sua vez, pressupõe uma concertação entre todos os setores para que os debates e as ações estejam articulados. Assim, se a intersetorialidade prevê uma integração entre diferentes setores para buscarem, juntos, soluções a problemas complexos e com variadas causas, a transversalidade, por sua vez, amadurecida nos debates sobre gênero, traz uma preocupação clara com o combate à desigualdade. Nas conferências temáticas, podemos ver o amadurecimento deste debate, seja pela integração interministerial ou, ainda, pelas questões levantadas a respeito da transversalidade por alguns grupos culturais.

## A quem se dirige este livro?

Este livro é dirigido, em primeiro lugar, a gestores e conselheiros de cultura. No entanto, seu alcance não se limita a esses agentes. Ele também busca dialogar com pesquisadores, representantes da sociedade civil e todos aqueles que participaram ou se interessam pelas conferências e debates sobre políticas culturais. Mais do que um manual técnico, esta obra é um convite à reflexão e à ação coletiva.

Sendo assim, esta obra é, acima de tudo, uma convocação para pensar, debater e agir em prol do fortalecimento das políticas públicas para a cultura e, em especial, para o Sistema Nacional de Cultura (SNC). Ela desafia o leitor a en-

xergar além das ferramentas imediatas, como editais e políticas específicas, para compreender o SNC como uma estrutura integrada, com implicações amplas e transversais. Embora seja tentador interpretar o SNC como um conjunto de instrumentos e procedimentos burocráticos, esta obra convida o leitor a adotar uma visão mais abrangente. O SNC deve ser entendido como uma rede orgânica, onde as questões temáticas se entrelaçam e se referenciam mutuamente.

Justamente por isso, este livro possui um caráter fractal e caleidoscópico. Seus temas não podem ser analisados isoladamente, pois se refletem e se conectam em um padrão dinâmico e sistêmico. Cada entrada no livro ecoa e influencia as demais. Nesse sentido, o exercício de leitura desta obra nos convoca a uma interpretação transversal, relacional e de articulação de perspectivas.

## Como está organizado o livro?

Uma pergunta norteia a organização deste livro: “O que é imprescindível para as políticas culturais, lidando com uma determinada temática?” Com esta questão ressoando, estruturamos esta obra em um fluxo que parte de alguns temas estruturantes (nos quais o debate sobre a transversalidade surgiu e amadureceu), com destaque para as lutas interseccionais que reivindicam igualdade racial, sexual e de acesso. Os primeiros capítulos são dedicados aos temas: igualdade racial, LGBTQIAPN+ e acessibilidade. Em seguida, avançamos nas dimensões de promoção social, considerando o bem-estar de cada cidadão brasileiro, em toda sua existência. Aqui, os debates se relacionam à educação, à juventude, ao trabalho e à memória. Os demais capítulos contemplam debates atinentes às territorialidades. É preciso dizer que não consideramos o território enquanto um pedaço marcado de chão, mas, na perspectiva proposta por Milton Santos, enquanto um feixe de fluxos e relações permeados pela cultura.

Por este motivo, as territorialidades contemplam também as virtualidades. Assim, os temas tratados são: periferias; direito às cidades; povos do campo, das águas e das florestas; culturais digitais; e culturas tradicionais e populares.

Por fim, é preciso dizer que os capítulos se comunicam de variadas formas, a partir de diversos vasos comunicantes. Afinal de contas, cada tema tratado neste livro é um emblema de transversalidade. Sendo assim, convocamos os leitores a estabelecerem suas próprias veredas de leitura, em mais um exercício de transversalidade. Boa leitura!

Lindivaldo Junior  
Vicente Nepomuceno  
Manoel Silvestre Friques

# Cultura e igualdade racial

*Lindivaldo Oliveira Leite Junior*

A conferência temática “Cultura e Igualdade Racial”, realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2023, ressaltou o papel estratégico da cultura nos processos de transformação social, especialmente no que se refere à promoção da conscientização e da inclusão social no combate ao racismo. O evento teve caráter nacional, tendo sido realizado em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Fundação Cultural Palmares, com o apoio da Secretaria Estadual de Cultura da Bahia. Surge da necessidade imperativa de fortalecer as ações e políticas culturais para combater as diversas formas de racismo, a discriminação racial, e outras expressões de intolerância relacionadas a povos de matriz africana, comunidades de terreiro, indígenas e de demais segmentos da diversidade cultural.

O debate empreendido no processo da 4ª CNC sobre o papel da cultura para o enfrentamento do racismo e para a promoção da igualdade racial se referênciam numa compreensão de que as expressões do racismo se processam em todas

as áreas da vida. Na política pública, o racismo se mostra estruturado, alicerçado. Ao tempo em que, por meio das políticas públicas, o racismo deve ser eliminado.

No campo das políticas culturais, o racismo também se revela, encontrando lugar propício para uma atuação perversa que exclui populações inteiras, suas histórias e culturas. Observa-se que, como regra geral, as políticas culturais não chegam a territórios vulnerabilizados, onde estão localizadas, muitas vezes, as populações negras e indígenas.

O racismo manifesta-se na cultura quando expressões negras não são reconhecidas ou visibilizadas em espaços de excelência e projeção, como casas de espetáculo, regiões centrais das capitais, teatros monumentais e históricos ou, ainda, nos meios de comunicação de massa.

O Brasil já se reconhece como um país racista e, como tal, iniciou processos de enfrentamento ao racismo por meio de leis específicas e políticas públicas de reparação. Embora consideremos que houve a derrubada do mito da democracia racial brasileira, ainda predomina um pensamento de que vivemos uma espécie de “paraíso racial”, sempre a partir de comparações com as políticas do *Apartheid* na África do Sul e dos modelos racistas estadunidenses.

Esse pensamento que minimiza e nega o racismo, influencia a forma de pensar da maioria da população brasileira, em especial, na maneira como a população negra se relaciona com a sociedade e consigo mesma. Para a filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez, nossa população é influenciada pela cultura e pela ideologia do colonizador. Segundo a autora,

*além da exploração econômica, o grupo branco dominante extrai uma mais-valia psicológica, cultural e ideológica do colonizador. Que se pense, no caso brasileiro, nos efeitos da ideologia do branqueamento articulada com o mito da democracia racial. Cabe ressaltar como tais efeitos se concre-*

*tizam nos comportamentos imediatos do negro (Gonzalez, 2020, p. 25).*

É neste sentido que a participação de pessoas negras e seus movimentos se caracterizam como fundamentais em processos de mudança, uma vez que tais movimentos produziram no Brasil um pensamento crítico sobre racismo, exclusão, e uma análise capaz de introduzir, nas políticas públicas, ações afirmativas e de reparação.

Ao longo da história do Brasil, as culturas não brancas, notadamente tradições culturais negras e indígenas, foram colocadas em situação de inferioridade e folclorização. Nesse mesmo contexto, estão os artistas negros que, regra geral, estão em papéis subalternos, estereotipados e sexualizados. Para superar essa realidade, artistas e produtores negros procuram se articular em movimentos de resistência negra e, aos poucos, tem sido possível observar algumas mudanças.

No entanto, o Brasil ainda carrega mitos racistas construídos, resquícios de uma história e de políticas culturais que produziram uma imagem da cultura brasileira representada, por exemplo, por corpos nus de mulheres negras. Neste caso, Lélia Gonzalez também nos alerta para a intersecção entre racismo e sexismo com a introdução da figura da “mulata” no cenário representativo da cultura brasileira. O movimento de mulheres negras tem trazido o tema para a sociedade, contribuindo para novos comportamentos e intervenções políticas para enfrentamentos e superação do racismo e de suas nuances. Considere-se, a este respeito, o conceito de “bem-estar social” descrito em diversos documentos e pronunciamentos do movimento negro, com destaque para o que foi posto na Carta das mulheres Negras de 2015.<sup>3</sup>

---

3 Carta das Mulheres negras de 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/#:~:text=N%C3%B3s%2C%20mulheres%20negras%20do%20Brasil,afirma%20um%20novo%20pacto%20civilizat%C3%B3rio>.

Nesse contexto conferencial e de estruturação do Sistema Nacional de Cultura, podemos afirmar que a cultura e as políticas culturais são espaços propícios de diálogo sobre temas diversos, articulando pautas emancipatórias para a superação do racismo e do sexismo. Assim, produzir uma análise histórica considerando processos de exclusão e o papel transformador das políticas culturais é fundamental.

### “Nada sobre nós sem nós”: a importância da participação social

Outro aspecto importante na construção de políticas culturais comprometidas com a inclusão social e com o enfrentamento ao racismo é a participação social ampla e, por conseguinte, a presença de representação de pessoas negras e suas culturas em tais espaços políticos. Tal representatividade contribui para que o pensamento, a estética e a visão de mundo de fazedores de cultura vinculados às tradições culturais negras e indígenas influenciem e intervenham, produzindo decisões emancipatórias voltadas à construção de tais políticas.

Nesse contexto, partilhamos a compreensão de que o fortalecimento da participação social, da democratização do acesso e da atenção aos segmentos historicamente vulnerabilizados pelas estruturas racistas da sociedade requer o reconhecimento das pessoas negras como sujeitos de direitos culturais. Quanto a isso, Rubim (2016, p. 19-20) reflete sobre a importância dos sujeitos na construção das políticas culturais, ao afirmar que estas rigorosamente devem contemplar “duas dimensões ativas do público: como sujeito atuante no debate democrático e como participante dos processos deliberativos das políticas”.

O teórico dialoga com o prático quando o movimento social brasileiro cunha a frase “nada sobre nós sem nós”. Desse modo, a participação social figura-se como etapa fun-

damental, sendo a tônica da consolidação das políticas culturais no âmbito do Sistema Nacional de Cultura. Entre seus princípios, estão a Transversalidade da Política Cultural; a Democratização dos Processos Decisórios com Participação e Controle Social e; a Diversidade. Os componentes primordiais para a efetivação de tais princípios são os Conselhos de Políticas Culturais no âmbito municipal, estadual e nacional descritos no Capítulo II da lei 14.835/2024 denominado Marco Regulatório do SNC.

Considera-se que a diversidade territorial, racial, étnica e de gênero deve estar garantida nesses processos de participação e de pactuação de políticas culturais. A presença negra e indígena em tais instâncias de participação reforça o princípio da diversidade e o compromisso do SNC com a sociedade.

É neste sentido que a promoção da diversidade étnica e racial na construção das políticas precisa ser efetivada. Tal diversidade é decisiva tanto para a formulação de políticas inclusivas quanto para a implementação de políticas afirmativas no campo cultural.

Se as políticas culturais são feitas por sujeitos, esses sujeitos que são produtores das diversas festas tradicionais e de manifestações patrimoniais como o frevo, o tambor de crioula, os bois, a ciranda, o maracatu, a capoeira, para mencionar aquelas que têm uma referência explícita e concreta vinculada às tradições africanas (negras), devem ser parte das decisões políticas.

Homens e mulheres negras, indígenas e de povos tradicionais devem ser reconhecidos como sujeitos dos processos decisórios, com participação garantida nos mecanismos de participação social do SNC, em instâncias como as Conferências, bem como em corpos diretivos e em funções de gestão e decisão política.

A ausência dos fazedores de cultura, dos povos e de suas tradições culturais no processo de elaboração de políti-

cas públicas figura como um prejuízo coletivo à diversidade, produzindo uma política cultural a partir de um único olhar, das classes abastadas, eurocêntricas e colonizadoras.

Frente a isso, para produzir a diversidade na cultura e ampliar a participação social, o Brasil realizou conferências nacionais de cultura, conduziu trabalhos de participação a partir de conselhos de cultura e estimulou entes federados a promover a participação social.

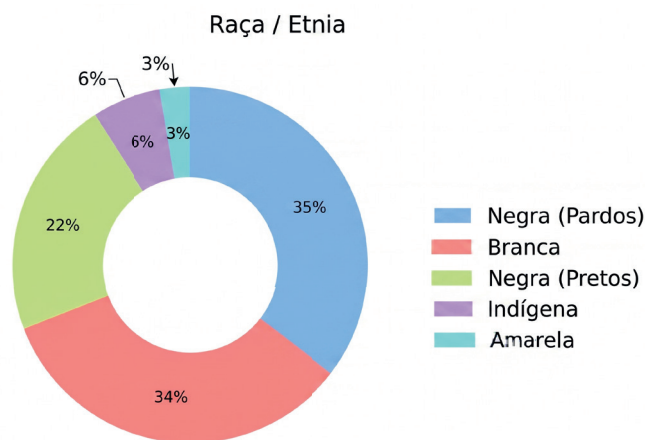
As quatro conferências nacionais de cultura, organizadas pelo governo brasileiro, tiveram forte presença de pessoas negras e de suas expressões culturais, não em suas coordenações e direcionamentos, mas entre os delegados e participantes em geral. A presença de agentes culturais negros e indígenas foi reconhecida por pesquisadores e por dirigentes do Ministério da Cultura. Contudo, tal reconhecimento não se apoiava em dados sistematizados, em razão da inexistência de procedimentos de identificação dos quesitos raça/cor nos formulários de inscrição de delegados e convidados. Isso foi possível a partir do esforço de pesquisadores da 3ª Conferência Nacional de Cultura, com dados coletados no processo de inscrição e cadastramento.

Sobre essa participação na terceira conferência, a escritora Cidinha da Silva (2014) afirma que, além dos espaços de participação promovidos pelo governo federal, os avanços da luta antirracista no Brasil também foram decisivos para a inserção dos negros e negras na construção da política cultural. Silva (2014) pontua que a 3ª Conferência Nacional de Cultura, em 2014, contou com 295 delegados e delegadas que se declararam como negros e negras. Ela ressalta ainda o levantamento do quesito raça/cor como uma conquista do movimento negro em debates nas décadas de 1980 e 1990.

Ainda sobre a 3ª CNC, a escritora identifica a presença de agentes negros oriundos do núcleo duro do debate racial, mas novos tanto no cenário da conferência, bem como no cenário artístico-cultural. Destacou ainda que “o discurso po-

lítico-cultural desses sujeitos novos, mostrou-se articulado a demandas históricas do Movimento Negro” (Silva, 2014, p. 35). A presença e o discurso negros na 3ª CNC contribuíram para qualificar os debates sobre o papel da cultura no enfrentamento ao racismo, ao indicar caminhos possíveis para a promoção da inclusão sociorracial pelo Ministério da Cultura, por meio de programas e projetos culturais.

A 4ª CNC, por sua vez, trouxe o debate sobre o papel da cultura no enfrentamento ao racismo desde seu processo de preparação, apontando para as possibilidades de debates em colegiados setoriais de cultura afrobrasileira e rebatizando a expressão “cultura popular” para “culturas populares e tradicionais”. Os dados oficiais da conferência revelaram uma maior presença negra entre delegados e convidados:



Fonte: Elaborada pelo autor

Na perspectiva da participação social em processos de decisão no campo das políticas culturais, notadamente, lideranças e agentes culturais negros têm relevante participação quando se trata de conselhos de política cultural e de conferências. Conforme os dados do credenciamento da 4ª

CNC, essa foi a conferência com maior participação de pessoas negras.

Os espaços populares de discussão política como as conferências de cultura são fundamentais para uma compreensão do papel da cultura no fortalecimento da democracia participativa. No que se refere à participação negra e suas reivindicações, a quarta conferência apontou pautas como a inserção de políticas de ações afirmativas no âmbito das três esferas de governo; a ampliação da participação de segmentos das culturas negras e tradicionais em programas, projetos e mecanismos de participação social e; o acesso a editais.

Sobre esse terceiro aspecto, a conferência também reafirmou o que tem sido construído no MINC no que se refere às políticas de ações afirmativas descrita na Instrução Normativa número 10/2023<sup>4</sup>. Este documento orienta os entes federados na aplicação de políticas de ações afirmativas e de medidas de acessibilidade no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).

## Um olhar para as instituições: “nossos passos vêm de longe”

O processo conferencial vivido em 2023/24 figura como um elo de continuidade do trabalho de construção de ações afirmativas na cultura, fruto de debates do movimento negro e do movimento cultural. Desse ponto de vista, as denúncias sobre as formas de operação do racismo no campo das políticas culturais, assim como as propostas de enfrentamento, foram apresentadas ao longo do processo conferencial. Documentos importantes da luta do setor cultural negro foram resgatados, a exemplo da carta de 2022, apresentada pelo Fórum

---

4 Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao-e-normativas/instrucao-normativa-minc-no-10-de-28-de-dezembro-de-2023>.

Nacional de Performance Negra<sup>5</sup> na Conferência temática de Cultura e Igualdade Racial. Nesta carta, observa-se a denúncia da situação em que viviam artistas e produtores negros: “Que os espetáculos de teatro e dança negros não têm espaço nas pautas dos chamados espaços de excelência como casas de espetáculos e teatros de grande referência, sobretudo nos centros urbanos de capitais”. O diagnóstico continua atual e revela a história de luta e de organização do movimento negro brasileiro protagonizada por lideranças políticas e culturais. É preciso empreender um esforço no sentido de as políticas públicas de cultura repararem o dano causado ao setor cultural e aos artistas e produtores negros. É necessário reconhecer que a concepção racista está arraigada na construção das ações voltadas para a promoção do direito à cultura, tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

As articulações e os movimentos de artistas, produtores e ativistas negros, em geral, dão prosseguimento a uma luta que não começa nesse século. Ele é fruto do legado de uma militância negra que sempre esteve presente no segmento cultural e que utiliza/utilizou a cultura e suas expressões como uma ferramenta eficaz de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial. Lideranças históricas da luta da população negra como Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Solano Trindade, Mãe Beata de Iemanjá, Luiza Bairros, Zózimo Bubul, Zezé Mota, Lea Garcia, dentre outros, sublinharam o papel da cultura como essa ferramenta educativa e de emancipação política. Nas palavras de Gonzalez (2022, p. 77):

*a militância política do Movimento Negro Unificado era um fator determinante de nossa compreensão da questão*

---

5 Fundado em 2005 por iniciativa do Bando de Teatro Olodum e da Cia dos Comuns, o Fórum Nacional de Performance Negra tem como objetivo principal propor às instâncias governamentais nas esferas federal, estadual e municipal a criação e a implementação de políticas públicas para as artes cênicas negras.

*racial. Por outro lado, a experiência vivida enquanto membro do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo nos permitiu percepção de várias facetas que se constituíam em elementos muito importantes para a concretização deste trabalho.*

Lélia é representante de uma geração que criou formas de denunciar o racismo por meio da cultura e influenciou a criação de políticas públicas nesse campo. Populações e lideranças negras foram capazes de manter viva tradições e expressões culturais seculares como a congada, o maracatu, os bois, as expressões do samba, para citar alguns. Os movimentos negros brasileiros de fazer revisões históricas e derrubar mitos de opressão, como o Mito da Democracia Racial brasileira.

O Fórum Nacional de Performance Negra se soma a debates históricos de luta sobre inclusão racial por meio da política cultural. Ele é decisivo na conquista da participação negra na criação de políticas que incentivaram a igualdade racial no campo da produção artística. São exemplos de políticas sob esta perspectiva: o Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afro-Brasileiras e o Prêmio Funarte de Arte Negra, realizados, respectivamente, pela Fundação Cultural Palmares e pela Funarte. E os chamados editais afirmativos realizados em 2013 pelo Ministério da Cultura. “É também conquista do Fórum a inclusão de especialistas negros e negras em grande parte das comissões julgadoras dos editais para cultura e arte lançados entre 2006 e 2016”, afirma a carta do FPN entregue durante o processo da 4ª CNC.

Instituições vinculadas ao movimento cultural negro brasileiro influenciaram decisões de implementação de políticas públicas de cultura. As articulações e iniciativas dos movimentos sociais lograram intervir na Constituição Federal de 1988, por meio da incorporação do enfrentamento ao racismo e do reconhecimento do papel do Estado na proteção das

manifestações culturais de matriz africana e indígena. Elas foram decisivas na criação da Fundação Cultural Palmares, sendo esta a primeira instituição pública a ter em sua missão o combate ao racismo e a promoção da cultura negra.

Criada em 1988 e desestruturada a partir do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e ao longo do ciclo governamental de 2019 a 2022, a Fundação Cultural Palmares iniciou, em 2023, seu processo de reconstrução, retomando sua missão na preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro. Para isso, buscou parcerias no âmbito das relações internacionais, e investindo na estruturação de sua sede, na reorganização de seus acervos e na sua inserção (fundamental) no âmbito do Sistema Nacional de Cultura.

Além disso, as reflexões voltadas à desconstrução dos mitos do colonialismo e do racismo brasileiros, presentes no processo da 4ª CNC, contribuíram para que as políticas culturais assumam, de forma mais consistente, seu papel inclusivo e transformador. Destaca-se ainda a importância de sua intersecção com outras áreas de políticas públicas como educação, saúde, assistência, desenvolvimento territorial, assumida como estratégia de inclusão de povos historicamente colocados em situação de exclusão. A promoção da igualdade racial exige, assim, o enfrentamento das mazelas sociais e a desconstrução de estereótipos e concepções racistas que limitam o desenvolvimento social e econômico das populações vulnerabilizadas, inscrevendo a cultura como território decisivo de disputa, reparação e construção de igualdade.

## Referências

BAIRROS, Luiza. *Orfeu e Poder: Uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil*. Afro Ásia, Salvador, n. 17, p. 173-186, 1996.

CARDOSO, Edson Lopes. *Nada os trará de volta: Escritos sobre racismo e luta política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FIGUEIREDO, Ângela. “Perspectivas e contribuições das organizações de feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira”. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1080-1099, 2018.

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização Flávia Rios, Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MORAES, Regina. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura.

# Trabalhadores da Cultura

*Deryk Santana – Rafael Fontes – Angelo Raniere Augusto Ramalho*

**N**os últimos anos, trabalhadores da Cultura, das Artes e da Economia Criativa têm enfrentado um cenário cada vez mais desafiador em função das reformas trabalhistas, das novas formas de contratação e do avanço das tecnologias de informação e comunicação que resultaram em significativas mudanças no mundo do trabalho no Brasil e no mundo.

Cabe lembrar que o setor cultural é historicamente marcado por contratações temporárias e pela associação de seu trabalho com o produto dele derivado. A flexibilização das relações trabalhistas, impulsionada pela ampliação da “pejotização” — que transforma o trabalhador em pessoa jurídica — e a “uberização” — que dilui a responsabilidade da contratante pelo trabalhador em vários níveis de complexidade — contribuem ainda mais para o aumento da informalidade e da precarização do trabalho no setor. A falta de reconhecimento e de regulamentação das profissões do campo em função da ausência de atualização de legislações especí-

ficas, como a Lei 6533/78 — que rege as atividades artísticas no Brasil — e a Lei 3857/60 — que cria a profissão de músico —, agravam ainda mais essa realidade, deixando muitos profissionais sem acesso a direitos e garantias sociais, trabalhistas e previdenciárias básicas. Dessa forma, os desafios atuais enfrentados por esses trabalhadores se intensificam, exigindo uma revisão urgente de políticas públicas e marcos legais que promovam maior proteção e dignidade.

A crise social e econômica, provocada pela pandemia de covid-19, afetou de forma mais aguda os trabalhadores da cultura que realizavam seus ofícios. “A primeira a parar e a última a voltar” virou um bordão que representou bem os sentimentos e os medos por que passavam todos os trabalhadores da cultura. Do bilheteiro do circo ao empresário de uma produtora, passando por atividades artísticas, técnicas e da economia criativa, todos os trabalhadores da cultura viram-se frente à incerteza de suas profissões. Muitos tiveram que reinventar a sua forma de atuação, tendo que repensar a sua arte através de mediações virtuais.

Nesse contexto, um processo cada vez maior de mobilização e de organização dos trabalhadores da cultura, dos órgãos de classe e de parlamentares, garantiu a aprovação e a consolidação de instrumentos de fomento à cultura como a Lei Federal nº 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc 1 (LAB) e a Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo. Instrumentos fundamentais para manter funcionando a produção cultural no país, mas, também, como primeiros a realizar uma ação nacional minimamente articulada de fomento a estados e municípios em larga escala. Estas experiências foram fundamentais para a consolidação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) – Lei nº 14.399/2022. A participação vigilante que a sociedade civil exerceu, possibilitou a aplicação de políticas nacionais de fomento e apoio cultural, capaz de burlar o baixo interesse político do Governo Federal e de entes federados em torno dos temas da cultura. Este cenário am-

pliou as demandas profissionais de especialistas em cultura, arte e criatividade e criou novas possibilidades de emprego e renda nesses setores. Foi esse o cenário que o atual governo encontrou.

Com a eleição do presidente Lula, a Cultura reconquistou o status de Ministério e reassume seu papel central na condução das políticas culturais, agora com uma nova estrutura. Nessa nova estrutura, foi criada a Diretoria de Políticas para Trabalhadores da Cultura (DTRAC) na Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural (SEFIC). É um marco importante para a formulação e a implementação de políticas voltadas para o mundo do trabalho em cultura que atendam às suas demandas de formação e qualificação; de reconhecimento, regulamentação, formalização; de estruturação de redes e arranjos produtivos e de garantia de direitos para trabalhadores e trabalhadoras da cultura, das artes e da criatividade, compreendidos como sujeitos de direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e também como agentes fundamentais na garantia de direitos culturais a toda população brasileira.

## Conferências e auscultas do campo cultural brasileiro

Com o objetivo de dialogar com a sociedade civil e construir propostas que atendam às demandas inerentes a estes segmentos, o Ministério da Cultura realizou em São Paulo, no SESC 14 BIS, entre os dias 22 e 24 de janeiro de 2024, com a participação de mais de 500 pessoas, a Conferência Temática de Trabalhadores da Cultura (CTTC) intitulada “Festa, Trabalho e Pão: políticas para trabalhadores da Cultura, das Artes e da Economia Criativa”. Nela, foram produzidas importantes reflexões sobre as demandas desse tema para a 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC). Através de painéis, debates e dois grupos de trabalho, foram discutidos os prin-

cipais temas que afetam o campo cultural hoje e as perspectivas do mundo do trabalho em cultura.

Um dos eixos do debate foi o modo como avanços tecnológicos, inteligências artificiais, redes sociais e plataformas de conteúdo impactam o mundo do trabalho em cultura. Ao lado dele, discutiu-se a necessidade da ampliação das ofertas formativas para as áreas técnicas e de apoio ao fazer artístico e cultural, bem como a necessidade de articulação interministerial para a promoção do trabalho decente e dos demais direitos sociais, trabalhistas e previdenciários demandados pelo campo cultural. Estes três aspectos compuseram a tônica de todo o debate realizado na conferência.

No Grupo de Trabalho voltado para a formação e qualificação para o mundo do trabalho em cultura, representantes de instituições públicas e privadas ofertantes de cursos livres, técnicos, de linguagens artísticas e de pós-graduação, bem como pesquisadores e interessados no tema, debateram e construíram as bases para a criação do Programa Nacional de Formação e Qualificação para o Mundo do Trabalho em Cultura. Três assuntos foram recorrentes e servem de base para a atuação da DTRAC junto à formação e qualificação profissional em cultura: o desenvolvimento de políticas que visem a ampliação da oferta formativa para o mundo do trabalho em cultura, nas artes e na economia criativa através da nacionalização de cursos do Eixo Tecnológico Produção Cultural e *Design* (como são agrupados as formações desta área pelo MEC); o apoio à formação oferecida pela sociedade civil, com a concessão de bolsas de fomento, à inserção, à difusão e ao reconhecimento dos saberes e fazeres inerentes aos labores da cultura e, por fim, o apoio técnico para organizações sociais e para empreendimentos da cultura e da economia criativa.

Destaca-se que, além da articulação para o encaminhamento das outras demandas debatidas na conferência temática, ocorreu o lançamento, durante a CTTC, da Escola

Solano Trindade de Formação e Qualificação Artística, Técnica e Cultural – ESCULT. A ESCUT é uma plataforma de cursos *online* destinada à formação e qualificação para o mundo do trabalho em Cultura, por meio da oferta de cursos livres, de formação inicial e continuada (FIC) e de especialização. A plataforma já é uma realidade com mais de cem mil estudantes matriculados, aumentando a oferta de formação e qualificação em cultura de forma gratuita.

No Grupo de Trabalho de Direitos e Garantias para Trabalhadores da Cultura, várias organizações de classe relacionadas à cultura de todo o país se fizeram presentes. Associações, cooperativas, fóruns, sindicatos, centrais sindicais, pontos de cultura e outros movimentos sociais e organizações da sociedade civil estiveram em São Paulo para debater e articular seus direitos e a manutenção de seus ofícios. Os debates e encaminhamentos neste grupo foram sobre a necessidade de mapeamento, censo e cadastro de trabalhadores da cultura; a atualidade e aplicação da Lei nº 6533/1978 e da lei nº 3.857/1960; a importância da criação de um novo arcabouço legal que consiga garantir direitos e; a necessidade de atualização da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) do setor cultural e criativo.

A Lei nº 6.533/1978, que reconheceu e regulamentou as atividades artísticas e técnicas de espetáculos, gera polêmica e cisma nas organizações de classe. De um lado, estão os Sindicatos de Artistas e Técnicos de Espetáculos que têm, nesta lei, a garantia de seu papel central na organização destes trabalhadores. De outro lado, estão diversos profissionais da cultura que não se reconhecem nas ocupações, categorias e na organização sindical nos moldes de 1978. Ambos os lados participaram da conferência e pautaram suas posições. O mesmo aconteceu em relação à Lei nº 3.857/1960, que criou a Ordem dos Músicos e lhe atribuiu a possibilidade de reconhecimento profissional. Se desejamos construir

uma política para trabalhadores da cultura que seja ampla, que “não largue a mão de ninguém”, e que seja justa socialmente, cabe ao Estado ouvir e reconhecer nos diversos posicionamentos caminhos convergentes para melhoria na vida desses trabalhadores.

Desses debates, por exemplo, saiu a consulta pública para atualização do quadro anexo da regulamentação da Lei nº 6.533/1978. Com ela, conseguimos mapear profissões e atuações profissionais que deverão integrar a primeira atualização dessa lei, mais de 45 anos depois de sua criação. O mesmo processo está em curso com o mapeamento das ocupações culturais, que servirá para que o Ministério do Trabalho atualize as CBOs relacionadas à cultura.

## Um mundo em transição: o trabalho em cultura na transição dos séculos XX e XXI

O mundo do trabalho mudou e continuará mudando. No século anterior, ele era baseado em uma lógica industrial de produção, na divisão do trabalho, nos territórios e nas grandes massas de trabalhadores com funções interconectadas e direitos comuns. Hoje há, cada vez mais, maior pulverização da força de trabalho, novas ocupações, surgidas a partir das aceleradas demandas do mercado, acompanhadas de novas instituições e formas de contratação criando setores desregulados.

Nos setores da cultura, das artes e da criatividade, essa transição é perpassada pela internacionalização da produção industrial e cultural, pelo crescimento do uso da *internet*, das redes sociais, das plataformas de *streaming*, das inteligências artificiais e pela crise das mídias físicas na música, no audiovisual e nos direitos autorais. Tais tendências foram aceleradas pela pandemia de COVID-19.

As novas formas de circulação e de consumo de conteúdo cultural geram inevitáveis debates sobre uma regulamentação que seja capaz de garantir a remuneração e os direitos dos trabalhadores que produzem essas obras, levando em conta o caráter internacional das plataformas/empresas, dos públicos e de seu potencial de impacto nas economias nacionais. Nos últimos 36 anos, desde a promulgação da Constituição de 88, observa-se que a economia, a política e os setores sociais do Brasil passaram por significativas alterações a partir da rápida evolução tecnológica e dos arranjos produtivos culturais e criativos. Para pensar este momento de transição da sociedade brasileira entre os séculos XX e XXI no mundo do trabalho em Cultura, torna-se necessário abordar, ainda que sucintamente, algumas ações governamentais fundamentais que foram implementadas nesse período e que dialogam diretamente com a realidade do trabalho na Cultura:

- Lei Rouanet – Mecanismo de fomento indireto que passa por uma profunda transformação na gestão da ministra Margareth Menezes com a criação de novos mecanismos e possibilidades como os editais regionais e setoriais, os planos anuais e o fomento a territórios criativos; que já investiu mais de R\$31 bilhões desde 1992;
- Cultura Viva – Desenvolve, articula, descentraliza, forma e produz a cultura comunitária e seus territórios; reconhecendo mais de sete mil pontos de cultura com um investimento anual mínimo de R\$420 milhões;
- Lei Aldir Blanc (LAB) e Lei Paulo Gustavo (LPG) – Possibilitam o fomento aos entes federados do Sistema Nacional de Cultura, ativam uma grande demanda reprimida por profissionais qualificados e melhores condições de trabalho e remuneração na

cultura, inclusive no setor público; O ciclo 1 da LAB junto com a Lei Paulo Gustavo injetaram R\$6,86 bilhões e o ciclo 2 da Lei Aldir Blanc já tem previsão de investimento de R\$15 bilhões até 2029 na Economia Criativa e da Cultura;

- Criação dos Institutos Federais (IFs) da rede de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a expansão das Universidades Federais (UFs) – Possibilitaram a ampliação da oferta formativa de trabalhadores da cultura, em especial, nas linguagens artísticas e menos das áreas técnicas e de apoio ao fazer cultural;
- Microempreendedor Individual (MEI) – Instrumento jurídico que visa a formalização de empreendedores informais com faturamento anual de até R\$81 mil, categoria que abarca boa parte dos trabalhadores formalizados no ramo da cultura.

O acúmulo produzido pelo debate realizado na Conferência Temática de Trabalhadores da Cultura mostrou que o inevitável avanço tecnológico ao mesmo tempo em que gera novas oportunidades, também revela os profundos fossos que as desigualdades, invisibilidades e vulnerabilidades produzem no mundo do trabalho. Mostrou também formas de amenizar seus impactos ou mesmo produzir pontes, sendo a principal delas, a formação profissional e tecnológica voltada para tornar o trabalhador resiliente às transformações no mundo do trabalho. A formação é compreendida no Ministério da Cultura de forma transversal, sendo um pilar fundamental na elaboração e na execução das políticas culturais, como estipulado no Decreto de recriação do MinC (11.336, de 1º de janeiro de 2023) e na Lei nº 14.835, que institui o Sistema Nacional de Cultura. Há diversas estruturas que tratam desse tema, tanto na administração quanto em suas autarquias, que desenvolvem programas de formação

com lançamento de editais, celebração de parcerias, convênios e acordos técnicos de processos formativos em cultura.

A Conferência Temática de Trabalhadores da Cultura foi um marco no diálogo entre poder público e sociedade civil para o afinamento de pautas, no reconhecimento de atores, na criação de redes, na consolidação de pautas e na construção de políticas públicas para o setor. Vivemos a reconfiguração do mundo do trabalho, que impacta inclusive as profissões criativas, consideradas as últimas a sofrerem com os processos de mecanização, somada à crise climática e à urgente necessidade de uma transição não só energética, mas de modelos de sociedade e de produção. Neste contexto, investir em cultura e em seus trabalhadores possibilita a geração de riquezas renováveis a partir de um dos maiores ativos nacionais, a diversidade cultural, que reforça as identidades nacionais e a influência mundial exercida pelo Brasil no setor.



# Cultura e LGBTQIA+

*Tony Gigliotti Bezerra<sup>6</sup>*

A diversidade sexual e de gênero é também uma dimensão da diversidade cultural brasileira. Com essa convivência, artistas e agentes culturais LGBTQIA+ participaram da Conferência Temática de Culturas LGBTQIA+, realizada nos dias 30 e 31 de janeiro de 2024, no Centro de Referência das Juventudes (CRJ), em Belo Horizonte-MG. O evento foi organizado pelo Ministério da Cultura<sup>7</sup> em parceria com a UNIRIO, o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, a Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, a Plataforma Fervo2k20, a Bapho Cultural, os grupos AsThemonias, CELLOS, GDN e ABGLT. O encontro contou com a participação de mais de 130 pessoas, de 26 estados brasi-

---

6 Pesquisadore do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), doutore em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), trabalhou no MinC entre 2012 e 2024.

7 A Secretaria de Comitês de Cultura (SCC/MinC) e a Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (do MinC que organizaram e participaram do encontro estão Vinícius Alves da Silva, Tony Gigliotti Bezerra, Lindivaldo Junior, Márcia Rollemberg, Karina Miranda da Gama, Allison da Silva Pereira, Rosely Moraes Sampaio.

leiros e teve o objetivo de identificar, refletir e reconhecer a pluralidade das produções do setor artístico e cultural LGBTQIA+, contribuindo para que o processo da 4ª CNC trouxesse a transversalidade da diversidade como um elemento determinante da construção das políticas culturais.

Neste texto, abordamos o conceito de políticas culturais LGBTQIA+ e a transversalidade entre as políticas culturais e a diversidade sexual e de gênero, enfatizando a necessidade de fomento às expressões criativas dessa população e o registro de suas memórias e patrimônios culturais. Na sequência, discutimos, sucintamente, o histórico de atuação do MinC nessas políticas. Por fim, dialogamos a respeito das deliberações da referida conferência temática e da importância de se efetivar suas propostas.

## As transversalidades LGBTQIA+

Em termos conceituais, as culturas LGBTQIA+, ao incluir lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, travestis, queer, intersexo, assexuais, agênero, entre outras, aborda uma miríade de identidades e expressões de gênero e de sexualidade, colocando em xeque a cisheteronormatividade. Ou seja, as pessoas LGBTQIA+ questionam, em alguma medida, o conjunto de normas sociais que divide a sociedade em homens e mulheres para depois uni-los em casais sob o domínio patriarcal e religioso vigente. Nesse sentido, pode-se afirmar que as políticas culturais LGBTQIA+ pretendem modificar o atual estado de coisas, combatendo as discriminações em suas mais diversas formas, prevenindo violências contra essa população e promovendo seus direitos e expressões artísticas e culturais.

Nesse contexto, as paradas do orgulho LGBTQIA+ representam, ao mesmo tempo, manifestações políticas contra a LGBTfobia e celebrações da diversidade cultural do grupo e de seus aliados. A parada do orgulho de São Paulo-SP se

destaca como a maior marcha em prol dos direitos humanos e sociais do mundo, na qual se festeja a diversidade e se reafirma a luta por mais respeito e representatividade em todos os espaços de poder.

Nesse sentido, deve-se exaltar a riqueza dessas culturas, entre elas os *ballrooms*, as batalhas de vogue, a arte transformista, as paradas da diversidade e do orgulho LGBTQIA+. Nessa seara, cabe destacar que a diversidade religiosa também faz parte da diversidade cultural, que possui imbricações com a diversidade sexual e de gênero. Interessante observar a constituição de uma expressiva quantidade de igrejas LGBTQIA+ no Brasil, tendo em vista a interseccionalidade entre os cristianismos populares e esses movimentos (Bezerra, 2024). Ademais, observa-se uma aliança histórica entre a comunidade LGBTQIA+ e as culturas indígenas e afrobrasileiras, dado que a diversidade sexual e de gênero já era observada muito antes do violento processo de colonização das américas. Em desenvolvimentos recentes, algumas lideranças de terreiros de candomblé e de umbanda têm exaltado e celebrado esse sincretismo entre religiões afro e LGBTQIA+, autodenominando-se travorixá (termo que sintetiza os papéis de travesti e babalorixá).

A criatividade e o dinamismo do movimento expressa-se por meio da criação de novas terminologias e expressões idiomáticas. Já que a linguagem é expressão da cultura e muda ao longo do tempo, a diversidade sexual e de gênero, ao questionar a separação rígida entre homens e mulheres no sistema patriarcal, constitui novas formas de se falar, ouvir, escrever e ler em português (ou pretoguês, como dizia Lélia Gonzalez). Nesse diapasão, emerge o pajubá, linguagem usada pela comunidade LGBTQIA+ e que utiliza palavras originadas de grupos étnico-linguísticos africanos iorubá/nagô e banto. Essa linguagem se desenvolveu sobretudo durante a ditadura civil-militar do Brasil, como forma de resistência à LGBTfobia prevalente no período (Peixoto, 2021). O uso da linguagem

neutra ou não-binária é outra demonstração do vigor criativo dessas culturas. A popularização de neologismos como “to-des”, que abrangem todas e todos, mostra que é preciso romper as barreiras culturais entre o masculino e o feminino para abarcar todas as diversidades existentes no Brasil.

Em um mundo cada vez mais plural e diverso, a intersecção entre políticas culturais e questões LGBTQIA+ emerge como uma necessidade crucial para a promoção da inclusão e da igualdade. Ao abordar essas duas esferas de forma transversal, não apenas reconhecemos a riqueza da diversidade humana, mas também garantimos que as políticas públicas abranjam e representem verdadeiramente todas as identidades e experiências.

Assim, as políticas culturais devem refletir essa diversidade, reconhecendo e valorizando as contribuições culturais das comunidades LGBTQIA+, incluindo suas expressões artísticas, tradições, memórias e histórias. Ao integrar sua perspectiva nas políticas culturais, promovemos a visibilidade e o respeito, combatendo estereótipos e preconceitos tão arraigados na sociedade.

A transversalidade das políticas culturais e LGBTQIA+ também deve se traduzir no acesso equitativo aos recursos culturais a todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero. Isso inclui o acesso a espaços culturais seguros e inclusivos, programas educacionais e oportunidades de participação na vida cultural da comunidade. Ao remover barreiras e discriminações, promovemos a participação plena e igualitária de todos os cidadãos na vida cultural.

Ademais, as políticas culturais desempenham um papel fundamental na educação e na sensibilização sobre a diversidade sexual e de gênero. Ao integrar esses conteúdos nas instituições culturais, programas educacionais e eventos culturais, podemos promover uma maior compreensão e respeito pela diversidade da população LGBTQIA+. Isso não

apenas fortalece os laços de solidariedade e empatia, mas também ajuda a prevenir a discriminação e o preconceito.

A transversalidade entre políticas culturais e LGBTQIA+ também implica o fomento à expressão criativa e artística dessas comunidades. Isso envolve o apoio a projetos culturais e artísticos que abordam questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, bem como o reconhecimento e a celebração das contribuições culturais dessas comunidades. Ao proporcionar espaços e recursos para a expressão criativa, fortalecemos a identidade e o empoderamento dessas pessoas.

## O Estado e os movimentos LGBTQIA+

Historicamente, a questão LGBTQIA+ foi ora ignorada pelo Estado Brasileiro, ora tratada pela política de saúde, no contexto do combate à epidemia de HIV/Aids e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Contudo, essa história começa a mudar no primeiro governo do presidente Lula. A partir de 2003, com a criação da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (SID), o Ministério da Cultura (MinC) passou a apoiar manifestações culturais historicamente excluídas e invisibilizadas. Nesse diapasão, foram criados editais específicos para concessão de prêmios e incentivos às expressões culturais de segmentos específicos, entre eles as culturas populares, culturas indígenas, culturas ciganas, juventude, pessoas idosas e LGBTQIA+ (Correia, 2013).

Em 2004, foi criado o “Grupo de Trabalho de Promoção da Cidadania GLBT”, no âmbito do MinC. O objetivo era o de elaborar um plano para fomento, incentivo e apoio às produções artísticas e culturais que promovessem a cultura e a não-discriminação por orientação sexual. Ao final do trabalho, foi lançado um relatório que reuniu informações sobre o histórico do movimento LGBTQIA+, desde a década de 1970,

e a fundamentação para a política cultural que se pretendia implantar (Brasil, 2005; Correia, 2013).

A inserção do tema na agenda das políticas culturais, durante a década de 2000, representou um importante giro político, no qual a diversidade sexual e de gênero passou a ser encarada como um aspecto da cultura. Correia destaca que, entre 2005 e 2010, a SID contemplou 506 propostas em editais voltados para as “culturas LGBTs”. Com investimentos da ordem de R\$4,2 milhões ao longo do período, o segmento LGBT absorveu 19% dos recursos investidos pela secretaria. Foram apoiadas ações em 24 unidades da federação, o que demonstra a abrangência nacional da referida política (Correia, 2013).

Assim, entre 2005 e 2009, o Ministério da Cultura desenvolveu essa política de fomento por meio de seis editais públicos cujos focos foram as “culturas LGBTs” e as paradas de orgulho LGBTQIA+, quais sejam: Parada do Orgulho GLBT 2005, Concurso Cultura GLBT 2006, Concurso Cultura GLBT 2007, Concurso Público de Apoio a Paradas de Orgulho GLTB 2008, Prêmio Cultural GLBT 2008 e Prêmio Cultural GLBT 2009 (Brasil, 2014). Esse processo representou um marco histórico para o movimento LGBTQIA+, uma inovação na forma como o Estado lida com esses segmentos, passando a reconhecer a existência dessas culturas e a promovê-las (Bezerra, 2018).

Em novembro de 2012, foi instituído o Comitê Técnico de Cultura para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e demais grupos da diversidade sexual, sob a coordenação da Secretaria de Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), que substituiu a SID. O órgão colegiado tinha a meta de apresentar subsídios técnicos e políticos para apoiar a implementação de políticas culturais voltadas à população LGBTQIA+.

## Deliberações das Conferências

Em outubro de 2013, no contexto da 3ª Conferência Nacional de Cultura, foi realizada, na Universidade de Brasília (UnB), a Conferência Livre de Educação e Cultura LGBT, com o objetivo de construir propostas a serem encaminhadas à 3ª CNC e à Conferência Nacional de Educação, que ocorreria no ano seguinte. Na ocasião, houve a instalação do Comitê Técnico de Cultura LGBT do MinC. O evento foi realizado pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNC/D/LGBT), ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), com apoio da UnB, MinC e MEC (BRASIL, 2013).

Em novembro de 2013, foi realizada a etapa nacional da 3ª CNC, com o tema “Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura”. Na ocasião, foi aprovada a Moção 73: “Levando em consideração a existência de uma cultura específica LGBTTT, propomos a criação do Colegiado Setorial de Expressões Culturais LGBTTT no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), para combater a marginalização dessas expressões e valorizá-las por meio de políticas públicas” (Brasil, 2014, p. 150).

Em 2014, foi lançado o Relatório Final do Comitê Técnico de Cultura LGBT, compilando os resultados dos trabalhos dessa área (BRASIL, 2012; 2014). A reativação desse comitê é uma das propostas aprovadas na Conferência Temática de Culturas LGBTQIA+ de janeiro de 2024. A plenária final propôs incluir as culturas LGBTQIA+ em todos os espaços de decisão das políticas culturais ligadas ao MinC, tais como: Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), conselhos e comitês do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Conselho do Patrimônio Cultural. Além disso, o movimento deseja que o Comitê Técnico de Culturas LGBTQIA+, ao ser retomado, este-

ja ligado à Secretaria Executiva do MinC, tendo em vista a transversalidade das culturas LGBTQIA+.

A conferência também deliberou sobre a criação de um Programa Interministerial envolvendo o MinC, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em prol do desenvolvimento econômico do setor artístico e cultural LGBTQIA+, focado na formação e profissionalização da cadeia produtiva da economia solidária e criativa protagonizada por essa comunidade, que abranja a qualificação continuada para o acesso a fomento direto e indireto, inclusive por meio de patrocínio de empresas estatais. Para tal projeto estratégico, é necessário um mapeamento de artistas, agentes culturais e demais trabalhadora/es da cultura, coletivos e organizações LGBTQIA+. Ademais, esse programa deve atuar na mitigação das desigualdades presentes dentro dessa população, priorizando as produções culturais de pessoas trans, travestis e não-binárias, além de considerar a interseccionalidade das lutas sociais, valorizando também as produções pretas, de pessoas com deficiência, periféricas, do campo, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, entre outras.

A terceira proposta prioritária aprovada na conferência temática foi a criação de uma Política Pública Nacional de Patrimônio e Memória Cultural LGBTQIA+, contemplando a criação e a manutenção de um Centro de Referência Nacional de Memória e Museologia Social LGBTQIA+ e outros espaços físicos de memória, em todo o território nacional (não se limitando a capitais e grandes centros); que guarde e registre documentos (físicos e digitais), memórias e fazeres da comunidade; que promova o reconhecimento da cultura transformista/drag e das Paradas do Orgulho LGBTQIA+ em sua diversidade territorial (periféricas, interioranas, litorâneas e capitais) como patrimônios imateriais e mapeie outras manifestações LGBTQIA+ que possam ser reconheci-

das da mesma forma. A proposta enfatiza, ainda, que se deve respeitar os critérios para execução das políticas públicas de fomento, manutenção e patrocínio, considerando as parentalidades LGBTQIA+, a acessibilidade PCD no consumo e na produção da arte, racialidades, recortes de classe e regionalidades. Nesse sentido, a referida conferência ofereceu uma contribuição fundamental para as discussões e debates sobre a promoção das culturas LGBTQIA+ no Brasil, em suas mais diversas acepções.

Considerar a transversalidade entre as políticas culturais e a diversidade sexual e de gênero é essencial para promover uma sociedade mais inclusiva, justa e respeitosa. Ao reconhecer e valorizar a diversidade de identidades e experiências, garantir acesso equitativo aos recursos culturais, educar e sensibilizar sobre questões LGBTQIA+, e fomentar a expressão criativa dessas comunidades, podemos construir um mundo onde todes se sintam verdadeiramente representades e respeitades, efetivando sua cidadania plena.

## Referências

BEZERRA, Tony G. As “Culturas LBGTs” e o Estado Brasileiro: uma inclusão marginal?. In: IX Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, 2018, Fortaleza-CE. *Diversidade Sexual, Gênero e Raça: Diálogos Brasil-África*. Campina Grande-PB: Realize Eventos Científicos & Editora Ltda., 2018. p. 536-542.

—. *Igrejas e Grupos LGBTQIA+ no Brasil e Experiências Místicas Cristãs*. 10 jan. 2024. 239 f. Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília – UnB. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Anais da III Conferência Nacional de Cultura*. 2014. Disponível em: <<https://cnpccul>

tura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2023/11/ANAIS-IICNC.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2024.

\_. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. *Relatório Final do Comitê Técnico de Cultura LGBT (2012-2014)*. Brasília: Ministério da Cultura, 2014.

\_. Ministério da Cultura. Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural. *Relatório do Grupo de Trabalho de Promoção da Cidadania GLBT do Ministério da Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

\_. Ministério da Cultura. *Portaria nº 144*, de 08 de novembro de 2012. Cria Comitê Técnico de Cultura para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e demais grupos da diversidade sexual. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 11, de 12 nov. 2012.

\_. SDH. SDH realiza Conferência Livre sobre Educação e Cultura LGBT na próxima terça (01). 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2013/setembro/sdh-realiza-conferencia-livre-sobre-educacao-e-cultura-lgbt-na-proxima-terca-01>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CORREIA, Ana Maria Amorim (2013). Culturas LGBT. In: *Diversidade cultural no governo Lula: um olhar para a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural*. Dissertação. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.

PEIXOTO, Priscilla. Pajubá: veja significados do dialeto LGBTQIA+ que se perpetuam na comunicação virtual. *Revis-*

*ta Cenarium*, 31 mar. 2021. Disponível em: < <https://revista-cenarium.com.br/pajuba-veja-significados-do-diaeto-lgbtqia-que-se-perpetuam-na-comunicacao-virtual/>>. Acesso em: 6 jun. 2024.



# Cultura e acessibilidade

*Patricia Dorneles – André Aguiar Protásio*

**A**pauta da cidadania cultural das pessoas com deficiência abrange o reconhecimento das produções artísticas e culturais dos artistas DEF, no direito à fruição artística e cultural baseada na experiência e acessibilidade estética, na perspectiva da cultura DEF que emerge nos últimos anos provocando novos deslocamentos no campo. Em conjunto, estes fatores nos convocam a desenvolver políticas públicas culturais comprometidas com o anticapacitismo, que é a luta contra o preconceito e discriminação a pessoas com deficiência. Neste texto, iremos revisitar as principais conquistas, em âmbito nacional e internacional, dos movimentos anticapacitistas nas políticas públicas para, em seguida, refletir sobre os desafios de sua implementação em âmbito brasileiro.

## Um histórico de lutas

Os tratados internacionais e convenções nacionais foram determinantes para as conquistas das pessoas com defi-

ciência no Brasil, com destaque para: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Ano Internacional da Deficiência (1981), Resolução no 37/1982, Assembleia-Geral das Nações Unidas, Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência; Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (OEA – 1999); a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2009) que subsidiou a Lei Brasileira de Inclusão (LBI)<sup>8</sup>, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2005), ambas ratificadas pelo Congresso Nacional. No Brasil, os direitos culturais das pessoas com deficiência estão expressos na Constituição Federal e em um conjunto de leis e decretos, mas observa-se um grande esforço de construção da participação no âmbito das políticas culturais.

Acerca do direito cultural das pessoas com deficiência, destaca-se o movimento “Artes sem Barreiras” que, de 1990 à primeira metade dos anos 2000, reuniu artistas e arte-educadores com e sem deficiência, constituindo uma rede nacional com o objetivo de mapear artistas para articular fomento, difusão e qualificação profissional. A rede foi fomentada a partir da Fundação Nacional das Artes (FUNARTE/RJ) e da associação *Very Special Arts/Brasil*, constituindo o desenvolvimento do Programa Artes sem Barreiras. O programa, dirigido por Albertina Brasil, deixou um legado cultural ao ampliar a visibilidade da produção artística das pessoas com deficiência.

Outra iniciativa foi a Oficina Nacional de Políticas Públicas Culturais para Pessoas com Deficiência “Nada So-

---

8 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

bre<sup>9</sup> Nós sem Nós”<sup>10</sup>, realizada em 2008, pela Secretaria de Identidade e Diversidade (SID) do MinC em parceria com a Fundação Nacional Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Ela foi constituída por um trabalho participativo que reuniu 60 colaboradores, com e sem deficiência, representantes da sociedade civil e instituições atuantes nas diferentes áreas das artes e da cultura. A pauta da acessibilidade cultural surge na oficina como uma demanda dos participantes. A Nota Técnica nº 01/2009 também se destaca como o primeiro resultado da institucionalização da agenda do direito cultural das pessoas com deficiência na política pública nacional de cultura. Além disso, a meta 29 do Plano Nacional de Cultura (PNC), também resultante da oficina, registra o desafio das políticas culturais de atenderem à demanda de acessibilizar 100% das bibliotecas públicas no país, assim como outros espaços, ambientes e instituições culturais.

Em 2013, no âmbito do I Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural (ENAC), por solicitação da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) do MINC, realizou-se a I Conferência Livre de Acessibilidade Cultural (CLAC). As propostas foram trabalhadas pelos discentes do I Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural (CEAC), realizado em parceria com a UFRJ. A CLAC apresentou 45 propostas para a III Conferência Nacional de Cultura (CNC). Como resultado, destacam-se três metas aprovadas (3.18,

---

9 Sobre a Oficina: **Nada sobre nós sem nós: relatório final 16 a 18 de outubro de 2008. Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência** – Rio de Janeiro, RJ: ENSP/FIOCRUZ, 2009. 124 p. ISBN: 978-85-88588-05-9.

10 Entre elas, pode-se destacar as diferentes instruções normativas da Lei Rouanet que exigem acessibilidade, o fomento da difusão da produção do cinema nacional com filmes com áudio-descrição no projeto Programadora Brasil (2010) da Secretaria do Audiovisual do então Ministério da Cultura -MinC; a iniciativa da Secretaria do Livro e Leitura (2010) do MinC com a organização do terceiro setor Mais Diferenças/SP proporcionou uma experiência de sensibilização e capacitação para bibliotecas de todo o território nacional selecionadas em edital; a inclusão da rubrica de acessibilidade cultural nos editais dos Pontos de Cultura, de valor de 2% à 5% do total do projeto cultural do Ponto em SP(2013), Criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Acessibilidade: GTI (SCDC/MinC + SDH/PR. (2013), entre outros.

3.13 e 3.11) na III CNC, que atuam na promoção do direito cultural das pessoas com deficiência.

## Direitos culturais e cultura do acesso

A Conferência Temática Acessibilidade Cultural: Direitos Culturais e Cultura do Acesso<sup>11</sup>, realizada entre os dias 03 e 04 de fevereiro de 2024, na cidade do Rio de Janeiro, no âmbito do 10º ENAC, demonstrou que os direitos culturais das pessoas com deficiência são a base da acessibilidade cultural, seja como artistas e fazedores de cultura, ou como participantes ou público de ações culturais e na própria gestão cultural. A metodologia buscou os consensos possíveis a partir de uma sistematização progressiva<sup>12</sup>. Durante a etapa da inscrição, as pessoas foram convidadas a refletirem sobre problemas, temas e a redigirem até três propostas, além de indicar a qual eixo cada proposta se relacionava. Foram recebidas 217 propostas, sendo 41 no Eixo 1, 80 no Eixo 2, 10 no Eixo 3, 38 no Eixo 4, 32 no Eixo 5 e 16 no Eixo 6. Participaram da Conferência Temática cerca de 120 pessoas com e sem deficiência, artistas e fazedores de cultura.

O ENAC<sup>13</sup> é uma realização da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), do Ministério da Cultura (MinC), e de outros parceiros, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Rede Interuniversitária de Acessibilidade Cultural (RIACult, atualmente composta por UFRGS, UFRJ, UFRN, UnB e UNIFAP) e a Rede de Fomento e Formação em Acessibilidade Cultural (RAFFACULT).

---

11 Para saber mais :<https://www.ufrgs.br/10enac/resultado-conferencia-tematica/>

12 Para saber mais da metodologia, acesse: <https://www.ufrgs.br/10enac/conferencia-tematica/>

13 Para saber dos resultados, acesse:<https://www.ufrgs.br/10enac/resultado-conferencia-tematica/>

Dos debates realizados durante a Conferência Temática, as principais preocupações continuam sendo: a efetivação da acessibilidade, não apenas nas ações culturais mas também em instrumentos de participação e de fomento; a representatividade de pessoas com deficiência atuantes no campo cultural, tanto nas artes quanto nos ambientes de formulação e gestão de políticas culturais; e a qualificação anticapacitista de nossas práticas.

A desconstrução do capacitismo nas políticas culturais demanda, desde o início dos processos, a participação de pessoas com e sem deficiência, atuantes nos campos da acessibilidade cultural, da cultura DEF e da cultura do acesso. O capacitismo é uma estrutura ou forma social a partir de um padrão excludente que não abarca a pluriversalidade dos corpos, afetando com discriminações negativas principalmente as pessoas com deficiência e baseando-se em privilégios naturalizados para pessoas sem deficiência. Mas o capacitismo também intersecciona com outras formas ou estruturas, a exemplo do sexismo, do racismo, do etarismo e da cisheteronormatividade, que se comprova quando pessoas negras, indígenas, das comunidades dos povos tradicionais ou de terreiro, mulheres e LGBTQIA+ são estigmatizadas como “menos capazes”.

O anticapacitismo se realiza em nossas práticas e nas relações cotidianas através de processos nos quais as diferenças corporais não promovem desigualdade social. Desta forma, é preciso questionar a normatividade de padrão corporal único e supostamente considerado universal. A construção de uma cultura do acesso contribui para a garantia dos direitos também de pessoas com mobilidade reduzida, como gestantes, pessoas com crianças de colo, idosas, entre outras.

A partir da criação e da incorporação de meios de acessibilidade cultural, garante-se a participação de populações historicamente excluídas, mas também ampliam-se os horizontes de acesso para todas as pessoas participantes

das ações culturais e dos instrumentos de políticas culturais. Despadronizar e diversificar as formas de fazer pode ser compreendido como interesse público e bem comum. Como exemplos: não apenas pessoas surdas oralizadas podem se valer das legendas descritivas; um corrimão é de interesse ainda mais abrangente do que unicamente para as pessoas com mobilidade reduzida ou deficiências físicas; uma audiodescrição pode contribuir com a construção imagética não apenas de pessoas cegas ou com baixa visão. Trazemos também a questão da inclusão linguística das línguas, de extrema importância para a cultura surda.

Para que não haja objetificação das pessoas com deficiência, se faz necessário romper com práticas assistencialistas e tuteladoras. Uma perspectiva de cidadania emancipatória requer que os saberes das pessoas com deficiência sejam devidamente valorizados. A desconstrução do universalismo compromete a todos com a ressignificação social da deficiência, bem como de nossas concepções de corpo. Afirma-se a pluriversalidade de arranjos funcionais e sensoriais como parte da imensa diversidade em nossas encruzilhadas, interseccionalidades e arranjos sociais e individuais.

Antes de tudo, as demandas por acesso são demandas por participação, o que sugere a potência de nossa pauta para as urgências de amadurecimento democrático. A presença frequente e horizontalizada das pessoas com deficiência, e de outras categorias, além da constância dos recursos de acessibilidade cultural, cria a cultura do acesso. Assim, é preciso considerar que a cultura do acesso promove o desenvolvimento de tecnologias sociais que contribuem com a estruturação dos instrumentos de participação e dos diversos âmbitos sociais e culturais. Ao garantir a cidadania cultural das pessoas com deficiência, garante-se também a cidadania de outras categorias que não se compreendem contempladas na deficiência, ou estão em movimentação política para seu reconhecimento e oficialização.

É importante reconhecer a deficiência como categoria política para a construção de direitos, que reúne as populações: cegas ou com baixa visão; surdas oralizadas, sinalizantes ou bilíngues; com surdocegueira; com múltiplas deficiências; com deficiências físicas; psicossociais; intelectuais; neurodivergentes, dentre outras. Lembrando que não nos restringimos à deficiência e a transversalizamos com raça, gênero e outras categorias.

Nas movimentações políticas entre artistas DEF e pesquisadores dos estudos da deficiência, que, na última década, passaram por uma expansão significativa no Brasil, o anticapacitismo impõe críticas aos paradigmas da inclusão e das práticas integrativas, naquilo que eles não atuam na perspectiva da diversidade, da equidade e da interseccionalidade.

As políticas públicas de cultura têm um papel fundamental na resignificação social da deficiência através da qualificação da representatividade de artistas e fazedores de cultura com deficiência, com suas estéticas, poéticas e produção cultural. Para a constituição de uma política pública cultural anticapacitista, se faz necessário criar mecanismos de gestão cultural que confrontem e desinstitucionalizem as ideias de individualização da experiência da deficiência, como nas narrativas de tragédia pessoal, coitadismo ou exemplos de superação.

Assim como o letramento racial tem sido uma demanda central nas questões da igualdade racial, um letramento, ou “incorporamento”, anticapacitista é provavelmente a demanda mais abrangente e representativa entre o grupo de participantes da Conferência Temática *Acessibilidade Cultural: Direitos Culturais e Cultura do Acesso*. Outra emergência nos ambientes políticos relacionados à deficiência e à acessibilidade cultural é a consideração de muitas práticas de acesso como contidas na área das Artes, reconhecendo que as ocupações criadas pelo campo necessitam de regulamentação profissio-

nal urgente e que, por suas características e processos criativos, devem obter reconhecimento enquanto artistas.

# Cultura e infância: pontes para a diversidade e a inclusão cultural

*Karina Gama<sup>14</sup>*

*Perguntar para uma criança o que ela quer ser quando crescer é uma ofensa. Como se ela fosse receber um crachá de “ser” só quando adulto. Isso é apagar o que ela já é.*

*Ailton Krenak*

**A** infância representa uma fase de descoberta, desenvolvimento e formação de identidade. Reconhecendo as crianças como sujeitos de direitos culturais, o Ministério da Cultura (MinC) tem se dedicado a promover a Cultura Infância como um campo essencial e estratégico nas políticas públicas culturais.

A cultura e a arte desempenham um papel fundamental no desenvolvimento humano, especialmente na infância, ao servir de meio de expressão e comunicação. A arte, como aponta

---

14 Diretora de Promoção da Diversidade Cultural da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.

Arnold Hauser em *A necessidade da arte*,<sup>15</sup> é uma dimensão essencial da experiência humana, capaz de expressar, interpretar e transformar as realidades culturais e individuais. Na infância, o encontro entre cultura e arte desempenha uma função vital no desenvolvimento humano, indo além da educação formal.

Experiências artísticas inseridas no contexto cultural promovem não apenas o desenvolvimento cognitivo e emocional, mas também a conexão com narrativas, símbolos e tradições que fortalecem o pertencimento social. Como destaca Vygotsky (1998), “as interações culturais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das funções psicológicas superiores, com destaque para a importância da arte na construção da identidade e nas conexões sociais”. Além disso, ao estimular o respeito às diferenças e valorizar a diversidade cultural, a arte ensina às crianças a reconhecerem e celebrarem as múltiplas formas de existir e criar, promovendo empatia e uma convivência mais harmoniosa. Assim, a arte, como parte inseparável da cultura, cria pontes entre o sensível e o simbólico, permitindo que a infância floresça como uma fase rica em descobertas, respeito mútuo e criação de significado.

Segundo Vygotsky, os “processos psicológicos superiores do homem não nascem como características inatas de cada indivíduo, mas são produtos de uma longa história cultural da humanidade”. Neste sentido, “a cultura torna-se o principal fator determinante do desenvolvimento humano” (Vygotsky, 1984). Essa visão teórica fundamenta a abordagem que considera a cultura um elemento essencial para o desenvolvimento infantil.

---

15 Arnold Hauser, em sua obra *A necessidade da arte* (1951), explora a arte como uma necessidade humana universal, conectada à vida cultural e social das pessoas. Ele argumenta que a arte não é apenas um reflexo das condições históricas, mas também um meio essencial para que indivíduos e comunidades expressem sua visão de mundo, transformem a realidade e fortaleçam sua identidade coletiva. Essas ideias fundamentam a compreensão do papel da arte na infância, onde a integração com práticas culturais é essencial para o desenvolvimento humano integral, permitindo que as crianças vivenciem, interpretem e criem o mundo de maneira sensível e significativa.

## Políticas públicas culturais para a Cultura Infância: um eixo estratégico no Ministério da Cultura

No campo da diversidade cultural, as crianças ocupam um lugar central e estratégico. Representam não apenas o presente, mas também o futuro das práticas culturais, carregando consigo o potencial de valorizar e preservar tradições, ao mesmo tempo em que experimentam e criam novas formas de expressão cultural. Garantir que crianças de diferentes contextos tenham acesso a bens culturais que reflitam sua identidade, é essencial para fortalecer o pertencimento, a autoestima e o respeito à diversidade.

Sendo a diversidade cultural um dos pilares do MinC, para além de democratizar o acesso à cultura, é fundamental promover a valorização das múltiplas identidades culturais presentes no Brasil, garantindo que as produções artísticas e culturais reflitam a riqueza e a pluralidade de suas vivências, saberes e histórias.

Nesse contexto, a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) consolida-se como uma unidade orientada à promoção da diversidade cultural como eixo fundamental para a cidadania plena e o reconhecimento de direitos culturais. Dentre suas atribuições, programas, ações e projetos para mapear, sistematizar, promover e garantir o acesso às diversas expressões culturais que compõem o amálgama de identidades do Brasil, abrangendo infância, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, populações periféricas, juventudes, idosos, mulheres, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros segmentos frequentemente invisibilizados.

No campo da Cultura Infância, a Secretaria da Diversidade e Cidadania (SCDC) tem ampliado a cooperação com órgãos públicos e privados, com o objetivo de garantir a continuidade dos compromissos com diferentes segmentos sociais e organizações, transformando-os em pilares das po-

líticas públicas culturais. A atuação da SCDC reflete avanços desde a primeira gestão do presidente Lula, com ações pioneiras nessa temática, fortalecendo a integração, inovação e participação social. Isso é evidenciado pelo estreitamento do diálogo com a sociedade através de conselhos, fóruns e canais de governança amplamente valorizados, e também por meio da Política Nacional Cultura Viva (PNCV).

A PNCV é uma iniciativa do Ministério da Cultura criada para reconhecer, valorizar e fortalecer as expressões culturais em todo o Brasil, com foco na diversidade e na participação social. Instituída pela Lei 13.018/2014, tem como principal instrumento os Pontos e Pontões de Cultura, que são iniciativas culturais desenvolvidas por comunidades, coletivos, movimentos sociais, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros grupos culturais. Essa política se baseia em valores como inclusão, protagonismo social e democratização do acesso à cultura, incentivando a articulação de redes de cultura e promovendo o fortalecimento de saberes e fazeres locais. O Cultura Viva reconhece que a cultura é um direito fundamental e um meio de transformação social.

Nessa direção, a Cultura Infância, consolidada como um direito humano e cultural, destaca-se como uma área estratégica para o fortalecimento da diversidade cultural nas políticas públicas do Ministério da Cultura. Ao valorizar a participação ativa de crianças e de suas famílias, a estratégia contribui para a criação de um ambiente mais inclusivo e igualitário, promovendo o acesso à cultura e ao direito de expressão desde os primeiros anos de vida.

## Acesso inclusivo e democrático à cultura

A promoção de um acesso inclusivo e democrático à cultura é um elemento central na construção de uma sociedade justa, especialmente quando se considera a infância como um período fundamental para a formação de cidadãos

plenos. No contexto das políticas culturais voltadas para a infância, é imprescindível que estas se alicercem em três pilares essenciais:

- **Universalização do acesso à cultura:** a cultura deve ser um direito acessível a todas as crianças, independentemente de suas condições, sem distinção de classe social, condição econômica ou localização geográfica. A promoção de políticas culturais que ampliem o acesso aos bens culturais é essencial para garantir a igualdade e fortalecer o vínculo das crianças com suas identidades culturais.
- **Infância como sujeito cultural ativo:** as crianças devem ser reconhecidas como agentes culturais, com capacidade para criar, expressar e participar das manifestações culturais. Esse reconhecimento é crucial para estimular sua participação ativa nas práticas culturais e fortalecer sua formação cidadã, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade plural. Paulo Freire (2005, p. 29) escreveu “inacabado, sei que posso ir mais além. A construção de minha presença no mundo tem muito a ver comigo mesmo”. É essencial, portanto, reconhecer as crianças como criadoras e transmissoras de culturas, que precisam ser identificadas, valorizadas e preservadas. Devemos compreendê-las a partir da perspectiva que elas mesmas têm sobre si e sobre o mundo, ouvindo e entendendo as infâncias por meio das vozes das próprias crianças.
- **Garantia de direitos culturais:** as políticas culturais voltadas para a infância devem assegurar o direito ao acesso à cultura como elemento essencial do desenvolvimento integral das crianças. Esse direito está embasado em marcos legais como a Constituição Federal (Art. 215 e 216), que garante o pleno exercício da di-

versidade cultural, o acesso ao patrimônio cultural, a criatividade e a proteção às manifestações culturais. Além disso, o direito ao brincar, à ludicidade e à fruição cultural, assegurado pela Constituição Brasileira (Art. 227), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e por normas internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança da ONU (1959), são instrumentos que reconhecem a cultura e a ludicidade como direitos fundamentais, indispensáveis para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, promovendo sua integração plena na sociedade.

## O Plano Nacional de Cultura e diretrizes para a infância

O Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, tem o objetivo de promover a diversidade cultural e garantir o acesso à cultura de forma universal, abrangente e integrada, reconhecendo a cultura como um direito fundamental de todos os cidadãos. Inicialmente com duração de dez anos, o PNC foi prorrogado até 2024 por meio da Lei nº 14.468, de 16 de novembro de 2022, permitindo a continuidade do processo de implementação das suas diretrizes.

O PNC estabelece metas concretas para a promoção e o fortalecimento de políticas culturais, com especial atenção para o público infantil. A Meta 47 destaca a valorização da diversidade cultural nas políticas públicas, com a proposta de fortalecer as expressões culturais da infância, assegurando que crianças de diferentes contextos socioeconômicos, culturais e étnicos tenham acesso igualitário à cultura e à arte. Essa meta se alinha diretamente com os princípios de inclusão e igualdade, buscando garantir que todas as crianças, independentemente de seus contextos socioeconômicos, possam viver e contribuir para a diversidade cultural do país. Essa

abordagem não só reconhece as diferenças culturais, mas também promove um diálogo intercultural que é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais plural e respeitosa. O compromisso com a infância é reforçado por ações que incentivam o protagonismo infantil na criação e fruição cultural, permitindo às crianças não apenas serem espectadoras, mas também participantes ativas na cultura.

O PNC contém várias outras metas que integram a cultura no desenvolvimento integral da infância, como a ampliação do acesso à cultura na infância, incluindo a promoção de práticas culturais em escolas e espaços de convivência, a educação cultural em todas as etapas da vida e a garantia de espaços culturais acessíveis. O plano também prevê ações para fortalecer as políticas públicas que incentivem a produção e fruição cultural em todas as regiões do Brasil, com especial atenção para as comunidades tradicionais, rurais e periféricas, buscando reduzir as desigualdades no acesso à cultura.

A revisão e a participação ativa da sociedade na formulação do novo PNC, realizada até janeiro de 2025, contou com uma consulta pública à sociedade civil e aos representantes culturais em todo o Brasil. Assim, espera-se que o Brasil avance significativamente na implementação de políticas culturais que contemplem as crianças e jovens como protagonistas na construção da cultura nacional, respeitando as especificidades regionais e promovendo uma cultura inclusiva e transformadora para todas as gerações. Desse modo, o PNC não só reconhece a importância da cultura para o desenvolvimento humano, mas também assegura que as futuras gerações possam se expressar, aprender e interagir com o mundo de maneira criativa e consciente de suas identidades culturais.

## Diretrizes para a Cultura Infância

### Fomento à diversidade cultural infantil e à inclusão étnico-racial

Adotar uma abordagem inclusiva busca assegurar que todas as crianças, independentemente de sua etnia, gênero, classe social ou localização geográfica, tenham acesso a manifestações culturais que representem e valorizem suas identidades. Assim, ao promover a diversidade cultural, o MinC contribui para que as crianças cresçam em um ambiente rico em significados, fortalecendo a formação de identidades diversas.

### Inclusão cultural para crianças com deficiência

A Cultura Infância também se compromete com a inclusão das crianças com deficiência, e compreende a relevância de se assegurar a acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal em programas e eventos culturais que precisam garantir a sua participação em condições de igualdade, utilizando recursos como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), os materiais em braile e espaços adaptados. Destaque para a INSTRUÇÃO NORMATIVA MINC Nº 10, de 28 de dezembro de 2023, que estabelece as regras e procedimentos para implementar as ações afirmativas e medidas de acessibilidade previstas no Decreto nº 11.740/2023, que regulamenta a Lei nº 14.399, que cria a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Dessa forma, a IN 10 se alinha diretamente ao compromisso da Cultura Infância com a inclusão cultural. Ao incluir diretrizes para acessibilidade, a normativa reforça a importância de se criar condições para que as crianças com deficiência possam participar ativamente do universo cultural. Essas medidas permitem que as crianças com deficiência tenham a oportunidade de acessar

e protagonizar experiências culturais em igualdade de condições, contribuindo para um ambiente cultural inclusivo e acessível a todas as infâncias.

### Promoção do audiovisual infantil

No âmbito da produção cultural, o MinC incentiva a criação de conteúdos audiovisuais infantis que refletem a diversidade étnico-racial e incluem a representatividade das crianças com deficiência. Circuitos de cinema infantil são organizados em parceria com escolas e centros comunitários, exibindo filmes que abordam questões de inclusão, respeito à diversidade e valorização das diferentes culturas do Brasil. Esses conteúdos audiovisuais têm o potencial de educar as crianças sobre a importância da inclusão, promovendo uma infância livre de preconceitos e aberta ao diálogo cultural.

### Valorização da cultura do brincar

O brincar é reconhecido como uma forma essencial de expressão cultural e um direito fundamental. Ao valorizar a cultura do brincar, o MinC promove um ambiente de inclusão em que crianças de todas as origens e condições têm a oportunidade de interagir e se expressar livremente. Sob essa perspectiva, a Cultura Infância visa proporcionar um ambiente em que as crianças possam vivenciar e fortalecer sua identidade cultural, promovendo a diversidade e o respeito.

### A Política Nacional de Cultura Viva: promovendo a cultura infância a partir da base comunitária

“Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem escul-

pir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível.” (Paulo Freire, 1996)

A Política Nacional Cultura Viva (PNCV), instituída pela Lei nº 13.018/2014, foi um marco na promoção da diversidade cultural no Brasil. Em seu escopo, a Cultura Infância ganha destaque, integrando as crianças como protagonistas de suas próprias expressões culturais.

A infância, como define Larrosa, “é o tempo privilegiado da experiência, da invenção, da descoberta, da criação. A infância é o tempo da cultura, porque a cultura é essencialmente isso: a possibilidade de inventar-se a si mesmo, de inventar o mundo, de inventar a relação com o mundo, os outros e consigo mesmo” (Larrosa, 1996). Esse entendimento conduz a atuação do MinC, valorizando a infância como uma fase essencial para a expressão cultural.

Com o apoio histórico da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), que destina R\$3 bilhões anuais para o setor cultural até 2027, a PNCV assegura recursos significativos para iniciativas de base comunitária voltadas à diversidade cultural como um todo. Do montante total, R\$1,6 bilhão serão alocados para o fortalecimento da Cultura Viva, sendo que, pelo menos R\$450 milhões foram destinados a essa política já em 2024. Esse investimento, que direciona até 25% dos recursos recebidos pelos municípios e 10% pelos estados e o Distrito Federal à Cultura Viva, possibilita que o fomento cultural alcance grupos locais e iniciativas de cultura da infância de forma mais ampla e eficaz.

A PNCV é estruturada em três pilares principais:

- Pontos de Cultura: iniciativas desenvolvidas por entidades e grupos locais que promovem atividades

culturais diretamente nas comunidades, incluindo projetos voltados para a infância;

- Pontões de Cultura: instituições que articulam e fortalecem redes de Pontos de Cultura, facilitando a troca de experiências e promovendo ações colaborativas que incluem a cultura da infância como uma dimensão essencial;
- Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura: uma plataforma que, em novembro de 2024, registra mais de 6 mil Pontos e Pontões de Cultura em mais de 1.400 municípios. Essa rede oferece visibilidade e apoio a ações culturais de base comunitária que também englobam a infância.

Em 2023, R\$68 milhões foram investidos com editais como o Cultura Viva Sérgio Mamberti e o de Construção Nacional do Hip-Hop, que certificaram e premiaram 1.443 iniciativas culturais. A gestão compartilhada de Pontões, incluindo o Edital Pontões – A Cultura Viva do Tamanho do Brasil, conectou 42 Pontões, com foco na diversidade cultural.

Essas ações visam mitigar a vulnerabilidade de grupos locais e promover a proteção das identidades culturais, criando um ambiente cultural em que a infância é tratada como prioridade estratégica, com 2.085 Pontos cuja temática integra a infância e adolescência.

Dessa forma, a Política Nacional Cultura Viva assume uma posição central, englobando iniciativas que não apenas asseguram o acesso à cultura para todas as crianças brasileiras, mas também as valorizam como participantes ativas na produção cultural.

Durante as gestões do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff, importantes iniciativas voltadas à infância foram realizadas, destacando-se a publicação *Brincando na diversidade: diretrizes para a cultura infância* (São Paulo, 2008), promovida pela então Secretaria de Identidade e Di-

versidade Cultural, sob a gestão de Sérgio Mamberti. Esse documento apresentou diretrizes para garantir que crianças de diferentes contextos culturais pudessem acessar e produzir cultura, fortalecendo laços comunitários e regionais. Posteriormente, entre 2011 e 2014, outras ações relevantes foram desenvolvidas, como o Prêmio Ludicidade e os Encontros Técnicos sobre a Política Nacional de Cultura para a Infância. Essas iniciativas reuniram especialistas, artistas, gestores culturais e públicos, com o objetivo de formular indicativos para uma política cultural que reconhecesse a infância como sujeito de direitos culturais, com foco na ampliação do acesso a atividades culturais e lúdicas em diferentes linguagens e territórios, especialmente em regiões periféricas e rurais, promovendo a conexão das crianças com a diversidade cultural brasileira e fortalecendo a construção de identidades culturais desde a primeira infância, respeitando suas especificidades e raízes.

Hoje, a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, sob a gestão de Márcia Rollemberg, desempenha um papel fundamental na promoção da Cultura Infância como política pública orientada por diretrizes que buscam incluir crianças de todas as origens e condições, respeitando a diversidade étnico-racial e as realidades das crianças com deficiência. Essas diretrizes reforçam a necessidade de um ambiente cultural acessível, equitativo e representativo, onde as infâncias possam ser acolhidas e respeitadas em suas múltiplas identidades e formas de expressão.

A Política Nacional Cultura Viva trilha caminhos com os Pontos de Cultura e o Pontão de Cultura Infância, que proporcionam um ambiente em que a identidade étnica e cultural das crianças é valorizada, promovendo o respeito e o aprendizado mútuo entre culturas. Nesse contexto, a PNCV promove projetos e ações formativas que abordam práticas inclusivas, técnicas de comunicação acessível, vivências que reforcem a representatividade e estratégias ancoradas na

diversidade cultural como força motriz e como organismo vivo no país. Essas ações fortalecem a atuação dos agentes culturais para a compreensão e valorização da diversidade das infâncias, possibilitando que as crianças reconheçam e celebrem suas raízes culturais desde cedo.

Dessa maneira, ancorada à PNCV, a formação de agentes cultura viva e mediadores culturais também se integra à educação apontando para práticas culturais que podem acontecer no ambiente escolar. Conforme Paulo Freire sugere, “a infância é o período em que a curiosidade e a criatividade estão no auge, e é fundamental que a cultura seja utilizada como ferramenta para estimular e nutrir essas qualidades. Uma educação que valorize a cultura local e as experiências das crianças é essencial para seu desenvolvimento integral” (Freire, 1996).

## Pontão de Cultura Infância: fortalecendo redes colaborativas e a diversidade cultural na infância

O Pontão de Cultura Infância é uma iniciativa chave da Política Nacional Cultura Viva, que articula ações culturais direcionadas ao público infantil em todo o Brasil. Com o objetivo de promover a diversidade cultural e o desenvolvimento integral das crianças, o Pontão atua como um elo entre diversos Pontos de Cultura e organiza uma rede colaborativa de “Pontinhos de Cultura”, dedicados exclusivamente ao público infantil. A partir de atividades lúdicas e recreativas, o Pontão fomenta um ambiente em que crianças possam vivenciar a cultura e também participar como agentes na criação de suas próprias expressões culturais.

Entre os projetos exemplares que compõem esta rede colaborativa está o Projeto Brinca Brasil, realizado pelo Pontão de Cultura Bola de Meia, juntamente com outros Pontos de Cultura que integram o Comitê Gestor da Cultura Infância. A atuação conjunta desses Pontos permite a troca de experiên-

cias, a formação de educadores e a realização de atividades que respeitam e promovem a diversidade cultural, assegurando que as crianças, desde cedo, desenvolvam uma compreensão profunda e inclusiva sobre o que significa ser parte de uma comunidade cultural. O Pontão de Cultura Infância é uma ação estruturante para que a infância seja valorizada como período de formação cultural e cidadã. Com a expansão dos Pontinhos de Cultura e a articulação de redes que mapeiam e promovem atividades culturais regionais, o Pontão de Cultura Infância possibilita a ampliação de políticas que visam à inclusão social e à promoção da diversidade cultural.

Os Pontinhos, Pontos e Pontões de Cultura, se apresentam como locais de vivência cultural para crianças de diversas origens, incluindo aquelas em situação de vulnerabilidade social e com deficiência.

A Política Nacional de Cultura Infância, em desenvolvimento pelo Ministério da Cultura, representa um compromisso com a inclusão e valorização das diferentes infâncias no Brasil. Através de diretrizes que promovem a acessibilidade, a diversidade étnico-racial e o direito ao brincar, o MinC reconhece e incentiva a participação ativa das crianças como produtoras e apreciadoras de cultura.

A implementação de ações estruturantes, como o Plano Nacional Cultura Infância, visa fortalecer a sustentabilidade das políticas de Cultura Infância. A presença da cultura em ambientes educacionais e comunitários contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e inclusivos, além de promover o desenvolvimento integral das crianças.

Ao valorizar a infância como um período essencial para a construção de uma sociedade diversa e plural, o MinC reafirma seu papel como agente de transformação social, incentivando o respeito e a convivência entre diferentes culturas.

## A Conferência Temática Cultura Infância

Participação social – A criança como sujeito ativo – O processo de construção – A participação das crianças nas políticas públicas de cultura: reflexões e propostas

A inclusão das crianças como protagonistas nas políticas públicas culturais é um marco essencial para o fortalecimento de uma sociedade mais inclusiva e democrática. Durante a Conferência Temática Cultura Infância, realizada em Porto Alegre, onze crianças participaram ativamente, compartilhando reflexões sobre temas como inclusão, diversidade, cultura como promoção de saúde e educação. Essas contribuições foram integradas às propostas que reforçam a Cultura Infância como eixo prioritário nas políticas públicas culturais.

Jorge Larrosa Bondía é um renomado filósofo da educação e teórico da pedagogia cuja obra tem influenciado profundamente o campo educacional contemporâneo e oferece uma visão profundamente enriquecedora sobre a infância e sua relação com a cultura. Em suas reflexões, destaca a importância de ouvir a criança e dar voz às suas formas de expressão, reconhecendo a pluralidade cultural infantil e validando suas experiências e saberes. Ele aponta que as práticas pedagógicas e culturais devem ser orientadas pelo respeito à criança enquanto sujeito cultural, e que é necessário repensar as políticas públicas e educacionais de forma que as expressões culturais das crianças sejam respeitadas e valorizadas (Larrosa, 2004). Segundo o autor, a infância não é apenas um campo de aprendizagem, mas um lugar onde a cultura e a identidade são construídas e reinterpretadas de maneira constante, influenciando a formação de cada sujeito.

Nesse contexto, a Conferência Temática Cultura Infância, por meio da escuta ativa das crianças, revelou a importância de políticas culturais que valorizem a ludicidade,

o acesso universal à cultura e a representatividade cultural desde a infância. Mais do que beneficiárias, as crianças foram reconhecidas como sujeitos culturais ativos, capazes de influenciar práticas e ações voltadas ao fortalecimento da cidadania e das identidades culturais. Sua participação não só validou a relevância do tema, mas também deu um caráter transformador às discussões, demonstrando o modo como suas vozes podem impactar as políticas culturais.

Entre as propostas destacadas na conferência, estão a criação de um Plano Nacional Cultura Infância, que articule ações no Sistema Nacional de Cultura e seja fundamentado em marcos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Marco Legal da Primeira Infância. O plano também propõe o fortalecimento de iniciativas como os Pontinhos de Cultura, que atuam na base comunitária, promovendo o acesso à cultura desde os primeiros anos de vida.

Outra proposta de grande impacto é a criação de um Fundo Nacional Cultura Infância, com gestão tripartite entre o Ministério da Cultura, o Ministério dos Direitos Humanos e a sociedade civil, além de uma sala técnica consultiva formada por crianças de 0 a 12 anos. Essa iniciativa reflete o compromisso com a participação direta das crianças nas decisões que as afetam. Adicionalmente, foi sugerida a reserva de pelo menos 15% do orçamento cultural para ações voltadas à infância, assegurando que crianças de diferentes contextos tenham acesso equitativo às práticas culturais.

A “Árvore dos desejos”, criada pelas crianças, expressou seus anseios por mais acessibilidade cultural, representatividade e inclusão nos espaços culturais, reforçando a importância de políticas que incluam a escuta infantil.

Essas propostas reforçam o papel da cultura como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento integral das crianças, especialmente quando articulada com áreas como saúde, educação e assistência social. Ao reconhecer as crianças como protagonistas da vida cultural, as políticas

públicas culturais ampliam sua participação e asseguram iniciativas mais inclusivas e alinhadas às suas necessidades. Transformar essas propostas em ações concretas é um passo crucial para consolidar a infância como uma prioridade nas políticas culturais, promovendo uma sociedade mais equitativa, democrática e inclusiva.

## A 4ª Conferência Nacional de Cultura

A 4ª Conferência Nacional de Cultura marcou um passo decisivo na construção de uma política cultural voltada para a infância. Este evento consolidou diretrizes e propostas que priorizam a Cultura Infância, reconhecendo-a como parte essencial para o desenvolvimento integral das crianças. Ao fortalecer o acesso à cultura desde a infância, estamos plantando as sementes para uma nova geração de cidadãos conscientes, criativos e engajados, que verão a cultura como um bem comum, acessível e fundamental para todos.

## A PNAB

A Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), instituída pela Lei 14.399/2022, é uma política pública permanente que busca apoiar a cultura em todas as suas dimensões, promovendo ações de fomento, financiamento, preservação, circulação e difusão das diversas expressões culturais do Brasil. Ela surgiu a partir das experiências da Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, criada durante a pandemia para apoiar artistas, coletivos e espaços culturais.

A Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) representa uma oportunidade histórica para consolidar o sistema federativo de financiamento à cultura, garantindo repasses continuados da União para Estados, Distrito Federal e Municípios. Permite investimentos regulares em projetos e programas culturais. Por meio dessa política, os entes federativos pode-

rão implementar editais, chamamentos públicos e executar recursos diretamente em políticas culturais locais, beneficiando trabalhadores(as) da cultura e fortalecendo o setor de forma sustentável.

Embora a PNAB não tenha um eixo ou programa exclusivamente dedicado à Cultura Infância, ela pode contemplar ações voltadas ao público infantil por meio de seus objetivos amplos, que incluem a promoção da diversidade cultural e o apoio a atividades culturais que beneficiem diferentes públicos, territórios e faixas etárias. Dessa forma, a Cultura Infância pode ser integrada em iniciativas financiadas ou fomentadas pela política, dependendo do desenho dos editais ou chamadas públicas.

## Diálogos e conexões

O Ministério da Cultura reconhece o Grupo Nacional Cultura Infância como uma instância de referência na formulação e articulação de políticas culturais voltadas para a infância. O Grupo Nacional de Cultura Infância é um coletivo formado por artistas, pesquisadores, gestores, produtores culturais e projetos socioculturais de diversas partes do Brasil, dentro de um ambiente interativo e construtivo. Valorizando o protagonismo e a expertise do coletivo, o Ministério mantém um diálogo contínuo e estratégico com o grupo, fortalecendo parcerias e alinhando diretrizes. Como parte desse reconhecimento, o Grupo Nacional Cultura Infância será responsável por indicar representantes da sociedade civil para compor o Grupo de Trabalho (GT) Cultura Infância, que será instituído pela pasta. Essa iniciativa busca garantir a participação democrática e qualificada no processo de construção de políticas públicas, assegurando que as vozes de especialistas, gestores e artistas engajados no tema sejam incorporadas de forma colaborativa e representativa.

## Perspectivas

Ao longo das gestões de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, importantes iniciativas foram desenvolvidas para promover a cidadania e garantir o direito das crianças à experiência estética, reconhecendo a cultura como um elemento essencial para o desenvolvimento integral na infância. Essas políticas consolidaram a cultura como um direito fundamental, especialmente para crianças em situação de vulnerabilidade social, reafirmando seu papel na formação de indivíduos e no fortalecimento da democracia.

Em 2025, o Ministério da Cultura (MinC), sob a liderança da ministra Margareth Menezes, dá um passo decisivo na consolidação dessas diretrizes. As ações aqui apresentadas, como os Pontinhos de Cultura e os resultados da Conferência Temática Cultura Infância e da 4ª CNC, evidenciam a importância de descentralizar o acesso à cultura. Nessa direção, o próximo passo é a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para auxiliar na elaboração do Plano Nacional de Cultura Infância. Esse movimento representa um marco no fortalecimento de políticas públicas inclusivas, que sistematizam contribuições históricas e avançam na promoção do acesso equitativo à cultura. Ao assegurar o direito à expressão criativa e à vivência cultural, especialmente para crianças de grupos historicamente marginalizados, a política da Cultura Infância ganha destaque como ferramenta essencial para o desenvolvimento integral.

A elaboração do Plano Nacional de Cultura Infância coloca em evidência a importância de políticas voltadas para a valorização das culturas indígenas, negras, periféricas e outras manifestações culturais infantis, com espírito de permanência. Essas ações asseguram que as crianças tenham acesso a experiências culturais significativas, que fortaleçam suas identidades e promovam a inclusão.

Por fim, o compromisso do Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural com a Cultura Infância, aliado às ações das demais secretarias e instituições do Sistema MinC, contribui para uma política cultural que promove o respeito à diversidade e a inclusão desde a infância, assegurando o direito de cada criança ser parte ativa de sua comunidade cultural.

A valorização da diversidade cultural, entendida como um direito universal, permeia essa política, garantindo que todas as crianças possam vivenciar suas raízes culturais, expressar suas identidades e participar ativamente da construção de um futuro mais democrático e inclusivo. Ao conectar cultura e infância, o MinC reafirma o papel transformador da cultura, criando pontes que integram diversidade, cidadania e inclusão cultural. Esse reconhecimento é essencial para fortalecer os laços sociais, combater desigualdades e promover uma sociedade mais humanista e equitativa, na qual a cultura seja reconhecida como uma ferramenta vital para o empoderamento, a construção de identidade e a coesão social. A ação integrada do MinC visa garantir que cada criança, independentemente de sua origem ou contexto social, tenha acesso às ferramentas necessárias para se expressar e participar ativamente no processo de transformação cultural e social.

## Referências

VYGOTSKY, Lev. *Pensamento e linguagem*. Tradução de M. L. Costa. 9. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

HAUSER, Arnold. *The Necessity of Art: A Marxist Approach*. London: Pelican Books, 1951.

LARROSA, Jorge. *La Experiencia de la Lectura: Estudio de Hermenéutica y Filosofía de la Educación*. Barcelona: Laertes, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Brincando na Diversidade: Diretrizes para a Cultura Infância*. São Paulo: Ministério da Cultura, 2008. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/web/arquivos/Oficina%20PCF/CULTURA/Livro-Oficina-Brincando-na-Diversidade-Cultura-na-Infancia.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional Cultura Viva**. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Disponível em:

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional Aldir Blanc**. Lei nº 14.399, institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.



# Cultura e educação

*Mariangela Ferreira Andrade – Fabiano Piúba*

**A** Constituição Federal, em seus artigos 205 e 215, estabelece que o direito à Cultura e à Educação é um dever do Estado, reforçando o compromisso de democratizar o acesso às atividades culturais como parte da formação integral de crianças, adolescentes, jovens e da sociedade. Pensando na necessidade de ampliação da vivência escolar de crianças, adolescentes e jovens, de modo a promover a oferta de atividades formativas e de espaços favoráveis ao seu desenvolvimento e a necessidade de integração entre educação e cultura, foram implementados, pelo governo brasileiro, diversos programas entre os anos de 2007 e 2015.

Nos últimos anos, muitas dessas ações foram descontinuadas, deixando uma lacuna nas políticas voltadas ao fortalecimento do enlace entre cultura e educação. Com a reconstrução do Ministério da Cultura, em 2023, pelo presidente Lula, o diálogo foi retomado. Foi criada a Secretaria de Formação, Livro e Leitura, que tem estreitado a relação entre as duas pastas e realizado diversas ações para a promoção da

formação artística e cultural, entre elas a Conferência Temática Cultura e Educação.

A Conferência Temática Cultura e Educação aconteceu no dia 15 de janeiro de 2024, das 8h30 às 13h, em formato *online*. A programação contou com uma mesa de abertura, com representantes do MinC e do MEC e duas mesas de facilitadores apresentando temáticas importantes da confluência entre as duas pastas. A conferência reuniu cerca de 500 (quinhentas) pessoas e teve um importante momento de participação social em que a audiência pôde contribuir com suas experiências e proposições.

Durante a conferência, trinta e um temas de interseção entre cultura e educação foram apresentados para apreciação e votação dos presentes, que poderiam escolher até três temáticas para serem levadas para 4<sup>o</sup> Conferência Nacional de Cultura, realizada em março de 2024, em Brasília. A lista de temas apresentados foi coletada durante o Seminário Nacional de Cultura e Educação, realizado pelo MinC e o MEC em junho de 2023, e nos Encontros Regionais de Cultura e Educação que aconteceram nas cinco regiões do país, entre agosto de outubro do mesmo ano.

Esses eventos, organizados pela Secretaria de Formação, Livro e Leitura, do Ministério da Cultura, foram importantes espaços de escuta da sociedade civil, em que experiências foram compartilhadas e reivindicações foram feitas. Vale destacar que, em decorrência desses encontros, em dezembro de 2023 foi criado o Comitê Técnico Interministerial por meio do Decreto 11.849 de 23 de dezembro com a “finalidade de propor, redesenhar, recompor, monitorar e avaliar políticas públicas conjuntas, articuladas, continuadas e integradas entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação” (parágrafo único, art. 1<sup>o</sup>).

Dentre as temáticas abordadas pelos facilitadores durante a conferência, encontramos a discussão sobre Mestras e Mestres da Cultura; Acessibilidade Cultural e Acesso; os

desafios para uma aplicabilidade mais efetiva das Leis nº 10639/03 e 11645/08 que tratam dos ensinamentos das culturas afro-brasileiras e indígenas nas escolas; a formação artística e cultural nas escolas; e a dimensão dos ambientes de leitura como lugares da formação artística. Foi levantado pelos facilitadores pontos de destaque dessas temáticas, desafios enfrentados e possibilidades de caminho.

Sobre a pauta da Acessibilidade Cultural e Acesso, destaca-se:

- Acessibilidade a todos os tipos de deficiência; acessibilidade à cultura e educação; diversidade cultural e linguística; qualificação de mediadores culturais, educadores, curadores e gestores, para promoção de práticas inclusivas. O combate à falta de acessibilidade, inclusive nos lugares onde é pauta é discutida; o apagamento dos artistas com deficiência; adaptação de obras literárias: libras e audiodescrição; a democratização do acesso; o protagonismo da pessoa com deficiência;

Diante desses pontos, surgem três sugestões de Políticas Públicas: cursos de formação e acessibilidade; formação e letramento de todas as instâncias públicas e privadas, gestores e técnicos para uma política anticapacitista; fomento e fiscalização das políticas públicas de cultura e educação para garantir acessibilidade, considerando as interseccionalidades entre deficiência, língua, gênero, raça, etnia, geracionalidade, classe e território; garantia da presença de pessoas com deficiência em cargos de tomadas de decisão.

Sobre o tema Mestres e Mestras da Cultura, levantou-se a importância dessa pauta para a aplicabilidade de uma educação anti-hegemônica, destacando-se os seguintes pontos:

- Promoção dos espaços de diálogo dentro de uma concepção de educação mais alargada para valorizar e utilizar os saberes dos mestres e mestras, como base para o ensino da História de culturas afro-brasileira e indígena e territórios culturais;
- Desconstrução dos preconceitos disseminados pela mídia.

Em decorrência dessa discussão, sugere-se a necessidade de articulação entre os Ministérios da Cultura e da Educação da promoção e o estímulo ao reconhecimento dos Mestres e Mestras da Cultura, com a garantia de sua atuação em ambientes escolares e universitários, mas também em seus territórios.

Ao tratar sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08, os seguintes pontos foram levantados:

- A necessidade de ações efetivas para implementação concreta das leis, como formação, produção de materiais didáticos e fortalecimento de profissionais afro-indígenas;
- A necessidade de proporcionar maior acesso e informação sobre onde encontrar materiais didáticos com esta temática, produzidos por órgãos públicos.

Ingressando ao tema Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, destacamos os pontos de intersecção com a Formação Artística que surgiram nos encontros:

- Fomento à leitura e formação de mediadores;
- Valorização institucional da leitura e o incremento do seu valor simbólico.

Dentre os trinta e um temas, os quatro mais votados pelos participantes e enviados para a 4ª Conferência Nacional de Cultura, foram:

- Presença de bibliotecários e criação de bibliotecas escolares;
- Fortalecimento de uma política que foque a formação de mediadores e profissionais de leitura na biblioteca escolar;
- Dinamização de bibliotecas públicas;
- Criação de fundos para a um programa que fomente a acessibilidade cultural nas escolas.

Vale registrar que, durante a Conferência Temática, entendemos que a mobilização da comunidade bibliotecária acabou por destacar os temas que foram enviados para a 4ª Conferência de Cultura. Mas, é importante dizer que, durante os Encontros Regionais e o Seminário Nacional, a eleição dos 31 temas contava com uma diversidade que incluía debates que destacamos anteriormente, e também a discussão em torno do audiovisual nas escolas, o fomento para a criação de jogos enquanto ferramentas pedagógicas, a criação de programas de apoio para a capacitação de agentes culturais que atuam em ambientes formativos, fortalecimento de políticas para a mediação cultural e os processos formativos nos equipamentos culturais.

Por fim, destacamos que, dentre as trinta propostas prioritárias aprovadas na 4ª CNC, a pauta da formação surge como estratégica nas seguintes proposições:

- Proposta 4: Garantir e efetivar o pleno funcionamento do Sistema Nacional de Cultura – SNC): f) “a implantação de programa nacional de formação na área da cultura

- voltado para a qualificação de agentes culturais das diversas instâncias do SNC”.
- Proposta 11: Dar continuidade à Política Nacional de Proteção e Valorização dos Conhecimentos e Expressões das Culturas Populares e Tradicionais: d) “Parcerias com instituições de ensino e pesquisa, públicas ou privadas, para a outorga de títulos de notório saber e inclusão remunerada dos mestres e mestras como professores nas universidades, institutos federais e escolas das redes públicas”.
- Proposta 13: Criar uma política descentralizada específica, localizada e acessível de educação cultural, popular, patrimonial e museal: (c) a formação de profissionais da educação, com mecanismos de acompanhamento, avaliação e formação e educação continuada; (d) a criação de cursos continuados de nível técnico e superior que abordem a preservação do patrimônio cultural;
- Proposta 14: Criar e implementar uma Política Nacional de valorização das identidades culturais de bem viver: (a) da educação e formação profissional oferecida por mestres e mestras dos territórios sendo centros de memória e cultura viva;
- Proposta 19: Criar Programa Nacional de Formação Continuada de responsabilidade do poder público;
- Proposta 23: Implementar os programas de formação na área da Cultura previstos na lei do Sistema Nacional de Cultura de forma regionalizada e descentralizada, com uma oferta formativa ampla, flexível e diversificada, a ser realizada em rede, em espaços formais e informais em todos os territórios brasileiros.

# Cultura e direito à memória

*Mirela Leite de Araújo*

A Conferência Temática “Memória e Museus”, prévia à 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), foi realizada junto com o I Encontro Nacional de Educação Museal (EMUSE), nos dias 6, 7 e 8 de julho de 2023, na cidade de Cachoeira, no Recôncavo baiano. As etapas temáticas prévias à CNC foram espaços de debate e participação social baseados nas especificidades de cada setor cultural que, de forma orientada, formulou propostas para as políticas culturais, reconhecendo a sua diversidade e transversalidade.

O Encontro foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em cooperação com o Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC), com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e contou com a participação do Ministério da Cultura.

Durante três dias, estiveram reunidos mais de 350 participantes, de 23 estados, de todas as regiões do país. Eram trabalhadores de museus, professores, pesquisadores, estudantes, produtores culturais, artistas, fazedores de cultura, mestres e mestras dos saberes, indígenas, quilombolas

e comunidade LGBTQIA+. Estavam representadas diversas redes de memória e museologia social: Rede Indígena de Memória e Museologia Social<sup>16</sup>, Rede de Museologia Kilombola<sup>17</sup>, Rede LGBT+ de Memória e Museologia<sup>18</sup> Social, Rede de Pontos de Memória e Museus Comunitários do Rio Grande do Norte<sup>19</sup>, Fórum de Museus de Base Comunitária e Práticas Socioculturais da Amazônia<sup>20</sup>, Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus comunitários<sup>21</sup>, Rede Cearense de Museus Comunitários<sup>22</sup>, Rede de Memória e Museologia Social de São Paulo<sup>23</sup>, Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro<sup>24</sup>, Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais<sup>25</sup>, Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência<sup>26</sup> e outras instituições, grupos e coletivos comprometidos com a preservação do patrimônio cultural, com o direito à memória, a identidade, mas também à terra, ao ambiente, a saúde, a alimentação, a livre religião e outros temas que transversalizam as discussões sobre o direito à cultura.

O objetivo do encontro era discutir a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), o Programa Pontos de Memória e buscar dialogar a partir da pergunta geradora do Eixo 3 da CNC – Identidade, Patrimônio e Memória: “De que

---

16 <https://www.instagram.com/redeindigenadememoria>

17 <https://www.instagram.com/museologiakilombola/>

18 <https://www.instagram.com/memoriaslgbtqia>

19 <https://www.instagram.com/pontosmemoria.rn>

20 <https://www.instagram.com/forumdemuseusdaamazonia>

21 <https://abremc.blogspot.com/>

22 [https://www.facebook.com/p/Rede-Cearense-de-Museus-Comunit%C3%A1rios-100079915441138/?\\_rdr](https://www.facebook.com/p/Rede-Cearense-de-Museus-Comunit%C3%A1rios-100079915441138/?_rdr)

23 <https://www.instagram.com/remmus.sp/>

24 <https://www.instagram.com/remusrj/>

25 [www.instagram.com/pontosdeculturaememoriarurais/](http://www.instagram.com/pontosdeculturaememoriarurais/)

26 [www.rebrapesc.com.br](http://www.rebrapesc.com.br)

forma a sociedade brasileira pretende garantir o direito à memória e aos bens culturais das populações que tiveram suas vozes apagadas, omitidas, desprezadas e preteridas na história oficial do país?”

A elaboração da história e da memória, especialmente em contextos de injustiça e opressão, perpassam o direito à memória e à reparação. Os movimentos sociais e culturais, ao reivindicarem suas histórias, trajetórias, heroínas, mártires, deuses e conhecimentos, trazem para o centro das discussões as narrativas de grupos e indivíduos que foram historicamente marginalizados e silenciados. A reparação pretendida não se limita a compensações materiais ou representatividade em meio à história oficial, mas envolve o reconhecimento das injustiças passadas, a repatriação de bens e um esforço para restaurar e valorizar os vestígios das memórias que foram invisibilizadas. A reparação desejada implica na criação de espaços de diálogo e de reconhecimento em que as memórias sensíveis, apagadas da história oficial, possam ser contadas e celebradas. Situados no presente, o direito à cultura e à reparação partem de escutas ativas no processo decisório sobre o que e quais são os patrimônios, memórias, culturas a serem preservados e fomentados, pela gestão participativa desses patrimônios, bem como pela construção coletiva de políticas culturais que forneçam para todas as pessoas as ferramentas de acesso, de criação e de sustentabilidade financeira, ambiental e sociocultural.

A luta pelo direito à memória envolve a preservação da história e a busca por justiça e equidade, especialmente no que se refere às assimetrias de gênero, raça e território e como esses fatores interseccionados atingem profundamente grupos minoritários: povos originários, afrodescendentes, população LGBTQIAPN+ pessoas com deficiência, mulheres, migrantes, trabalhadores do campo e das cidades de diferentes faixas etárias. No Brasil, essa luta se in-

tensificou após o período da ditadura civil-militar (1964-1985) e, apesar dos avanços no período da redemocratização, há desafios atuais, como a negação de eventos históricos e a falta de políticas públicas efetivas para a preservação da memória, verdade e justiça. A relação entre memória e espaço urbano, por exemplo, é um tema que continua a ser debatido, especialmente em contextos de urbanização desordenada, periferização e gentrificação, assim como nos debates acerca do direito à cidade e na contestação dos seus monumentos.

A perspectiva de Jürgen Habermas é crucial para entender o papel da comunicação e do diálogo na construção de uma sociedade justa e equânime nas políticas de memória. Enfatizando a importância dos espaços públicos onde cidadãos se encontram para discutir e deliberar sobre questões de interesse comum, o autor propõe que as instituições públicas, como equipamentos culturais e escolas, devem ser um espaço acessível onde todos possam expressar suas opiniões e participar de discussões. No que diz respeito às instituições de memória, o autor argumenta ainda que a busca pela verdade é essencial para a justiça, uma vez que a verdade histórica não é apenas um relato dos eventos, mas também uma compreensão das injustiças sistemáticas que ocorreram. Nesse contexto, o direito à memória em relação aos povos indígenas e ex-escravizados ou ex-presos políticos, por exemplo, se torna vital para a construção de políticas públicas interinstitucionais. Inseridos nessa realidade, museus públicos e privados se compreendem enquanto espaços de diálogo e instrumentos de educação e mudança. A construção de uma sociedade justa requer um compromisso com o futuro, isso envolve educar as novas gerações sobre as injustiças do passado e promover práticas de respeito e inclusão.

Sendo realizada dentro de um encontro de educação e museologia social, a Conferência Temática Memória e Museus

também foi conduzida a partir de discussões e perspectivas pedagógicas libertadoras, antirracistas, anticapacitistas, contra lgbtfóbicas e voltadas para igualdade de gênero. Paulo Freire, ao enfatizar a importância da conscientização crítica, reflete também sobre as práticas educacionais reparadoras. Os modelos de educação que consideram a experiência vivida pelos oprimidos, integrando suas histórias e memórias nas narrativas históricas, se tornam uma ferramenta vital para que comunidades reconheçam e reescrevam suas próprias histórias. bell hooks e Nilma Lino Gomes, quando trazem suas perspectivas sobre a educação antirracista e interseccional, possibilitam a discussão sobre a necessidade de políticas culturais que coloquem as memórias de povos afro-brasileiros e indígenas no centro no debate sobre identidades e histórias. Elas evidenciam como o silenciamento de determinados grupos funciona para perpetuar desigualdades e nos lembram que a luta por memória é uma luta coletiva por dignidade. As memórias subalternizadas, quando organizadas de forma coletiva em torno de reivindicações por direitos, têm o potencial de desafiar as narrativas hegemônicas e oferecer uma visão mais justa e complexa da história.

No campo, nas florestas e nos mais diversos biomas, as mudanças climáticas também representam um desafio significativo nas discussões sobre o direito à memória e à terra, especialmente para povos originários, tradicionais e do campo. As mudanças climáticas afetam ecossistemas que, por sua vez, estão ligados a práticas culturais e modos de vida, de economia e de produção de sentidos e valores. Os eventos climáticos extremos vêm forçando comunidades a abandonar suas terras, levando à perda de patrimônios culturais e histórias locais.

Os desafios levantados passam também pelos debates acerca das novas tecnologias e possibilidades colocadas por elas. A digitalização de documentos, fotos e relatos orais, por exemplo, podem tornar memórias mais acessí-

veis a um público amplo. Plataformas *online* podem funcionar como arquivos e museus virtuais que salvaguardam as evidências da história de grupos, assim como a interatividade proporcionada pelas redes sociais permite que as pessoas compartilhem suas narrativas e elaborem experiências colaborativas de arte, cultura e memória. Diversas são as iniciativas que promovem a participação ativa, o uso de tecnologias interativas e de realidades aumentadas que podem proporcionar experiências imersivas ajudando a contextualizar eventos históricos. No entanto, a desigualdade de acesso, a sobrecarga de informação e as dificuldades de verificação de autenticidade e veracidade das informações criam também um campo de tensões entre desafios e oportunidades. A forma como lidamos com essas inovações também influenciará a construção das memórias e identidades culturais. É crucial que, enquanto navegamos por essas novas águas digitais, busquemos um equilíbrio entre acesso à informação e inclusão, garantindo que todas as vozes possam ser ouvidas e respeitadas.

Assim, durante as discussões do Conferência Temática Memória e Museus, foram elaboradas seis propostas, referentes à valorização da diversidade cultural, à criação, à preservação e à divulgação de museus, pontos de memória e museus sociais, construção de instrumentos de participação social, aproximação entre museus e escolas, acessibilidade e a valorização dos mestres das culturas populares. Ao final, a priorização coletivamente feita encaminhou para a CNC as seguintes propostas:

### **Museus, pontos de memória e patrimônio**

Criar, preservar, divulgar e promover o acesso a museus, pontos de memória e patrimônios materiais e imateriais, ampliando e normatizando espaços de guarda, conservação e pesquisa de acervos e revitalizando os espaços de

rito, festa e cerimônias culturais e/ou tradicionais, de modo a valorizar novas memórias e narrativas.

## Valorização da diversidade cultural

Reconhecer as iniciativas e lutas das populações apagadas da história oficial, divulgando nas escolas, museus e universidades a importância das culturas invisibilizadas e possibilitando que as vozes silenciadas e desprezadas se manifestem através de marcos legais, políticas públicas, programas e projetos que promovam história, memória e cultura dos oprimidos.

## Acessibilidade

Revisão, pelo Ministério da Cultura de posturas capacitistas e reforço do cumprimento da legislação de acessibilidade junto aos espaços museais, valorizando as pessoas com deficiência.

## Referências

*Anais do I Encontro Nacional de Educação Museal* [recurso eletrônico]/organização Marielle Costa Gonçalves, Daniele Pereira Canedo. Dados eletrônicos. Cachoeira, BA: Observatório da Economia Criativa da Bahia / IBRAM, 2023 in: <https://www.emusemuseus.org/anais-do-i-encontro-nacional-de-educacao-museal-emuse-ja-estao-disponiveis-para-download/>Acesso em : 21/-09/2024

FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1979 GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. O desafio da diversidade. (Org.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*.  
Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HOOKS, b. *Ensinando a transgredir: a educação como  
prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

# Cultura e juventude

*Lucileine da Silva Souza*

**A** Conferência Temática de Cultura e Juventude foi um processo da 4ª Conferência Nacional de Juventude, organizada pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com a 4ª Conferência Nacional de Cultura, que é organizada pela Secretaria dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura. A conferência temática ocorreu no dia 22 de novembro de 2023, através da plataforma virtual WEBEX, com mais de 800 jovens debatendo cultura, de norte a sul do país. Foi um momento ímpar para a construção de caminhos para a cultura e juventude também enquanto políticas públicas.

O processo de debate da Conferência Temática de Cultura e Juventude abordou a importância de garantir o financiamento e o apoio às juventudes para que se tornem protagonistas e gestores de arte e cultura. Isso seria alcançado por meio de editais, chamadas públicas, capacitações, bolsas, auxílios e apoio a festivais e circuitos culturais. O objetivo é contemplar a diversidade das juventudes de forma

desburocratizada e descentralizada, com a criação de cotas em editais e prêmios específicos para grupos periféricos, negros, quilombolas, indígenas, assentados, acampados, povos e comunidades tradicionais, jovens LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência.

Além disso, foi discutida a necessidade de garantir a construção de Centros Culturais de Juventude como uma política de Estado, utilizando recursos de fundos estaduais e municipais, com parcerias intersetoriais e cooperativas financeiras entre os entes federados. Esses centros devem oferecer espaços acolhedores e inclusivos para a juventude, com foco nas periferias e outros territórios populares e tradicionais, tanto urbanos quanto rurais. A criação e a revitalização de equipamentos culturais existentes, com o objetivo de ampliar o acesso e a produção juvenil, também foram destacadas. Outra medida importante é a valorização da história e da cultura afro-brasileira, indígena e de comunidades tradicionais, com a inserção desses conteúdos na grade curricular do ensino regular e o fomento à produção e circulação dos saberes populares. A promoção de espaços para as juventudes conhecerem a produção cultural, artesanal e artística dessas comunidades, valorizando os saberes locais e as diversidades regionais, como o caso da Amazônia, foi igualmente enfatizada no debate.

A cultura e a sua cadeia produtiva são um vetor fundamental no processo de desenvolvimento das pessoas jovens, tanto do ponto de vista socioeconômico, quanto de sua sociabilidade e demais subjetividades. Cultura e juventude estão inextricavelmente ligadas, especialmente em épocas de transformações aceleradas. No Brasil, a juventude é uma força dinâmica, capaz de influenciar tendências e impulsionar mudanças sociais. A cultura, marcada por suas músicas, expressões artísticas e linguagens digitais, se manifesta nas ruas e nas redes sociais, promovendo novas perspectivas. Ela é o principal meio de expressão da juventude, refletindo

sua identidade, valores e visão de mundo. Quando o jovem expressa sua essência por meio da musicalidade, da oralidade, da dança, da escrita (seja em verso ou prosa), e compartilha seu modo de pensar e seus sonhos, contribui para a construção de um novo mundo. Essa expressão se reflete na disseminação da cultura, com jovens não apenas consumindo, mas também criando conteúdos que ganham visibilidade mundial. Além disso, muitas vezes, é nesse processo que eles têm o primeiro contato com a política de participação social, ao se envolverem em coletivos, assembleias, conselhos e entidades estudantis.

A promoção de políticas públicas para este público, portanto, é um elo estratégico que aponta alternativas de profissionalização e inclusão produtiva. Neste contexto, a 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC) e a 4ª Conferência Nacional de Juventude (4ª CNJ) representam marcos importantes para o diálogo e a construção de políticas públicas que atendam às necessidades e aspirações dos jovens. As conferências reforçaram a importância de ouvir, valorizar e incluir a juventude.

Dos debates realizados durante a Conferência Temática de Juventude e Cultura, podemos visualizar os anseios da juventude em estar mais integrados a políticas públicas culturais como a Política Nacional Aldir Blanc, bem como aos conselhos de cultura, garantindo a representatividade nesses espaços, a fim de fortalecer sua participação social na construção e fiscalização das políticas culturais. Ressalta-se, ainda, a importância de democratizar o acesso da juventude aos espaços e atividades culturais

O direito à cultura é central nas reivindicações das juventudes. Segundo o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852/2013, (capítulo VI, artigo 21), o/a “jovem tem direito à cultura, incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória so-

cial”. Ao poder público, compete contemplar diferentes experimentações, estilos e expressões de jovens, promovendo a desconcentração territorial de equipamentos culturais e a democratização de oportunidades de produção e fruição artística. Sob essa perspectiva, as políticas públicas de cultura devem considerar: as desigualdades econômicas; os locais de moradia de jovens (florestas, meio rural ou urbano, bairros centrais ou periféricos, grandes ou pequenas cidades) e a necessidade de superação das discriminações baseadas em raça, etnia, gênero, deficiências, orientações sexuais (LGBT-QIAPN+) e pertencimento/não pertencimento religioso.

# Culturas e periferias

*Roberta Martins*

**E**m agosto de 2024, aconteceu em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, o Encontro Nacional de Culturas e Periferias. A proposta foi organizada pelo Ministério da Cultura (MinC), em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), contando com atores-chave nos processos de debate do campo, já no horizonte da implementação das propostas encaminhadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura e no contexto da aprovação do Sistema Nacional de Cultura pelo executivo brasileiro. O evento também foi resultado de uma construção articulada entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável (Conselhão), a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e gestores municipais e estaduais, reforçando seu caráter interinstitucional e de articulação nacional.

Nas diferentes mesas de debate do encontro, foi possível acompanhar experiências exitosas de implementação de ações afirmativas para que sejam assegurados recursos es-

pecíficos no âmbito dos orçamentos estaduais e municipais voltados às culturas de periferia. Também esteve no centro dos debates as questões relacionadas à memória, ao patrimônio, ao direito à cultura, às territorialidades e às expressões culturais das periferias do Brasil, em evidente diálogo com as demais conferências transversais registradas neste livro.

O encontro contou com uma programação diversa, articulando mesas de debate e apresentações artísticas que evidenciaram a riqueza e a pluralidade das culturas das periferias brasileiras. O evento se iniciou no dia 9 de agosto de 2024, uma sexta-feira, com uma mesa de abertura onde estiveram presentes a ministra da Cultura Margareth Menezes, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o reitor da UNIRIO, José da Costa, dentre outras autoridades, como o secretário de Economia Solidária de Niterói, Elton Teixeira, e representantes do Conselho Nacional de Cultura. A ministra destacou, durante a abertura, os desafios no processo de reconstrução das políticas de cultura, mencionando a Fundação Palmares e a retomada da Secretaria de Economia Criativa no âmbito do MinC. Ao seu ver, a conferência reforça o reconhecimento público de modos de criação e de produção culturais que sempre existiram nas periferias e que conquistam seu devido espaço no campo das políticas públicas.

Logo em seguida, houve a mesa de debate dedicada ao tema “Periferias, Memória, Patrimônio e o Direito à Cultura”, reunindo representantes de diferentes experiências e instituições, como Rafa Rafuagi (Museu do Hip-Hop – RS), Tiarajú Pablo D’Andrea (Centro de Estudos Periféricos de São Paulo), Anna Luísa (Galpão Bela Maré), além do professor e escritor Jaílson Souza e Silva e eu, como secretária de Articulação Federativa e Comitês de Cultura, representando o MinC. Essa primeira discussão colocou em pauta a centralidade da memória e do patrimônio nas periferias, articulando-os ao debate sobre o acesso e a democratização da cultura.

Nesta mesa, Tiarajú Pablo D'Andrea recuperou a constituição de periferias urbanas e favelas enquanto espaços de encontro de pessoas que vieram de outros territórios. As periferias urbanas são frutos de um processo de urbanização violento, explorador, caótico e capitalista. Elas decorrem do longo processo de escravização de pessoas de África e dos povos indígenas que se veem forçados a migrar para territórios urbanos, somados às populações pobres que lá habitam. Desterros internos e deslocamentos forçados são denominados, hoje, de periferias urbanas. As populações, ao se encontrarem nas periferias urbanas, engendram encontros de variados matizes culturais. As periferias urbanas produzem uma energia cultural que nenhum outro território é capaz de produzir, pois se aprende a trocar ideia com todo mundo, porque não são todos iguais, as pessoas pensam diferente, interpretam a realidade de maneiras distintas. O que as une é uma experiência compartilhada de precariedade.

Quando pensamos em periferia, precisamos pensar na dimensão cultural, mas temos que pensar também na dimensão econômica e no processo de formação das nossas cidades. Construídas para apartar os bairros em riqueza e em pobreza, as cidades expressam como é a sociedade brasileira: extremamente desigual. As populações que dominam os espaços de riqueza projetam uma cidade para que os pobres não interfiram nos processos de geração de renda e riqueza. Sendo assim, pensar periferia é pensar nos processos culturais e socioeconômicos decorrentes das desigualdades da sociedade brasileira.

Neste contexto, as políticas públicas em periferias e favelas no Brasil foram conquistadas graças à mobilização de suas moradoras e moradores. Não há um equipamento que não tenha sido implantado nos locais pelas lutas dos moradores, como as mulheres que se organizaram nas décadas de 1970 e 1980 contra a carestia, lutando para derrubar uma ditadura. Tiarajú Pablo D'Andrea também menciona Benedi-

ta da Silva que, já na década de 1980, utilizou o termo periferia, tendo organizado um encontro pioneiro sobre mulheres e periferias que conduz, de modo embrionário, proposições de políticas sociais voltadas à saúde e à cultura. Daí derivam projeções e metas para os coletivos culturais ao longo dos anos 1990. Fazendo frente à onda neoliberal desta década, os movimentos de cultura nas periferias urbanas brasileiras protagonizam embates, conversas e articulações para reunir diferentes expressões e se reconhecerem para interromper genocídios e produzir coletividades nos territórios. Sendo assim, as coletividades das periferias urbanas concebem, planejam e implementam ações em diversos campos — da educação à economia —, cuidam das novas gerações, sendo fundamental o justo reconhecimento por parte das políticas públicas.

Um outro elemento fundamental da primeira mesa redonda, e que dialoga bastante com as demais conferências transversais, é o racismo estrutural brasileiro. Sendo assim, é impossível falar em processos culturais sem tratar das discussões do racismo e dos desafios que temos sobre a presença de negros nos espaços estratégicos de decisão.

Jaílson Souza e Silva, fundador do Observatório de Favelas, destacou também a importância da memória e do patrimônio, enquanto desafios fundamentais das diferentes expressões que acontecem nas periferias, pois os modos e os instrumentos de organização das memórias sociais reforçam as disputas de narrativas necessárias à implementação das políticas públicas nas periferias urbanas brasileiras. Representando o Galpão Bela Maré, equipamento cultural gerido pelo OF, Anna Luísa salientou a necessidade de pensar as favelas e as periferias como lugares de potência criativa. As favelas fazem parte da cidade e suas estéticas artísticas a constituem. Esta potência criativa está nas mulheres, nos grupos ribeirinhos, nos cotidianos, nas histórias, nas memórias, nos modos de conduzir a vida. Quando estamos viven-

do nestes espaços, nós não olhamos a partir do estigma. A violência existe, assim como a potência criativa. Do ponto de vista da economia criativa, as favelas são locais privilegiados de circulação de criatividade, sendo necessário criar condições para que seus moradores e moradoras possam participar dos circuitos e mercados de arte contemporânea, disputando esses e outros espaços de poder.

Após esta mesa inspiradora, a programação do dia prosseguiu com dois momentos musicais de grande destaque: o show de Moacyr Luz e o Samba do Trabalhador, às 19h, e, em seguida, às 21h, a apresentação do rapper Marechal, que trouxe o vigor da música periférica contemporânea ao espaço do evento.

No dia seguinte, as atividades tiveram início pela manhã com a mesa “Territorialidades e Expressões Culturais das Periferias do Brasil”, reunindo artistas, pesquisadores e produtores culturais como Jeft Dias (Festival Psica/PA), José Carbonel (artista visual/PE), Fred Maciel – Negro F (BH), Isabela Sousa (Observatório de Favelas) e Eleilson Leite (Comitê de Cultura de São Paulo). O diálogo colocou em evidência a diversidade de práticas e a potência cultural que emerge dos territórios periféricos, mostrando como estas se consolidam em movimentos artísticos de alcance nacional. A mesa também destacou a noção de território como um verdadeiro “chão de identidades”, ressaltando que os planos e políticas culturais precisam estar em diálogo com as especificidades locais, as identidades coletivas e as relações simbólicas desses espaços. Nesse sentido, o debate evidenciou que a cultura periférica não se limita ao campo simbólico, mas é igualmente motor de transformação social, capaz de gerar renda, aproximar a juventude da educação e fortalecer vínculos comunitários. A transversalidade desta discussão, que conectou cultura, território e identidade, foi apresentada como central para a formulação de políticas públicas, articulando-se ainda ao trabalho do GT Periferias, do Conselho de

Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável (CDESS), que vem elaborando recomendações ao governo federal com base nas experiências e nas mobilizações culturais de todo o país.

Na parte da tarde, realizou-se a mesa “Economia Criativa, Solidária e Fomentos para as Artes e Culturas nas Periferias”, que abordou a importância das políticas de incentivo e dos modelos de economia solidária no fortalecimento das iniciativas culturais nesses territórios. Estiveram presentes Fernando Ferrari de Souza (SP), Cristina Assunção (CDESS) e Elton Teixeira (Secretário de Assistência Social e Economia Solidária de Niterói). As falas destacaram tanto a dimensão da economia solidária quanto experiências locais que se articulam às pautas nacionais. Em suas falas, Fernando Ferrari de Souza e Fofão (SP) trouxeram a construção de iniciativas para diminuição das mortalidades em territórios vulneráveis. Houve ainda a apresentação de algumas experiências da cidade de São Paulo a partir da 3ª Conferência Municipal de Cultura, em 2013. Eles relataram a mobilização das quebradas ocorrida por ocasião da conferência, com formas de agenciamento como fóruns (Fórum da Zona Leste), redes e coletivos. Estes agenciamentos levaram três pautas estruturantes para as culturas de periferia: primeira lei de fomento à periferia; as casas de cultura e; os espaços de ocupação (bloco de ocupação) para espaços públicos ociosos onde coletivos culturais fizessem a gestão comunitária.

A Lei de Fomento às Periferias em São Paulo (lei nº 16.496/2016), que instituiu o Programa de Fomento à Cultura da Periferia para apoiar financeiramente coletivos culturais com, pelo menos três anos de atuação, nasce de uma mobilização popular, tendo sido criada a partir de reuniões permanentes dos fóruns e redes. Estas organizações criaram um movimento por meio de encontros territoriais que visavam apresentar a Lei de Fomento à Periferia como uma política pública estruturante. Sublinhando a importância

da participação cidadã, foram realizadas 250 reuniões em três anos, em uma lógica pautada pela “pedagogia das quebradas”. Esta lei foi a segunda, de iniciativa popular em São Paulo, tendo os coletivos utilizado como referência a Lei de Fomento ao Teatro da Cidade de São Paulo (Lei Nº 13.279), implementada em 2002, como fruto de uma mobilização inédita dos grupos teatrais paulistas, agrupados em um movimento chamado de “Arte Contra a Barbárie”. Para a sua elaboração, foram utilizadas muitas fontes de dados, como decretos, portarias, publicações, análises, índices de vulnerabilidade, entre outros.

Os debates se encerraram com a mesa “Diálogos Abertos: debatendo as propostas sobre a Cultura e Periferia na 4ª Conferência Nacional de Cultura”, com a presença do secretário-executivo do MinC, Márcio Tavares, Micaela da Costa (Fundação de Arte de Niterói), Caroline Neves (MinC), Luci Souza (MinC) e representantes do Comitê de Cultura do Rio de Janeiro. Esse espaço foi dedicado ao debate de propostas e encaminhamentos, articulando as pautas locais ao cenário nacional.

O encerramento da programação foi marcado por duas apresentações musicais que reforçaram a potência artística periférica: às 18h, o show de Awerê, seguido, às 20h, da apresentação de Negra Li e Black Rio, que trouxeram ao público uma síntese entre tradição e contemporaneidade da música popular brasileira. No total, o evento contou com quatro mesas temáticas de debate — distribuídas entre os dois dias — e seis apresentações musicais, compondo uma programação que integrou reflexão, troca de experiências e celebração artística, sempre a partir das vozes e expressões culturais das periferias do país.

O Encontro Nacional de Culturas e Periferias reafirmou o protagonismo dos territórios periféricos na formulação e execução das políticas culturais brasileiras. Ao reunir gestores, artistas, coletivos e representantes do poder público, o evento evidenciou que as periferias não apenas produzem

cultura em abundância, mas também constroem metodologias e estratégia de gestão que inspiram e transformam o campo cultural como um todo. Mais do que um espaço de debates, o encontro constituiu-se como um marco no processo de consolidação de políticas públicas culturais voltadas à justiça social, ao combate às desigualdades e ao fortalecimento da democracia.

# Cultura e direito às cidades

*Cecília Gomes de Sá*

**A** Conferência Nacional de Cultura é uma das principais instâncias de participação social e exercício da democracia promovidas pelo governo federal. Seu principal desafio é engajar a sociedade no aprimoramento e na construção coletiva de diretrizes para políticas públicas e na ampliação do acesso a direitos culturais, especialmente para grupos historicamente excluídos. Considerando que cerca de 85% dos brasileiros vivem em cidades, esse processo de discussão entre poder público e sociedade se torna essencial para a promoção de um ambiente urbano verdadeiramente inclusivo e democrático.

Como parte desse esforço, o Ministério da Cultura, por meio da Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais (SEEC) e da Secretaria dos Comitês de Cultura (SCC), realizou a Conferência Temática Culturas e Cidade: Periferia, Patrimônio Popular, Direito à Cidade e à Arquitetura, em Brasília, no dia 25 de outubro de 2023. Esse evento, preparatório para a 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), teve como foco debater os três temas centrais colocados e formular

três propostas prioritárias que foram levadas para a CNC, realizada em março de 2024.

A escolha dos três eixos — Periferia; Patrimônio Popular e; Direito à Cidade e à Arquitetura — reflete a urgência em enfrentar questões centrais para a democratização dos direitos culturais. O eixo Periferia destaca a relevância desses territórios como espaços de produção cultural e resistência, frequentemente excluídos das políticas públicas. O Patrimônio Popular busca valorizar as expressões culturais tradicionais e comunitárias, muitas vezes invisibilizadas no processo de urbanização. Já o eixo Direito à Cidade e à Arquitetura enfatiza a importância do acesso equitativo aos espaços urbanos e da participação cidadã na construção de ambientes que respeitem a diversidade cultural e as necessidades simbólicas e econômicas de todos os grupos sociais.

Participaram do encontro o Ministério da Cultura e suas entidades vinculadas, o Ministério das Cidades, a Universidade de Brasília (UnB), além de diversas organizações da sociedade civil, como BR Cidades, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Coletivo Pão e Tinta, Coletivo Arquitetura na Periferia, Coletivo Humanidades, Construção Nacional da Cultura Hip Hop e agentes culturais da cidade. A diversidade de perspectivas e experiências dessas entidades e movimentos reforçou a importância das discussões, garantindo que as propostas fossem construídas de maneira colaborativa e representativa.

A metodologia utilizada incluiu a criação de um Grupo de Trabalho (GT) entre o Ministério da Cultura, o Ministério das Cidades, o IPHAN e entidades da sociedade civil. Com o aprofundamento dos temas, mais integrantes da sociedade foram incorporados às reuniões quinzenais, culminando na definição dos três eixos. Em 10 de outubro de 2023, ocor-

reu uma Pré-Conferência Virtual, cujo objetivo foi subsidiar conceitualmente a Conferência Temática realizada de forma presencial quinze dias depois. A seguir, iremos destrinchar dois eixos — Periferias e; Direito à Cidade e à Arquitetura — compreendendo que o eixo de patrimônio popular já foi contemplado em discussões sobre Culturas Populares e Direito à Memória.

## Periferias e o direito à cidade

As cidades seguem sendo, para a maioria das pessoas, um lugar de esperança — por mais emprego, maior acesso a bens, serviços e infraestrutura, além da expectativa de intercâmbios culturais e de fluxos econômicos e simbólicos. Como afirmou o sociólogo Henri Lefebvre, a cidade é o “lugar privilegiado onde se desenrola a vida social”. No Brasil, o Censo de 2022 mostra que, 124,1 milhões de brasileiros, cerca de 61% dos habitantes do país, vivem em concentrações urbanas maiores do que 100 mil pessoas. No entanto, também é no ambiente urbano, principalmente nas periferias, que surgem os maiores desafios em relação à desigualdade social, à falta de moradia digna e às dificuldades de mobilidade.

As periferias latino-americanas surgiram com o êxodo rural nos anos 1970 e 1980, como consequência dos altos custos e da falta de moradia nos centros urbanos. Isso forçou grande parte da população a se instalar em áreas afastadas, muitas vezes irregulares e inadequadas. Essa situação se agravou nos anos seguintes com a adoção de políticas neoliberais, que promoveram o afastamento do Estado dessas populações. Assim, vivendo longe, na informalidade e sem acesso a infraestruturas básicas ou ao conhecimento técnico necessário para planejar suas moradias, os moradores dessas áreas se veem em um ciclo constante de construção e reconstrução de seus espaços habitacionais. O que levou, nos anos 1990, a uma movimentação dupla. De um lado, a elite,

influenciada pela ideia americana do subúrbio, abandona os centros gerando uma precarização, inclusive de áreas históricas. De outro lado, grupos organizados de trabalhadores sem teto se mobilizam para ocupar terrenos e edifícios urbanos abandonados, promovendo a luta por moradia digna, como os casos do LTST e do MTST.

As ocupações de moradia e ocupações culturais urbanas exemplificam formas de luta pelo direito à cidade, reivindicando a função social de imóveis abandonados ou subutilizados. Elas expressam a busca por um ambiente mais solidário e inclusivo, em um cenário onde a especulação imobiliária e o mercado de construção civil muitas vezes priorizam o lucro em detrimento da função social do território urbano.

Além das ocupações de terrenos urbanos, esses e outros movimentos também se engajaram em debates sobre políticas habitacionais, pressionando o governo federal a implementar programas como o Minha Casa, Minha Vida – Entidades, durante os governos Lula e Dilma. O movimento também ganhou destaque ao participar de ações de massa, manifestações e da luta contra despejos forçados e pelo Direito à Cidade. Nesses processos de ocupação e ressignificação desses espaços, esses movimentos se aproximaram do direito de fazer e apreciar culturas. Por isso, agora, um passo a mais precisa ser dado, a qualificação dos bairros e espaços habitacionais que ainda vivenciam a ausência de espaços e equipamentos culturais que promovam encontros e socialização.

## Direito à arquitetura e patrimônio popular

Milton Santos dizia que “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência.” Ou seja, é a partir das dimensões culturais, que reconhecemos os territórios urbanos. De forma que

o Direito à Cidade inclui o direito à participação ativa na vida cultural e artística da comunidade, garantindo que todos tenham acesso igualitário a espaços, equipamentos culturais e oportunidades de expressão.

Além disso, Direito à Cidade e Direito à Arquitetura são reivindicações que se entrelaçam. A arquitetura não deve ser mais vista como mera construção de edifícios, mas como agência de transformação. Capaz de manifestar nossa diversidade cultural, de mostrar nossas visões de mundo e de destacar as singularidades de cada região, proporcionando um ambiente que seja inclusivo, acessível e democrático para todos os seus habitantes. Esse caráter social da arquitetura não pode mais ser relegado.

A arquitetura é a dimensão cultural da construção. O direito a espaços bem projetados, funcionais e bonitos deve ser assegurado a todos e não ser privilégio de poucos. Do mesmo modo que não se podem negar as dimensões sociais, não se podem negar as dimensões simbólicas e estéticas. É a partir delas que a expressão cultural de um povo e a linguagem artística transcendem barreiras e conectam pessoas de diferentes origens. Ela é um testemunho vivo da história, das crenças, dos valores e das tradições de uma sociedade. Através da arquitetura, expressamos nossa coletividade, revelamos nossas visões de mundo e destacamos as singularidades de cada região. Criar espaços acolhedores, que promovam o bem-estar e incentivem a integração entre comunidades, é uma forma de dignificar o povo brasileiro e fortalecer a conexão entre cultura, cidade e cidadania.

O Patrimônio Popular, por sua vez, tanto material quanto imaterial, nos centros periféricos ou nas periferias centrais, está intimamente ligado às culturas periféricas e ao direito à cidade. As culturas periféricas representam expressões culturais e identidades presentes em comunidades muitas vezes excluídas do acesso aos recursos e espaços urbanos. Preservar o patrimônio popular envolve criar condições

para que essas culturas sejam valorizadas e compartilhadas, promover políticas específicas e garantir que os moradores de baixa renda que vivem em bens tombados possam manter e transmitir seus legados históricos e artísticos. (Canteiros Modelo – IPHAN)

## Conclusão e propostas

A Conferência Temática Culturas e Cidade: Periferia, Patrimônio Popular, Direito à Cidade e à Arquitetura trouxe à tona discussões que transcendem o simples planejamento urbano. Ela evidenciou que o direito à cidade é também o direito à cultura e à expressão. Por meio da construção coletiva de propostas, a conferência reforçou a necessidade de uma cidade para todos, onde as diferentes formas de habitar e viver são respeitadas e valorizadas.

A conferência destacou que a cultura é feita no cotidiano das cidades e que o direito à cidade passa pelo reconhecimento e valorização dessas manifestações culturais. É fundamental que, como governo, incentivemos a criatividade e a inovação arquitetônica e cultural, respeitando nossa rica herança e dialogando com as necessidades contemporâneas.

### Propostas resultantes:

- Periferias e Direito à Cidade: Investir na gestão, sustentabilidade e fomento de projetos culturais como políticas de Estado e na capacitação dos sujeitos na periferia para acesso a esses projetos, mestres e mestras do saber popular reconhecidos a partir dos vinte anos de atuação e de conhecimento, de acordo com o proposto na conferência de 2010;
- Direito à Arquitetura e Equipamentos Culturais: Estimular a criação e manutenção dos equipamentos culturais locais, sobretudo nas periferias e promover

o acesso a essa população (periferia) aos equipamentos culturais centrais;

- Patrimônio Popular: Valorizar o patrimônio cultural popular por meio da revisão e simplificação dos processos de tombamento e registro e ações de preservação e salvaguarda.



# Cultura digital

Vivian Peron – Ângela Oliveira de Sá<sup>27</sup>

Entre 24 e 26 de janeiro de 2024, o Ministério da Cultura (MinC), em parceria com o Laboratório da Cultura Digital da Universidade Federal do Paraná (UFPR/LabCD), realizou a 1ª Conferência Temática da Cultura Digital, intitulada PermaCultura Digital: Começo, meio e começo, com transmissão *online* pela TV Tainã e pelo Youtube do MinC, totalizando cerca de 3 mil visitantes ao longo dos três dias. A Conferência Temática debateu os impactos das transformações tecnológicas na sociedade e nas expressões culturais e políticas tendo como grande objetivo extrair propostas, visões e estratégias da rede da Cultura Digital para a Conferência Nacional e consequentemente o Plano Nacional de Cultura — que orienta 10 anos de políticas.

Os debates abordaram o conceito da PermaCultura Digital, a soberania digital e o controle das infraestruturas

---

27 O debate e elaboração do texto foi feito com contribuições de pesquisadoras e pesquisadores do Laboratório de Cultura Digital UFPR/ MinC, e parceiros da Rede da Cultura Digital.

de dados. Discutiram também o modo como uma Cultura Digital potente fortalece a democracia, com consequente ampliação do acesso e letramento digital, além das regulamentações primordiais para o enfrentamento da tirania das *Big Techs*, especialmente após a pandemia de covid-19. Além disso, foi destacada a falta de diversidade na produção e pesquisa tecnológica e a importância de promover uma Cultura Digital inclusiva. Por fim, foi analisado o investimento governamental em Cultura Digital e suas consequências para a desigualdade social. Como conclusão de todo o processo, destaca-se a estratégica necessidade de reconhecimento institucional da Cultura Digital no MinC, como a formalização de setoriais, colegiados, secretarias, assessorias, coordenadorias e autarquias. Por fim, o LabCD planejou ancorar, junto da Rede da Cultura Digital, ações contínuas para fortalecer o Sistema Nacional de Cultura.

Desde dezembro de 2023, mais de trinta coletivos e organizações, coordenados pelo MinC e pelo LabCD, mobilizaram-se para realizar o encontro temático. Foi um grande movimento de rearticulação da Rede da Cultura Digital Brasileira. Isto ocorreu durante 51 dias de trabalho conjunto, a partir da governança colaborativa em rede, com o uso de ferramentas digitais soberanas, que ofereceram caminhos para outros processos participativos a serem projetados pelo Ministério da Cultura — incluindo a própria Conferência Nacional da Cultura.

A estratégia do “Estado Permanente de Conferência” foi discutida como determinante para criar um espaço contínuo de mobilização e participação social da Cultura Digital Brasileira através da Plantaformas — espaço de participação, gerido pela Casa Preta Amazônia, para a participação, documentação, transparência do processo e divulgação da Conferência (Disponível em: <<https://plantaformas.org/assemblies/culturadigitalbrasileira>>). A criação de espaços contínuos de participação, como o proposto pela estratégia

do “Estado Permanente de Conferência” na Plataforma, abre caminho para a participação, para além da Conferência Temática, com a construção de políticas públicas mais inclusivas e democráticas de forma contínua. Durante os dias da Conferência, foram registradas 1,3 mil pessoas inscritas na Plataforma, com 400 delas participando diretamente nas mesas de debate. As ferramentas de redes sociais alcançaram um público de 20 mil pessoas, e a transmissão *online* teve 3 mil visualizações únicas. No total, foram desenhadas 60 propostas, que receberam 961 votos ao longo de duas etapas. Essas propostas permanecem disponíveis para consultas e participação na Plataforma.

## Contexto e desafios da cultura digital no Brasil

A Cultura Digital no Brasil emerge como um campo de articulação entre práticas culturais tradicionais e o uso de tecnologias digitais, evidenciando o impacto das transformações tecnológicas na sociedade ao longo do tempo. Desde o início dos anos 2000, o Ministério da Cultura (MinC), sob a liderança de Gilberto Gil, investiu na democratização do acesso à produção cultural por meio de iniciativas como os Pontos de Cultura, que utilizaram a *internet* e outras mídias digitais para incluir setores marginalizados da sociedade na criação cultural. Importante destacar que o MinC protagonizou um processo chamado de “antropofágico” com a chegada da *internet* no Brasil, ao elaborar uma digestão de como se daria essa tecnopolítica brasileira e tupiniquim, construindo uma Cultura Digital própria.

No entanto, com a crescente dominação das *Big Techs* (como *Google*, *Amazon*, *Microsoft* e *Meta*), surgiram novos desafios relacionados à soberania digital e ao controle dos dados coletivos. A Cultura Digital enfrenta agora um cenário de concentração de poder nas mãos de corporações transnacionais que moldam as infraestruturas tecnológicas e as

políticas de dados, muitas vezes em detrimento das economias locais e da diversidade cultural. Nos últimos anos, a Cultura Digital deixou de receber investimentos, perdeu seu centro como política pública, foi enfraquecida intelectual e orçamentariamente com o desmantelamento do MinC e negligenciada junto ao contexto da pandemia de covid-19. Esse cenário convoca de forma urgente o fortalecimento de ferramentas tecnológicas livres e soberanas, desenvolvidas por coletivos e organizações brasileiras, para preservar e promover uma cultura digital inclusiva e democrática.

A primeira Conferência Temática da Cultura Digital, coordenada pelo Laboratório da Cultura Digital (LabCD), UFPR e MinC contou com a participação efetiva da Rede da Cultura Digital, destacando a contribuição dos seguintes coletivos e organizações: LabHacker, Movimento Plantaformas, Soy Loco por ti, Movimento Software Livre, Instituto Mutirão, Rede de Produtoras Colaborativas, Cosmotécnicas Amazônicas, Coletivo Digital, Casa Tainã e Felicilab. As discussões pautaram temas como letramento digital, soberania tecnológica, inclusão e diversidade, culminando em propostas que visam transformar essas discussões em políticas públicas efetivas.

## PermaCultura Digital: Começo, meio e começo

O tema da Conferência Temática da Cultura Digital trata do impacto da digitalização da vida em uma sociedade dominada pelo capitalismo de vigilância, que concentra riquezas e amplia desigualdades ao moldar comportamentos por meio de algoritmos e tecnologias. A necessidade urgente de repensar o uso de ferramentas digitais em prol de uma sociedade mais justa e sustentável é destacada, com a permacultura digital proposta como um modelo alternativo. A ideia central é a de que a tecnologia deve ser uma ferramenta para o bem comum, em harmonia com práticas tradicionais

e soluções sustentáveis, com a adoção e melhoria de ferramentas digitais soberanas que atendam as reais demandas dos territórios e não um mecanismo de lucro e controle.

No dia 24 de janeiro, a conferência começou com a sessão Bença da mata PermaCultura Digital: Começo, meio e começo<sup>28</sup>, em que mestres do Conselho Ancestral e representantes do Comitê de Governança Colaborativa discutiram o desenvolvimento da PermaCultura Digital. Seguiu-se a sessão Seiva – Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura<sup>29</sup>, que debateu a soberania digital e o controle das infraestruturas de dados. A última sessão do dia, Oxigenação – Democratização do acesso à cultura e Participação Social<sup>30</sup>, explorou como a Cultura Digital pode fortalecer a democracia social.

No dia 25 de janeiro, a sessão Terra preta – Identidade, patrimônio e memória, destacou a importância da preservação da memória digital e das matrizes ancestrais da Cultura Digital.<sup>31</sup> Em seguida, a sessão Policultura – Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibili-

---

28 A mesa de debate foi mediada por Clarisse Castro, do Movimento FeliciLab, e contou com a participação de Roberta Martins, da Secretaria dos Comitês de Cultura do MinC; Márcia Rollemberg, Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC; TC Silva, da Casa Tainã; Cláudio Prado, do Fora do Eixo; Mãe Beth de Oxum, do Ponto de Cultura Coco de Umbigada; Tarcisa Bega, da UFPR; Laurene Ataíde, do Ponto de Cultura Colibri; Beá Tibiriçá, do Coletivo Digital; Fabs Balvedi, da Rede de Produtoras Culturais Colaborativas; e Pedro Jatobá, da Coop.

29 A mesa de debate foi mediada por João Paulo Mehl, do Laboratório de Cultura Digital da UFPR, e contou com a participação de Felipe Asteróide, da UFMT; Dani Ribas, da Mídia Ninja; Marina Pita, da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República; e Thiago Skarnio, da Alquimidia.

30 A mesa de debate foi mediada por Uirá Porã, do Movimento FeliciLab, e Rachel Callai Bragatto, do Laboratório de Cultura Digital da UFPR. Os participantes foram Pedro Markun, da Coordenação de Inovação do mandato de Marina Helou; Jader Gama, das Cosmotécnicas Amazônicas; Gabriela Sá e Rodrigo Mousinho, do Agentes; e Eduardo Lima, da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC).

31 A mesa de debate foi mediada por Fabs Balvedi, da Rede de Produtoras Culturais Colaborativas, e teve como participantes Dalton Martins, do IBRAM; Lucas Santos, do Instituto de Informática da UFRGS; Ygá, da Red Latinoamericana por los Saberes y las Ciencias Comunitárias; Nádía Prestes, da Rede Afroambiental Região Sul, do Pontão de Cultura de Matriz Africana e do Núcleo de Mulheres Negras Transatlânticas; Carlos Henrique Paulino, do Estúdio Livre; e Paulo Carretta, da ECA-USP.

dade na Política Cultural<sup>32</sup> discutiu a falta de diversidade na produção tecnológica e a promoção de uma Cultura Digital inclusiva.

No dia 26 de janeiro, a sessão Cultivo – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade<sup>33</sup> abordou o investimento governamental na Cultura Digital e suas implicações para a desigualdade social. Ainda neste dia, a sessão Sintropia – Encontro da Ministra Margareth Menezes com mestras e mestres do Conselho Ancestral<sup>34</sup> debateu a retomada do Ministério da Cultura e como a Cultura Digital pode se integrar transversalmente a outras linguagens culturais e o modo como isso é percebido por mestres do Conselho Ancestral em sua representação. A conferência foi encerrada com a sessão Colheita – Direito às Artes e Linguagens Digitais, que focou no papel central da Cultura Digital no acesso e produção cultural, especialmente após a pandemia de covid-19.<sup>35</sup>

A 1ª Conferência Temática da Cultura Digital trouxe à tona três propostas centrais que buscam avançar na inclusão e fortalecimento da Cultura Digital nas políticas públicas brasileiras. Essas propostas refletem desafios fundamen-

---

32 A mesa de debate foi mediada por Livia Ascava, do LabHacker, e contou com a participação de Mariana Braga, Assessora de Participação Social e Diversidade do Ministério da Cultura; Maria Mello, do Instituto Alana; Don Perna, da Casa Preta Amazônia; e Polinho Mota, do Datalabe.

33 A mesa de debate foi mediada por Josiane Ribeiro, Coordenadora de Formação e Mobilização do Programa Nacional dos Comitês de Cultura, e contou com a participação de Livia Gouveia, da Comunidade Software Livre; Uirá Porã, Coordenador do MetaLab de Soluções para a Gestão Cultural da UFPR; José Murilo, do IBRAM; Dudu Suricate, do Suricate Seboso; Pedro Jatobá, da Cooperativa EITA; e Felipe Siles, do Estúdio Livre.

34 A mesa de debate foi mediada por Uirá Porã, do Movimento FeliciLab, e João Paulo Mehl, do Laboratório de Cultura Digital da UFPR. Entre os participantes estavam a ministra Margareth Menezes, do MinC; TC Silva, da Casa Tainã; Cláudio Prado, do Fora do Eixo; Mãe Beth de Oxum, do Ponto de Cultura Coco de Umbigada; Tarcisa Bega, da UFPR; Laurene Ataide, do Ponto de Cultura Colibri; Beá Tibiriçá, do Coletivo Digital; Livia Ascava, do LabHacker; e Pedro Jatobá, da Rede de Produtoras Culturais Colaborativas.

35 A mesa de debate foi mediada por Giseli Vasconcelos, artista interdisciplinar e produtora cultural, e contou com a participação de Marco Amarelo, coordenador de Letramento Digital do Laboratório de Cultura Digital da UFPR; Klebson Alberto, do Ponto de Cultura Espaço Labor; e Izabel Costa, da Funarte.

tais enfrentados pela sociedade digital e apontam caminhos para uma maior participação social, soberania tecnológica e preservação do patrimônio cultural digital. A seguir, apresentamos uma análise reflexiva sobre as três propostas e o contexto que justifica suas reivindicações.

## As três propostas aprovadas na Conferência Temática da Cultura Digital

As três propostas aprovadas pela Conferência Temática refletem a necessidade de reconhecimento e fortalecimento institucional da Cultura Digital no âmbito das políticas culturais do Brasil. Cada uma delas aborda um aspecto central para a construção de uma sociedade digital mais inclusiva e participativa.

### Inclusão da Cultura Digital como parte das competências da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Cultura

A primeira proposta visa incluir a Cultura Digital como parte das competências da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Cultura. A inclusão é considerada essencial para que, tanto a Participação Social quanto a Diversidade, se expressem em uma sociedade digitalizada, utilizando metodologias e tecnologias já existentes que garantam protagonismo e visibilidade para essa diversidade. A Cultura Digital oferece ferramentas que promovem inovação e enfrentam preconceitos e discursos de ódio reproduzidos por tecnologias hegemônicas, destacando-se por seu caráter dialógico com todas as linguagens e expressões e culturais. A inclusão dessa competência na Assessoria de Participação Social e Diversidade permitirá uma abordagem transversal da Cultura Digital, que dialogue com todas as expressões

culturais e atue diretamente na promoção da inclusão e da equidade digital.

## Permacultura Digital no MinC: Incentivo ao uso de Tecnologias Livres e o Fortalecimento da Economia Criativa e Solidária em ações do poder público

A segunda proposta incentiva o uso de tecnologias livres e o fortalecimento da economia criativa e solidária em ações do poder público. Propõe-se que o Ministério da Cultura adote e promova tecnologias livres, preferencialmente mantidas por cooperativas e organizações da sociedade civil, em todas as suas atividades e projetos financiados com recursos públicos. A proposta destaca a importância de priorizar o acesso de cooperativas e organizações sociais da cultura em licitações públicas, além de divulgar esses profissionais e coletivos culturais em um cadastro acessível na página oficial do Ministério. A adoção de plataformas digitais livres e soberanas, desenvolvidas por organizações sociais brasileiras, é fundamental para fortalecer os agentes da economia da cultura.

## Criação de programas e espaços de letramento, pesquisa e experimentação em Cultura Digital para pessoas trabalhadoras e fazedoras de cultura

A terceira proposta foca na criação de programas e espaços de letramento, pesquisa e experimentação em Cultura Digital para trabalhadores e fazedores de cultura. O objetivo é garantir a formação em Cultura Digital por meio de ações formativas e acesso a diversos equipamentos e softwares, com prioridade para softwares livres. Esses programas e espaços devem promover o comunitarismo e a convivência

em rede, oferecendo oportunidades de experimentação e atualizações conceituais e práticas sobre a Cultura Digital. A proposta enfatiza a importância de integrar esses programas a redes e territórios fazedores de cultura, promovendo a democratização do acesso e o desenvolvimento de políticas culturais inovadoras.

## A Cultura Digital na Conferência Nacional de Cultura

Na reunião inicial do Grupo de Trabalho de Cultura Digital (GT 11 pertencente ao Eixo 6), realizada no contexto da Conferência Nacional de Cultura, foi perceptível o grande interesse pela temática e pela diversidade de participantes, incluindo mulheres, pessoas negras e indígenas. A mesa de abertura contou com a presença de dois integrantes da Rede da Cultura Digital, Lívia Ascava (Co-Diretora no LabHacker e CEO na hacklab/) e Zé Murilo (Coordenador de Arquitetura da Informação Museal do Ibram). As falas inspiradoras trouxeram um histórico sobre a formação do campo da Cultura Digital no Brasil, destacando o protagonismo do Ministério da Cultura (MinC) em âmbitos nacionais e internacionais, além de abordar questões contemporâneas, como a inteligência artificial e os direitos autorais, embora esses pontos não tivessem sido contemplados no caderno de propostas. Enfatizou-se, ainda, a importância da cultura digital para a democracia e a renovação do protagonismo do MinC.

O debate foi orientado pela pergunta sobre o que se espera da Cultura Digital nos próximos dez anos e como o campo se insere no Plano Nacional de Cultura atualmente. As falas dos participantes refletiram visões diversas sobre a Cultura Digital, com destaque para questões de infraestrutura, economia criativa e memória digital, futuro dos registros digitais, lugar do livro digital, governança da *internet* e soberania tecnológica, inclusão digital em comunidades

tradicionais, letramento digital, problemática das *big techs*, relação da infância com as telas, acervos digitais e uso de softwares livres. A discussão revelou uma convergência em torno da necessidade de maior apropriação tecnológica e resistência às infraestruturas digitais monopolizadas, sem grandes confrontos entre as visões apresentadas. A diversidade de falas reforçou a complexidade do campo da Cultura Digital e sua importância para diferentes áreas de atuação e interesse, desde a educação, até a preservação da memória e a luta por um ambiente digital mais inclusivo e democrático.

Apesar de uma grande mobilização de debates, coletivos e pessoas no GT 11 de Cultura Digital, dentre as trinta finais, nenhuma proposta deste GT foi aprovada durante a fase de priorização da 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC). O GT 11, que inicialmente pertencia ao Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais, perdeu espaço para outras propostas mais bem articuladas, principalmente dos GTs de Direitos às Artes e das Setoriais, que conseguiram formar bancadas e se organizar melhor para o momento decisivo da votação. A prática de permitir que delegados que não haviam participado diretamente dos debates nos GTs específicos pudessem se movimentar na hora das votações e votassem durante a plenária dos Eixos foi central para que a priorização das propostas de Cultura Digital não ocorresse. Isso revelou uma lacuna no entendimento das regras de participação, mostrando que, para garantir o avanço das pautas de Cultura Digital em eventos futuros, é necessário um conhecimento mais claro sobre as dinâmicas de votação e organização dentro da Conferência ou mudanças regimentais que impeçam essas movimentações. Outra possibilidade é a Cultura Digital se tornar um setorial com espaço próprio de votações, porque ao adaptá-la de forma internalizada nas Artes Visuais, concorreu de forma desigual dentro deste campo já tradicionalmente estabelecido na Conferência Nacional de Cultura.

Embora as produções do GT tenham sido incluídas no resultado final da CNC, elas não foram priorizadas nas trinta propostas principais, destacando a necessidade de maior articulação estratégica do campo de Cultura Digital em processos participativos futuros.

## Referências

Ministério da Cultura. MinC realiza Conferência Temática da Cultura Digital entre 24 e 26 de janeiro: Atividade acontece em formato online a partir de 16h30. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-realiza-conferencia-tematica-da-cultura-digital-entre-24-e-26-de-janeiro#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Cultura%20> . Publicado em: 24 jan. 2024. Atualizado em: 18 mar. 2024. Acesso em 27/06/2024

Ministério da Cultura. Relatório da 1ª Conferência Temática da Cultura Digital. 2024. Disponível em:

[https://www.google.com/search?q=4+conferencia+nacional+de+cultura+relatorio&oq=4+conferencia+nacional+de+cultura+relatorio&gs\\_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigATIHCAIQIRifBdIBC-TE0MTM1ajBqN6gCCLACAQ&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=4+conferencia+nacional+de+cultura+relatorio&oq=4+conferencia+nacional+de+cultura+relatorio&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigATIHCAIQIRifBdIBC-TE0MTM1ajBqN6gCCLACAQ&sourceid=chrome&ie=UTF-8). Acesso em: 27/06/2024.



# Culturas tradicionais e populares

*Sebastião José Soares – José Pedro da Silva Neto*

**A**s Culturas Populares e Tradicionais no Brasil constituem a essência da diversidade cultural do país. Através da força dessas práticas culturais, transmitidas de geração em geração, o povo brasileiro preserva sua herança cultural como forma de resistência — uma herança que é dinâmica, que se ressignifica e se transforma ao longo do tempo.

As expressões e manifestações tradicionais e populares são abundantes e variadas em todo o território nacional, refletindo as influências culturais específicas de cada região. Essas práticas promovem experiências significativas de participação coletiva entre indivíduos e grupos culturais, abrangendo comunidades, periferias urbanas e zonas rurais, entre outros contextos de marginalização e vulnerabilidade econômica e social. Elas são fundamentais para fortalecer laços de solidariedade, promover o sentimento de pertencimento comunitário e facilitar a transmissão de saberes geracionais e ancestrais, desempenhando um papel crucial na formação da identidade cultural brasileira.

Historicamente, a “cultura do povo”, “cultura popular” — ou, como hoje preferimos dizer, “culturas tradicionais e populares” — coube apenas dentro de uma visão hierárquica da cultura, o lugar de “folclore”, em um sentido muito peculiar e pejorativo associado ao termo. Caracterizava-se, assim, o que foi considerado como velhas tradições do passado, fragmentos desconexos de superstições, lendas e crendices, também presentes em folias e folguedos, para diversão de gente pobre. Coisas “curiosas”, talvez, até mesmo “veneráveis” para espíritos conservadores mais românticos, mas sem nenhuma relevância para a cultura e arte “verdadeiras”. Ainda que tais questões fossem objeto de estudo e acaloradas discussões desde fins do século XIX, no plano institucional das políticas públicas de cultura, tal visão só veio a mudar, de fato, nas últimas décadas.

O artigo 215 e seu parágrafo primeiro da Constituição Federal de 1988 garantem o pleno exercício dos direitos culturais, assegurando o acesso às fontes da cultura nacional, além de incentivar a valorização, proteção e difusão das “manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos que participam do processo civilizatório nacional” (Brasil, 1988).

A riqueza cultural dos povos e tradições brasileiras é reconhecida mundialmente, assim como sua participação ativa nas convenções da UNESCO, que visam salvaguardar e preservar a continuidade das culturas populares e tradicionais e seus agentes. Durante a gestão do Governo Lula, o Ministério da Cultura, sob a liderança do ministro Gilberto Gil, foi fundamental na elaboração dos preceitos básicos que integraram a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) da UNESCO. Isso demonstra o compromisso do Brasil em reconhecer, sustentar e preservar suas expressões culturais.

No entanto, grupos e coletivos de culturas tradicionais e populares enfrentam dificuldades, incluindo a falta de acesso

a recursos públicos e a carência de políticas culturais eficazes e contínuas que promovam a cidadania cultural e melhorem a qualidade de vida. Existe, ainda, uma invisibilidade em relação a esses segmentos na sociedade brasileira, que precisa ser abordada por meio de reparação histórica e cultural.

A Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto Presidencial nº 5.051, de 19 de abril de 2004, estabelece em seu artigo 2º, inciso I, que “os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade”.

No campo das culturas populares tradicionais, a participação social incentivada pelo Ministério da Cultura nos governos progressistas é evidente em todas as conferências nacionais de cultura. Na 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), de 2005, dentre 63 propostas prioritárias, uma diretriz aprovada no Subeixo IV-C sugere a transformação do Centro Nacional de Cultura Popular em Instituto Nacional de Folclore e Culturas Populares Tradicionais, elevando sua autonomia institucional. Na 2ª CNC (2010), das 39 propostas prioritárias, oito mencionam as culturas tradicionais e populares, além de várias outras estratégias prioritárias. Um exemplo é a proposta do Eixo III, que sugere a realização de mapeamento, registros e documentação das manifestações e expressões culturais, visando identificar suas características econômicas, vantagens competitivas e singularidades.

O Plano Setorial para as Culturas Populares de 2010, revisado em 2012, é outro marco importante que resultou de debates entre a sociedade civil e o poder público. Além disso, o Plano Nacional de Cultura, em sua Meta 4, aborda a proteção e valorização das culturas populares e tradicionais.

Na 3ª CNC (2013), entre as 64 propostas priorizadas, 3 mencionam as culturas tradicionais e populares, inclu-

do a proposta de estimular a ampliação da lei dos mestres da sabedoria para todo o país, promovendo a expansão de experiências que utilizem conhecimentos tradicionais e expressões culturais.

É evidente que há uma lacuna a ser preenchida em relação ao apoio e ao reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da importância identitária desses representantes em seus territórios, assim como da continuidade de suas formas de vida, rituais, práticas, conhecimentos e tecnologias coletivas.

A metodologia proposta pelo Ministério da Cultura, após dez anos sem a realização de conferência nacional, inclui a realização de encontros temáticos em parceria com instituições, grupos, coletivos e mestres das culturas populares e tradicionais como etapa preparatória para a 4ª CNC.

## A Conferência Temática

Entre 15 e 17 de dezembro de 2023, a Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge e a Universidade Federal de Goiás (UFG), realizaram a Conferência Temática de Culturas Populares e Tradicionais, em Alto Paraíso de Goiás, na Vila de São Jorge. O evento contou com cerca de 100 participantes, incluindo 50 mestres e mestras de diversas regiões do Brasil e diferentes expressões culturais, a Rede Nacional das Culturas Populares e Tradicionais, o Fórum das Culturas Populares e Tradicionais do DF, RJ e SP, o Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular e o IPHAN.

A mesa de abertura incluiu a participação da ministra da Cultura, Margareth Menezes, a secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, Márcia Rollemberg, o diretor Sebastião José Soares, o presidente da Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge, Tila Avelino, o diretor do Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular/IPHAN, Rafael Barros, a Mestra Claudete, da Campanha do Carimbó Patrimônio, e Mestre Gil, do

Jongo, presidente do Fórum para as Culturas Populares do Estado de SP.

Nos dias seguintes, os participantes foram organizados de acordo com seus interesses nos quatro eixos temáticos apresentados:

- Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos saberes e fazeres das culturas populares e dos Territórios Tradicionais;
- Memória e Identidade das Culturas Populares: patrimônio material e imaterial das culturas populares e tradicionais;
- Economia da Cultura e Sustentabilidade das Culturas Populares e Tradicionais;
- Educação e Transmissão de Saberes nas Práticas das Culturas Populares e Tradicionais.

Cada grupo temático elegeu um coordenador da sociedade civil e teve como tarefa debater e eleger três propostas para encaminhar à Plenária Final da Conferência Temática. O debate foi feito a partir da pergunta disparadora: “como a política cultural deve contribuir para a sua temática”. Na Plenária Final, foram eleitas as três propostas encaminhadas para a 4ª Conferência Nacional de Cultura:

- Criação do Programa Nacional para as Culturas Populares e Tradicionais, de forma conjunta com outros ministérios, dialogando e criando linhas de ações em parceria com Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Ministério da Combate à Fome, Ministério do Turismo, Ministério

do Trabalho, Ministério da Comunicação e Conselho Nacional dos Objetivos dos Desenvolvimento Sustentável, reativando o Colegiado de Culturas Populares e Tradicionais para acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Programa, passando a incluir outros ministérios, de forma paritária, entre Sociedade Civil e Poder Público.

- Alocar 2% do orçamento público federal para o MinC; 2% do orçamento público estadual para as secretarias de cultura e 2% dos orçamentos municipais para a cultura; 30% da Política Nacional Aldir Blanc voltados às culturas populares e tradicionais, patrimônio imaterial e periferias, enquanto ação afirmativa, sendo 5% desse recurso distribuído por meio de busca ativa executada pela sociedade civil.
- Garantir a aprovação da lei dos mestres e mestras com bolsas vitalícias, considerando a trajetória e o reconhecimento comunitário acima de 50 anos.

## Da Conferência Temática à 4ª Conferência Nacional de Cultura

No transcorrer da 4ª CNC, nos encontros dos Grupos de Trabalho (GTs), as culturas populares e tradicionais estiveram no Eixo 1 – Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura; Eixo 3 – Identidade, Patrimônio e Memória e Eixo 4 – Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural.

Após os diversos e intensos debates, a proposta mais votada e aprovada por cem pessoas, delegadas e delegados, que tratava sobre as culturas populares e tradicionais, foi a Proposta 02 do Eixo 3.

Esforços de integrantes dos movimentos organizados das culturas populares e tradicionais, dos museus, bibliotecas, patrimônios material e imaterial, arquitetura, além de

povos originários, quilombolas, povos de matriz africana, povos do campo, da floresta, das águas, das fronteiras, das periferias, dos pontos de cultura, da reforma agrária, entre outros, aglutinaram, a partir de votação unânime da plenária do Eixo 03, a seguinte proposta, também aprovada na Plenária Final, integrando as 30 mais votadas da 4ª CNC:

*Dar continuidade à Política Nacional de Proteção e Valorização dos Conhecimentos e Expressões das Culturas Populares e Tradicionais (atual meta 4 do PNC) sob articulação do Ministério da Cultura, tendo como prioridades: a) Elaboração e implementação de um Plano Nacional para as Culturas Populares e Tradicionais que reconheça e promova mestres e mestras dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais, povos indígenas, povos de matriz africana, ciganos e outros povos e comunidades tradicionais, culturas periféricas, urbanas e Hip Hop, povos do campo, assentados e agentes da agricultura familiar, entre outros, assegurando o protagonismo destes nas diversas etapas dos processos de tomada de decisão; b) Aprovação da Lei dos Mestres e da Lei do Patrimônio Vivo, garantindo bolsas vitalícias equiparadas às bolsas de doutorado e mestrado; c) Destinação de 30% do orçamento da Política Nacional Aldir Blanc para esse segmento; d) Parcerias com instituições de ensino e pesquisa, públicas ou privadas, para a outorga de títulos de notório saber e inclusão remunerada dos mestres e mestras como professores nas universidades, institutos federais e escolas das redes públicas, museus, arquivos e bibliotecas, colaborando com a efetivação da lei 11.645/2008; e) Incremento e simplificação dos processos de tombamento e registro, garantindo a responsabilização dos entes federativos pelas ações de preservação e salvaguarda em uma gestão compartilhada com a sociedade civil e; f) Criação de Pontos de Cultura e Pontos de Memória.*

Relacionado ao tema, houve ainda a aprovação na Plenária Final de uma Moção em apoio à aprovação do PL N° 1.176/2011, que propõe a criação do Programa de Proteção dos Mestres(as) dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares. Desde a conferência temática de cultura popular e tradicional, a proposta de programa transformou-se em plano na 4ª CNC e em uma Política Nacional para as Culturas Tradicionais e Populares com a Publicação da Portaria MinC n° 151 de 20/08/2024.

Dentre as várias diretrizes e competências para a elaboração da referida Política, como a identificação, reconhecimento e valorização dos conhecimentos e práticas das culturas tradicionais e populares, está a observação das diretrizes e determinações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Cultura.

A decisão de fortalecer o campo das culturas populares e tradicionais no âmbito das políticas públicas de cultura por meio da elaboração de uma política nacional que institui um Grupo de Trabalho entre poder público e sociedade civil organizada, significa reconhecer a voz e a vez de uma parcela da sociedade que foi excluída e marginalizada ao longo da história brasileira.

A institucionalização de políticas públicas para as culturas populares e tradicionais tem reflexos para a população brasileira em geral, sendo capaz de operar mudanças significativas no campo do simbólico e na compreensão da identidade cultural do país. Expressa uma abertura para a construção de uma política pública por meio da participação cidadã com representantes dos grupos destinados por tal política, fazendo com que os mestres e mestras, grupos e coletivos culturais, instituições e sujeitos sociais a elas relacionados, tenham mais acesso aos mecanismos e recursos de fomento e financiamento culturais, e que sejam criadas outras modalidades que visem atender a esse segmento cul-

tural, tendo como consequência a continuidade e a difusão de tais expressões culturais brasileiras.

## Referências

BRASIL. (2005). Ministério da Cultura. Propostas de diretrizes aprovadas na 1ª CNC. Brasília, DF.

BRASIL. (2010). Ministério da Cultura. Resultados da II Conferência Nacional de Cultura. Brasília, DF.

BRASIL. (2012). Ministério da Cultura. Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural - 2010. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - 2012. Plano Setorial para as Culturas Populares/ MinC/ SCC - Brasília, 2012. 100 p.

BRASIL. (2015). Ministério da Cultura. Resultados da Plenária Final da III CNC. Brasília, DF.

BRASIL. (2024). Ministério da Cultura. 4ª CNC, Relatório Final. Brasília, 2024. 228 p. Disponível no link: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura-1/bannersedocumentos/4cnc-documento-final-20240524-1.pdf/view> Acessado em 23/09/2024.

Montes, Maria Lúcia Aparecida. *Diversidade*. Mimeo: São Paulo, 2013.



# Cultura e os povos do campo, das águas e das florestas

*Stênio Soares*

**A** primeira Conferência Temática “Cultura e os Povos do Campo, das Águas e das Florestas” foi realizada pelo Ministério da Cultura e pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e do Governo do Estado do Ceará. Como parte de um processo de participação social e ampliação do diálogo com os diversos contextos sociais e culturais brasileiros, a conferência ocorreu na cidade de Fortaleza (CE), entre os dias 30 de janeiro e 1º de fevereiro de 2024, no Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto, espaço coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Participaram representantes de movimentos sociais, povos indígenas, comunidades quilombolas, povos de terreiro, comunidades ciganas, pescadoras e pescadores artesanais, extrativistas, artistas, mestres e mestras da cultura popular, produtores culturais, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e órgãos públicos. Entre as entidades presen-

tes, estavam o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE), a Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (FEPOINCE), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Ministério dos Povos Indígenas, a UNIRIO e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

O histórico das lutas empreendidas pelas populações que vivem no campo, nas florestas e às margens dos rios e mares está profundamente relacionado à preservação, à salvaguarda e à produção de cultura e arte em seus territórios. Suas experiências constituem importante referência para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas culturais. Essas perspectivas expressam concepções próprias da realidade brasileira e oferecem contribuições fundamentais para o enfrentamento dos desafios ambientais, econômicos e sociais, sempre articulados às tradições, crenças, saberes e modos de vida dessas comunidades.

A principal singularidade da conferência foi promover o debate das políticas culturais em transversalidade com as questões ambientais. Foram discutidas diferentes éticas ecológicas presentes nas lutas em defesa dos territórios, tomando como ponto de partida a realidade concreta das comunidades e seus modos de existência. Nesse contexto, a preservação da cultura e dos modos de vida dos povos do campo, das águas e das florestas mostrou-se indissociável da proteção dos ecossistemas e da regulação das relações entre os modelos produtivos e a natureza. Dessa forma, reafirmou-se a necessidade de consolidar uma ética ecológica capaz de articular diversidade cultural, justiça ambiental e sustentabilidade.

A metodologia da conferência distribuiu os seis eixos temáticos em três grupos de trabalho, reunindo participantes de diferentes origens étnicas e territoriais. Essa composição permitiu tanto o debate de questões específicas de determinadas realidades culturais quanto a identificação de pautas comuns que atravessam diferentes grupos sociais. Fundamentada nos princípios da educação popular, da ética e da solidariedade, a metodologia valorizou a escuta dos saberes e experiências das pessoas participantes, orientando a construção coletiva de propostas voltadas à transformação da realidade social. Além dos grupos de trabalho, foram realizadas mesas temáticas compostas por dirigentes de movimentos sociais, mestres e mestras da cultura popular, bem como plenárias destinadas à partilha de experiências exitosas desenvolvidas nos territórios.

As pessoas participantes reiteraram a função social da educação nas comunidades rurais, destacando sua relação indissociável com a cultura, o território, a economia e o meio ambiente. Foi ressaltado o papel da educação na formação de crianças, jovens e adultos, bem como o esforço das comunidades em construir processos educativos articulados às práticas culturais locais e à transmissão intergeracional de conhecimentos e tradições.

No que se refere à relação com as universidades, destacou-se a importância da articulação entre os saberes acadêmicos e os saberes produzidos pelas populações que vivem no campo, nas florestas e às margens dos rios, mangues e mares. Essa relação pressupõe tanto a troca de conhecimentos quanto o respeito aos direitos das comunidades tradicionais. Nesse sentido, enfatizou-se a necessidade de observância da Lei de Repartição de Benefícios – Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, conhecida como Lei da Biodiversidade –, que regulamenta o acesso ao patrimônio genético, a proteção dos conhecimentos tradicionais associados e a reparti-

ção dos benefícios decorrentes de sua utilização, contribuindo para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.

A valorização da cultura nos territórios camponeses também se manifesta por meio do fortalecimento da educação através da arte, promovida por movimentos e organizações sociais. Nesse contexto, foi destacada a experiência das Escolas de Arte e Cultura do MST, concebidas como espaços de formação política, técnica, estética e humana. Essas iniciativas articulam diferentes linguagens artísticas, artistas populares e processos organizativos, compreendendo a criação artística como prática de formação crítica, sensível e transformadora.

As contribuições das populações ribeirinhas, costeiras e praias trouxeram ao debate o conceito de **maretório**, entendido como uma categoria construída pelas próprias comunidades para expressar suas relações históricas, culturais e produtivas com os espaços costeiros e estuarinos. O conceito evidencia a necessidade de pensar políticas culturais específicas para territórios cuja dinâmica de vida é profundamente marcada pela presença das águas e pelos saberes desenvolvidos em torno delas.

No debate sobre a emergência climática, destacou-se a necessidade de construir soluções sustentáveis a partir da ampliação da participação social das comunidades que mantêm relações históricas de cuidado com a natureza. Nesse sentido, o fortalecimento das culturas tradicionais aparece como estratégia fundamental para a construção de modelos de desenvolvimento sustentáveis, capazes de superar práticas predatórias de exploração dos recursos naturais e valorizar o trabalho humano em sua relação com a terra, as florestas e as águas.

A preservação das culturas dos territórios rurais também passa pelo fortalecimento da Rede de Pontos de Cultura Rurais. A localização desses equipamentos deve considerar as especificidades dos territórios, valorizando práticas cul-

turais, saberes, memórias e modos de vida vinculados ao campo. Experiências como ecomuseus, escolas de cultura e arte e bibliotecas rurais foram reconhecidas como importantes instrumentos de educação, preservação patrimonial e difusão cultural.

Outro tema amplamente debatido foi o êxodo rural e seus impactos sobre a reprodução das culturas locais. Nesse contexto, destacou-se a necessidade de formular políticas culturais que considerem fatores para além do número de habitantes de cada território. A lógica de distribuição de recursos utilizada nos espaços urbanos nem sempre responde às particularidades dos territórios rurais, caracterizados por grandes distâncias, baixa densidade populacional e dificuldades de mobilidade. Por essa razão, as escolas assumem papel estratégico como espaços de encontro, formação e circulação cultural.

Por fim, reafirmou-se que as políticas culturais voltadas aos povos do campo, das águas e das florestas devem reconhecer os saberes de artistas, mestres e mestras da cultura popular, lideranças comunitárias e povos tradicionais como elementos centrais da vida cultural brasileira. Nesse sentido, foi defendida sua inclusão no novo Plano Nacional de Cultura e a garantia de participação efetiva nos espaços de formulação e controle social das políticas públicas, especialmente no Conselho Nacional de Política Cultural.

A conferência reafirmou que a cultura dos povos do campo, das águas e das florestas não pode ser compreendida de forma isolada, pois está profundamente articulada ao território, à educação, ao meio ambiente, ao trabalho, à memória e aos modos de vida. Mais do que destinatários das políticas públicas, esses sujeitos constituem produtores de cultura, guardiões da biodiversidade e protagonistas de formas alternativas de desenvolvimento. Por essa razão, sua participação efetiva na construção das políticas culturais é condição indispensável para um projeto nacional compro-

metido com a diversidade cultural, a justiça socioambiental e a democratização da vida cultural brasileira.

# Sugestões de ações de políticas culturais para valorização das temáticas transversais

## Enfrentamento ao racismo

- Apoio às culturas populares e tradicionais;
- Valorização das expressões e tradições culturais de territórios quilombolas;
- Participação ampliada de negros e indígenas em conselhos de cultura;
- Ações afirmativas em editais, programas e projetos (conforme IN nº 10/MinC);
- Implementação efetiva das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no currículo escolar.

## Valorização do trabalhador da cultura

- Ampliar o CNAE e CBO para economia criativa;

- Reconhecimento e regulamentação das profissões culturais;
- Políticas de crédito, microcrédito e Vale-Cultura;
- Estímulo ao cooperativismo, associativismo e novas formas de trabalho não precarizado;
- Formação: bolsas para estudantes, egressos e mestres de saberes tradicionais;
- Apoio técnico e jurídico a empreendimentos culturais.

## Juventude e cultura

- Editais e bolsas específicas para jovens de periferias, quilombolas, indígenas, LGBTQIAPN+ e PcD;
- Centros Culturais da Juventude como política de Estado;
- Fomento à produção e circulação dos saberes populares e tradicionais no ensino básico e superior.

## Cultura digital

- Adoção de tecnologias livres e criação de instâncias específicas no MinC;
- Programas de letramento digital inclusivo e crítico;
- Fortalecimento da Rede da Cultura Digital Brasileira;
- Promoção da soberania digital e da diversidade cultural *online*.

## Culturas tradicionais e populares

- Reconhecimento e valorização dos mestres e mestras;
- Fomento específico via editais e linhas de financiamento;

- Educação antirracista nas escolas (Leis 10.639/03 e 11.645/08);
- Apoio a festas populares e preservação do patrimônio imaterial;
- Monitoramento das políticas com participação comunitária;
- Articulação intersetorial entre cultura, educação, saúde, direitos humanos e assistência social.



# Leis e decretos importantes

- Lei nº 3.857/1960 – Profissão de músico.
- Lei nº 6.533/1978 – Profissões de artistas e técnicos em espetáculos.
- Decreto nº 82.385/1978 – Regulamentação da lei acima.
- Lei nº 13.180/2015 – Profissão de artesão.
- Lei nº 12.852/2013 – Estatuto da Juventude e criação do SINAJUVE.
- Lei nº 14.835/2024 – Sistema Nacional de Cultura (SNC).
- Decreto nº 13.018/2014 – Política Nacional de Cultura Viva.
- Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – História e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar.
- Decreto nº 11.956/2024 – Plano Juventude Negra Viva.
- Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

- LGPD – Lei nº 13.709/2018.
- Lei do Software (Lei nº 9.609/1998).
- Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
- Decreto nº 8.771/2016 – Regulamentação do Marco Civil.
- Decreto nº 8.638/2016 – Governança Digital.
- Decreto nº 12.069/2024 – Estratégia Nacional de Governo Digital.
- Convenções UNESCO – Patrimônio Mundial (1972); Patrimônio Imaterial (2003); Diversidade Cultural (2005).
- Decreto nº 3.551/2000 – Registro de Bens Culturais Imateriais.
- Lei nº 12.343/2010 – Plano Nacional de Cultura.
- Portarias MinC nº 48/2007 e nº 151/2024 – Políticas para Culturas Populares.

Distribuidora oficial  
da Editora Respel



[www.fidelivros.com.br](http://www.fidelivros.com.br)

**R**  
**RESPEL**

---

O projeto gráfico (miolo e capa) foi feito pela  
Editora Respel, em junho de 2026.

---



MINISTÉRIO DA  
CULTURA

